



REDES, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS EM POLÍTICAS E AMBIENTES

ALINE REIS CALVO HERNANDEZ
ISMAEL JESUS KLEIN
LUCIELE NARDI COMUNELLO
PATRÍCIA BINKOWSKI
ROSMARIE REINEHR
Organizadores

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO DE PESQUISA OBSERVACAMPOS**

**2ª MOSTRA OBSERVACAMPOS: REDES, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS EM
POLÍTICAS E AMBIENTES**

Organizadores

Aline Reis Calvo Hernandez

Ismael Jesus Klein

Luciele Nardi Comunello

Patrícia Binkowski

Rosmarie Reinehr

SÃO FRANCISCO DE PAULA

UERGS

2019

ISBN 9788560231515

Organizadores:

Aline Reis Calvo Hernandez

Ismael Jesus Klein

Luciele Nardi Comunello

Patrícia Binkowski

Rosmarie Reinehr

Copy desk, revisão de texto e tratamento editorial:

Luciele Nardi Comunello

Ismael Jesus Klein

Projeto gráfico e editoração eletrônica e tratamento de ilustrações:

Ismael Jesus Klein

Fotografia da Capa:

Gabriela Vitória de Oliveira (Passo da Ilha, Parque Estadual do Tainhas – Jaquirana/RS)

Fotografia Contracapa:

Ismael Jesus Klein (Parque Natural Municipal da Ronda – São Francisco de Paula /RS)

Ilustrações:

Ana Paula Paim de Almeida, Graziane Paim de Almeida e Ismael Jesus Klein

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL GESTÃO 2018/2022**Reitor**

Prof. Dr. Leonardo Beroldt

Vice-reitora

Prof^a. Dr^a. Sandra Monteiro Lemos

***Todos os direitos reservados.**

© 1. ed. 2019 – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

E-book – PDF

As ideias, imagens, figuras e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade de seus Autores.

Catálogo de publicação na fonte (CIP)

M915 Mostra Observacampos: redes, pesquisa e práticas sociais em políticas e ambientes (2: 2018: São Francisco de Paula) / Organizadores: Hernandez, Aline Reis Calvo ... [et al.] – São Francisco de Paula, RS: UERGS, 2019.

141 p.

ISBN 9788560231515

1. Desenvolvimento regional. 2. Pesquisa. 3. Redes. 4. Região das Hortênsias. I. Hernandez, Aline Reis Calvo. II. Kein, Ismael Jesus. III. Comunello, Luciele Nardi. IV. Binkowski, Patrícia. V. Reinehr, Rosmarie. VI. Título.

CDU 502.1

Elaborada pelo bibliotecário Marcelo Bresolin – CRB 10/2136

APRESENTAÇÃO

2ª MOSTRA OBSERVACAMPOS: REDES, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS EM POLÍTICAS E AMBIENTES

Ismael Jesus Klein¹
Fernanda Schinaider²
Cássio Adílio Hoffmann Oliveira³

Em 2018, a Mostra ObservaCampos, promoção do Observatório em Políticas e Ambiente teve sua segunda edição, no período de 30 de novembro a 4 de dezembro. O evento foi iniciado em 2017, tendo como objetivo a divulgação das ações do Grupo de Pesquisa ObservaCampos e os trabalhos realizados pelos acadêmicos dos cursos de Bacharelado em Gestão Ambiental, Administração Rural e Agroindustrial, Pedagogia: Licenciatura e do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS) da Unidade Hortênsias, em São Francisco de Paula, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão junto à comunidade do município de São Francisco de Paula e região.

Desta forma propôs-se a contribuir com a promoção do desenvolvimento da Região das Hortênsias e dos Campos de Cima da Serra, através da disseminação de conhecimentos e práticas oriundas dos trabalhos acadêmicos da Uergs. A iniciativa se alinha às metas institucionais da Universidade, em seu compromisso com o desenvolvimento regional sustentável, sendo uma ação no contexto do desenvolvimento de tecnologias para a redução das desigualdades.

Nesta segunda edição, a Mostra enfatizou o papel das redes na (re) estruturação e fortalecimento da pesquisa e prática social, dando ênfase ao papel do ObservaCampos como articulador dessas redes. O evento contou com uma Mesa de Abertura intitulada “O papel das redes na estruturação e fortalecimento da pesquisa e prática social” proferida pela Professora Dra. Marilene Maia, coordenadora do ObservaSinós, Observatório da Realidade

¹ Membro do Grupo de Pesquisa ObservaCampos e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). E-mail: ismaelklein@uergs.edu.br

² Bolsista PROEX do Grupo de Pesquisa ObservaCampos, graduada em Pedagogia e acadêmica do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: nandiinha_93@hotmail.com

³ Membro do Grupo de Pesquisa ObservaCampos, Presidente do Diretório Acadêmico Regional das Hortênsias e acadêmico do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: cassioadilio@uergs.edu.br

e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos, sediado na Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS), texto publicado neste e-book.

Além disso, o Grupo de trabalho “Formação da Rede de Educação Ambiental dos Campos de Cima da Serra” e a Mostra de trabalhos orais e pôsteres da graduação e pós graduação resultaram em 61 apresentações de trabalhos. Destas apresentações aqueles/as autores/as que tiveram interesse em publicar os seus trabalhos, produziram ensaios, resumos expandidos e relatos de experiência aqui publicados. O presente e-book foi organizado conforme os trabalhos submetidos dentro dos seguintes eixos: Educação e Ambientes; Políticas Públicas, Turismo e Patrimônios; Redes, Políticas e Ambientes; Território, Territorialidades e Conflitos. Além dos capítulos organizados nesses eixos, ainda temos um capítulo inicial que traz o histórico do Grupo de Pesquisa ObservaCampos e a trajetória das Mostras ObservaCampos e um capítulo final com uma galeria de imagens do evento e também das imagens participantes do concurso fotográfico da 2ª Mostra ObservaCampos.

Agradecemos a todos os/as parceiros/as que ajudaram na organização da 2ª Mostra ObservaCampos, aos participantes que apresentaram seus trabalhos, aos palestrantes que abrilhantaram o evento com palestras de alto nível. Agradecemos especialmente aos patrocinadores Taylor’s Pub e Gralha Azul e aos apoiadores Laboratório de Gestão Ambiental e Negociação de Conflitos (GANECO), Grupo de Pesquisa Psicologia Política, Educação, Memórias e Histórias do Presente (POLEMHIS) CNPq/UFRGS, Rede Seiva – Educação Ambiental em Unidades de Conservação, Supermercado Rissul, Capitão Chaves Cervejas Especiais e Café, Pastelaria Água na Boca, Padaria e Confeitaria Big Pão, Web House, Soma Arte + Cultura, pois é o apoio da comunidade local que faz a Universidade ser mais forte.

Desejamos a todos/as uma excelente leitura e acreditamos que esse formato de e-book garante a difusão democrática dos conhecimentos produzidos, cumprido o papel sociopolítico de um Observatório na sistematização e divulgação de conhecimentos, com o intuito de ampliar debates e redes dialógicas em conexão. Com entusiasmo aguardamos a realização da 3ª Mostra em 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – ABERTURA **8**

BREVE HISTÓRICO DO OBSERVACAMPOS: UM GRUPO DE PESQUISA, MÚLTIPLOS OLHARES E PRÁTICAS **9**

PATRÍCIA BINKOWSKI

ROSMARIE REINEHR

O PAPEL DAS REDES NA ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA PESQUISA E PRÁTICA SOCIAL **18**

MARILENE MAIA

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO E AMBIENTES **22**

HORTA NAS ESCOLAS: UMA FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL **23**

SAMUEL PRESA RODRIGUES

ROSMARIE REINEHR

O TRABALHO COM APOSTILA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RELAÇÕES COM A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: POSSIBILIDADES, LIMITES E TENSÕES **29**

JOICE LAMPERTI

DENISE MADEIRA DE CASTRO E SILVA

CAPÍTULO III - POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO E PATRIMÔNIOS **36**

O TURISMO NAS PROPRIEDADES RURAIS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL **37**

VANESSA KARINE SPINDLER

CELMAR CORRÊA DE OLIVEIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS NA CADEIA PRODUTIVA DO QUEIJO ARTESANAL SERRANO NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL **47**

LILIAN VARINI CEOLIN

LEONARDO BEROLDT

CAPÍTULO IV - REDES, POLÍTICAS E AMBIENTES **59**

CICLO DE ESTUDOS E AÇÕES EM REDE DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS E AMBIENTE (OBSERVACAMPOS): ENCONTRO DE SABERES E PRÁTICAS NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA, RS **60**

FERNANDA SCHINAIDER

PATRÍCIA BINKOWSKI

ALINE REIS CALVO HERNANDEZ

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PERCEPÇÃO E LUGAR: UM ESTUDO A PARTIR DA REDE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/RS **75**

LILIA DECONTO

LUCIELE NARDI COMUNELLO

REDE ARAUCÁRIAS: FORMAÇÃO DE COMUNIDADES DE PRÁTICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA E HORTÊNSIAS 82

CÁSSIO ADÍLIO HOFFMANN OLIVEIRA

LUCIELE NARDI COMUNELLO

MARIA EDUARDA ANDRADE

ROSMARIE REINEHR

CAPÍTULO V - TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E CONFLITOS 94

TERRITÓRIO EM TRANSIÇÃO: O CASO DO LOTEAMENTO CELITA EM GRAMADO, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL 95

LUÍS CARLOS BORGES DOS SANTOS

PATRÍCIA BINKOWSKI

PERCEPÇÕES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA OCUPAÇÃO URBANA VILA JARDIM, SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS 104

CARLOS DA SILVA PADILHA

ANA PAULA PAIM DE ALMEIDA

PATRÍCIA BINKOWSKI

ALINE REIS CALVO HERNANDEZ

A CONTRIBUIÇÃO DO OBSERVACAMPOS NA FORMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA EM SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS 116

SAMUEL PRESA RODRIGUES

TÚLIO GARCIA DE SOUZA

PATRÍCIA BINKOWSKI

O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E A GESTÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA EM SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS 125

MARISTELA DA ROSA

RODRIGO CAMBARÁ PRINTES

CAPÍTULO VI 136

GALERIA DE IMAGENS DO EVENTO E DO I CONCURSO FOTOGRÁFICO DA MOSTRA OBSERVACAMPOS 136

CAPÍTULO I – ABERTURA



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS E AMBIENTE

BREVE HISTÓRICO DO OBSERVACAMPOS: UM GRUPO DE PESQUISA, MÚLTIPLOS OLHARES E PRÁTICAS

Patrícia Binkowski⁴

Rosmarie Reinehr⁵

O grupo de pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente – ObservaCampos está sediado na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul (RS). O ObservaCampos nasceu em junho de 2016, da necessidade emergente de concatenar pesquisas e ações de extensão que estavam ocorrendo na Unidade Hortênsias e que tinham como base as Ciências Sociais e Humanas. As discussões para a criação do ObservaCampos se deram em um momento onde a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) da UERGS estava estimulando a criação de grupos de pesquisa, com foco em fortalecer a pós-graduação *Stricto sensu* que se iniciava com o Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade.

É nesse contexto que, em agosto de 2016, o ObservaCampos inicia suas atividades, sendo oficialmente criado como grupo de pesquisa no Diretório de Grupo de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em outubro do mesmo ano.

O nome ObservaCampos foi pensado, originalmente, para intitular um observatório de monitoramento e sistematização de dados, metadados, estatísticas e pesquisas que tinham o território rural dos Campos de Cima da Serra como foco de análise (BINKOWSKI; HERNANDEZ; REINEHR, 2017). Tal monitoramento e sistematização se daria a partir dos dados da pesquisa “Apoio à implantação de Núcleos de extensão em Desenvolvimento Territorial” iniciada em 2014 e finalizada em 2017, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Porém, os trabalhos de investigação foram se ampliando, dada a abertura do primeiro Curso de Mestrado da UERGS, Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, sediado na Unidade Universitária Hortênsias.

Na medida em que o grupo foi se reconhecendo por meio de seus trabalhos acadêmico-científicos, se observou que as pesquisas realizadas e os dados já coletados

⁴ Professora Adjunta no Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental e no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente. E-mail: patricia-binkowski@uergs.edu.br

⁵ Professora Adjunta nos cursos de graduação Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Gestão Ambiental e no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente. E-mail: rosmarie-reinehr@uergs.edu.br

acabavam transpondo os limites territoriais propostos inicialmente e, inclusive, problematizavam o próprio conceito/fenômeno do território dos Campos de Cima da Serra. A partir dessas provocações, no início de 2017, o grupo de pesquisa faz ajustes em seu foco de atuação e passa a fortalecer a ideia de que o ObservaCampos é mesmo formado por múltiplos olhares e práticas inter e transdisciplinares, que miram diferentes campos do saber, o que ficou expresso a partir da concepção do logotipo do grupo (**FIGURA 1**).

Figura 1 – (a) Logo do ObservaCampos em 2016; (b) Logo do ObservaCampos a partir de 2017



Fonte: ObservaCampos (2019).

Portanto, o grupo de pesquisa parte de um prisma interdisciplinar reunindo docentes-pesquisadores, estudantes de mestrado, bolsistas de iniciação científica de diferentes áreas do conhecimento⁶ e representantes da comunidade. Acreditamos que a formulação de teorias e explicações sobre os fenômenos sociais, políticos e ambientais precisa se estabelecer com base nas relações entre as diferentes disciplinas e na complementaridade das áreas quando entram em diálogo e, inclusive, em confronto (BINKOWSKI; HERNANDEZ; REINEHR, 2017).

Atualmente o ObservaCampos coaduna dois objetivos complementares: servir como um observatório de políticas e ambiente e, ao mesmo tempo atuar como um grupo de pesquisa cadastrado no DGP/CNPq, sendo seus dois grandes campos de análise e atuação a política e o

⁶ Desenvolvimento Rural, Educação, Psicologia, Biologia, Medicina Veterinária, Gestão Ambiental, Administração, Direito entre outras.

ambiente. A política é compreendida a partir de dois planos superestruturais: a sociedade civil e a sociedade política (ou Estado), esse último visto como governo de domínio direto, jurídico e responsável pela administração e distribuição das políticas públicas. A sociedade civil ou esfera pública exerce o papel fundamental da política participativa e de formulação e/ou pressão por políticas públicas e garantia de direitos sociais. O ambiente é visto desde sua dimensão transversal, social, cultural e econômica.

O Observatório se constitui como um espaço de sistematização e difusão de informações, dados primários e secundários, estatísticas oriundas de pesquisas que têm como objeto de investigação e análise as políticas e o ambiente, ou se preferirmos, as políticas ambientais vistas em suas dimensões representativas (legislação, medidas e ações governamentais, políticas públicas) e participativas (iniciativas e projetos da sociedade civil, conselhos, movimentos sociais, associações, organizações não governamentais, cooperativas, sindicatos etc.) com vistas a servir de fonte de consulta e auxílio à formulação ou transformação de políticas públicas e ações públicas (BINKOWSKI; HERNANDEZ; REINEHR, 2017).

Como dito anteriormente, a partir de 2017, o grupo de pesquisa se remodela e passa a contar com novos pesquisadores colaboradores, ajustando o foco do binóculo para quatro linhas de pesquisa, que pudessem expressar a multiplicidade de olhares na constituição de uma “identidade” de grupo. Assim, os principais eixos investigativos e analíticos passam a ser os conflitos ambientais, o desenvolvimento (rural), a educação ambiental, a memória e a consciência política e as questões voltadas às políticas públicas, participação e ação pública. A seguir apresentamos um quadro que faz uma breve descrição das linhas de pesquisa e seus coordenadores (**FIGURA 2**).

Figura 2 – Linhas de pesquisa do ObservaCampos e seus coordenadores

<p style="text-align: center;">Psicologia Política, Memórias Políticas e Ações coletivas</p> <p style="text-align: center;">Coordenadora: Profa. Dra. Aline Reis Calvo Hernandez</p> <p>A linha de pesquisa objetiva pesquisar os processos de memória política em contextos de experiências políticas e culturais, a partir de narrativas, documentos, imagens e intertextos. Em termos epistemológicos, a memória política é tratada como um conceito em movimento, como um dispositivo de “possíveis no presente” e não como um objeto do passado a ser recuperado do original. As pesquisas adotam múltiplas metodologias, conforme o campo em análise. Têm-se pesquisado os processos comunitários e territoriais, a partir dos próprios segmentos sociais, comunidades tradicionais e grupos socioculturais, com foco nas variáveis psicopolíticas e sociológicas relativas ao sentimento de pertença, participação política e ações coletivas.</p>
--

Ambientes, Políticas e Educação

Coordenadoras: Profa. Dra. Rosmarie Reinehr e Profa. Dra. Luciele Comunello

A linha de pesquisa: a) Discute as relações entre Estado e Sociedade, especialmente no que se refere às questões ambientais, com foco nas propostas e ações atinentes aos processos educativos e atores sociais. b) Analisa suas formas de se relacionar com a natureza, examinando processos de governança educacional/ambiental e seus constructos, no plano da desigualdade, participação e formulação de exigências, agendas e programas ambientais. c) Pensa e problematiza as relações entre elementos humanos e não humanos, enquanto encarnadas nas práticas cotidianas, compreendendo os processos de aprendizagem em uma perspectiva ampliada, considerando sua natureza social, espacial e temporalmente situada – em comunidades/lugar - que envolve o engajamento de um corpo-mente-ambiente bem como sua dimensão de prática cultural e ontogenética.

Território, Conflitos e Participação Política

Coordenadora: Profa. Dra. Patrícia Binkowski

A linha de pesquisa tem como objetivos: a) Compreender os conflitos que surgem em torno da apropriação e uso do território e suas territorialidades; b) Compreender os modos de ação e o papel criativo desempenhado pelos diferentes sujeitos e grupos sociais envolvidos em conflitos no meio rural e urbano; c) Identificar e compreender os processos, as condições, os agentes e as estruturas da participação política; compreender a ação/participação política desenvolvida em múltiplos contextos sociais; compreender como os fenômenos coletivos e individuais que contribuem à formação do mundo contemporâneo, marcado pela dinâmica global/local.

Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade

Coordenador: Prof. Dr. Marcio Zamboni Neske

A linha de pesquisa se concentra em pensar desde a América Latina, o itinerário das experiências sociais destacando a diversidade de perspectivas teóricas e epistemológicas que permitam um olhar crítico para examinar os processos históricos e contemporâneos que marcam a vida social nas articulações existentes entre modernidade, colonialidade e decolonialidade. A partir do diálogo Sul-Sul, busca-se compreender a complexidade da realidade social do Brasil e América Latina desde circunstâncias específicas. Inclui estudos envolvendo Ações Afirmativas e Movimentos Sociais, Agroecologia, Bem Viver, Ecologia Política, Economia Solidária, Epistemologias do Sul, Interculturalidade, Pós-Desenvolvimento, Povos e Comunidades Tradicionais.

Fonte: Autoras (2019).

Para realizar e sistematizar as pesquisas adotamos múltiplas metodologias, tanto de cunho qualitativo quanto quantitativo: estatísticas descritivas, questionários, análise de fontes secundárias, estatísticas oficiais, georreferenciamento, histórico e impacto de políticas públicas em diferentes territórios, censos, histórias orais e narrativas, etnografias, pesquisa

imagética, agendamento e análise de mídias etc. As principais fontes secundárias de informação são os sítios governamentais e não governamentais, dados divulgados pelas prefeituras, censos, institutos, periódicos científicos e repositórios de universidades. Nosso diferencial, enquanto Observatório talvez seja a produção de dados primários em pesquisa, resultantes da necessidade de análise de fenômenos não pesquisados, dados de pesquisas junto aos gestores públicos, comunidades, especialistas e outros informantes relevantes em nível local e regional.

O ObservaCampos visa desenvolver um conjunto de ações de pesquisa e extensão, a fim de apoiar espaços e iniciativas institucionais e sociais oferecendo subsídios à formulação de ações e políticas tanto às agências governamentais quanto a outros agentes sociais relevantes. Nesse cenário é que surgiu a ideia de organizar um espaço onde pudessem ser divulgados as pesquisas e ações que estão sendo realizadas no âmbito do Observatório, respaldadas no movimento de interdependência entre ensino-pesquisa-extensão, desenvolvido pelo grupo desde sua criação.

Desta forma nasceu a Mostra “ObservaCampos”. A primeira delas, realizada no período de 02 a 07 de dezembro de 2017, em meio ao processo de aprendizagem em perspectiva ampliada, resultou do desejo dos estudantes e bolsistas vinculados ao grupo de pesquisa, ansiosos em partilhar não somente os resultados dos seus trabalhos, mas em trazer para a Unidade Hortênsias em São Francisco de Paula, o clima acadêmico vivenciado no 7º Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPEX)⁷, ocorrido no mês de setembro do mesmo ano. O SIEPEX é um evento institucional, de regularidade anual, desenvolvido na modalidade de salão científico que congrega a produção de iniciação científico-acadêmica das 24 unidades de ensino, em que a UERGS solidifica sua missão de responsabilidade com o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul.

Já em sua primeira edição, a 1ª Mostra ObservaCampos explicitou em sua prática cinco princípios que orientam a formação de grupos-pesquisadores, caracterizados segundo Sato, Gauthier e Parigipe (2005) pela instituição negociada entre os parceiros, como elemento fundante de grupos sociopoiéticos. No âmbito desse conceito, a autora caracteriza os processos de preocupação autogerida, ou seja, “regulada pelos próprios participantes da luta, da pesquisa, da educação, do pensamento” (SATO; GAUTHIER; PARIGIPE, 2005, p. 100).

⁷ O evento é uma promoção da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UERGS e tem como objetivo “valorizar e promover a participação de estudantes de graduação em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em um ambiente adequado ao intercâmbio de informações, visando auxiliar na pesquisa científica, na extensão, ensino e no desenvolvimento tecnológico junto à sociedade.” (UERGS, 2019).

O desejo de partilha dos docentes e estudantes caracteriza um segundo princípio defendido por Sato, Gauthier e Parigipe (2005, p. 101), em referência a grupos pesquisadores, que é considerar “o corpo inteiro - cognitivo, emocional, intuitivo, sensível, sensual, gestual, racional, imaginativo – como portador de marcas históricas e, igualmente como fonte de conhecimento”, tal como vivido de forma interdisciplinar por nossas linhas de pesquisa, as atividades resgatam “memórias sociais, na forma de uma ação política”, neste caso formadas e formatadas por uma incipiente rede de ações.

A 1ª edição da Mostra ObservaCampos foi organizada pelas docentes-pesquisadoras, estudantes e bolsistas do Grupo de Pesquisa ObservaCampos com a parceria e apoio dos pesquisadores e bolsistas do Laboratório de Gestão e Negociação de Conflitos (Grupo de Pesquisa GANECO), ambos alocados na UERGS, Unidade Hortênsias em São Francisco de Paula, contando também com a colaboração da REDE SEIVA - Rede de Educação Ambiental em Unidades de Conservação, vinculada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul (SEMA), de São Francisco de Paula.

O favorecimento de culturas de resistência na leitura e produção de dados e na construção de objetos de conhecimento, terceiro princípio apontado por Sato (2005), emergiu do convite à participação dos bolsistas de iniciação à docência, atuantes no subnúcleo do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Pedagogia da UERGS - nem todos participantes ativos do ObservaCampos - motivados a participar da Mostra, apresentando e discutindo seus trabalhos e ações, de alguma forma interligados a algum processo de ação social nos diversos espaços formativos.

Esse momento de visibilidade dos conflitos existentes entre as “tribos acadêmicas” marcou a visão colonialista que persiste entre as áreas da vida e meio ambiente e ciências humanas no interior da instituição, replicada na Unidade Hortênsias. Esse momento desdobrou-se na busca sistemática de memórias vividas, como por exemplo, com a replicação da edição de um Sarau Ambiental e Mostra Fotográfica⁸, experiências anteriormente vivenciadas pelas diferentes graduações da unidade universitária, que foram incorporadas à programação da 1ª Mostra. Simbolizando este movimento, se deu o avanço em direção ao fortalecimento do corpo emocional com o uso de técnicas artísticas, onde foi possível verificar um quarto princípio de expressão sociopoética, “do fundo íntimo, perto do caótico das pessoas [...] pulsões, saberes inconscientes [...]” (SATO; GAUTHIER; PARIGIPE, 2005, p. 101).

⁸ As fotografias inscritas na Mostra Fotográficas estão disponibilizadas na última seção deste livro.

Neste espírito, o evento realizou-se em dois momentos. No primeiro, a abertura coletiva trouxe como convidados os professores Marcos Reigota⁹ e Isabel Carvalho¹⁰ que participaram de uma mesa redonda organizada por estudantes e bolsistas, tendo como objetivo a discussão pública de uma proposta de extensão voltada ao desenvolvimento de hortas urbanas no município de São Francisco de Paula. A atividade contou com a participação da comunidade acadêmica e local, no sentido de relatar memórias e identificar atores locais inseridos em práticas comunitárias no âmbito do tema. A atividade demonstrou o sentido político, ético, humano e ambiental envolvido na proposta, evidenciando o quinto e último princípio apontado por Sato (2005), em que o grupo pesquisador interroga e reflete sobre seu papel social.

De forma mais objetiva, o segundo momento da 1ª Mostra ObservaCampos contou com a socialização, apresentação e discussão dos trabalhos, alcançando o propósito de fortalecer o papel da extensão/iniciação científica, reunindo 41 trabalhos de pesquisa e extensão, com o objetivo de avaliar e divulgar os resultados alcançados no decorrer do ano letivo de 2017.

Na avaliação do conjunto de atividades, a autogestão do grupo envolveu a academia e a comunidade, o intercâmbio e legitimação de informações e a reivindicação de uma educação (ambiental) contextualizada e, portanto, política “em sua dinamicidade histórica e democrática, posicionando a necessidade de inclusão social e da proteção ambiental, debatendo a vida e não se reduzindo aos modelos de desenvolvimento” (SATO; GAUTHIER ; PARIGIPE, 2005, p. 108). Tais dados permitiram a elaboração de análises preliminares acerca do processo de ambientalização curricular em que os cursos e as propostas que se encontram na Unidade Hortênsias, em especial quanto à inclusão de

[...] critérios e valores sociais, éticos, estéticos e ambientais, no sentido de educar para uma sustentabilidade socioambiental, de forma que os Projetos Pedagógicos possam apresentar ferramentas para que se construa uma relação de compreensão das complexidades que conformam os ambientes que nos rodeiam, bem como, as implicações das atividades humanas sobre o ambiente. (GUERRA; FIGUEIREDO, 2014, p. 111).

⁹ Doutor pela Universidade Católica de Louvain. Membro honorário da Academia Nacional de Educação Ambiental do México. Pesquisador do CIIIEA-Centro Internacional e Interdisciplinário de Investigación y Enseñanza Aplicada (Oaxaca-México) financiado pelo DAAD.

¹⁰ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutorado em Antropologia na Universidade de San Diego, Califórnia (UCSD). Professora titular visitante na UNIFESP, bolsista produtividade do CNPq, Coordenadora do Núcleo Temático "Ecologia, Saúde e Religião" no Laboratório de Estudos Avançados Multidisciplinar (LEAM) da UERGS.

A percepção de novos e contínuos olhares/abordagens/atores incorporados (as) ao grupo, dando sentido a um social como prática compartilhada, nos impele a acrescentar um sexto princípio aos cinco apontados apresentados por Sato, Gauthier e Parigipe (2005), em relação às características de grupos-pesquisadores autopoéticos. No processo constante de produção de si mesmo, a partir da formação de redes que articulam diversidades de pesquisas e práticas sociais, nasce o tema da 2ª Mostra ObservaCampos, inovando a compreensão de processos da tríade ensino-pesquisa-extensão a partir das redes, enfatizando seu trabalho, movimento, fluxo e mudanças.

Nesta perspectiva, com a proposta de trazer a cada edição novos actantes/atores/contribuintes com a discussão das temáticas em foco, a 2ª Mostra ObservaCampos, discutiu “O papel das redes na estruturação e fortalecimento da pesquisa e prática social” tendo como convidadas, para a mesa de abertura do evento, a Profa. Dra. Marilene Maia (ObservaSinos), Profa. Dra. Erli Schneider Costa (UERGS), Profa. Dra. Patrícia Binkowski (UERGS). A continuidade dos trabalhos formalizou a “Formação da Rede de EA dos Campos de Cima da Serra e Hortênsias”, através da Criação da Rede ARAUCÁRIAS de Educação Ambiental, tendo como convidadas a Me. Ketulyn Fuster - Coordenadora do Projeto SEIVA - Educação Ambiental em Unidades de Conservação que, juntamente com as Professoras Dra. Rosmarie Reinehr e Dra. Luciele Comunello (da UERGS) e Profa. Dra. Aline Hernandez (UFRGS), mediaram a apresentação dos projetos de trabalhos da Rede Araucárias de Educação Ambiental dos Campos de Cima da Serra. Ao todo, foram apresentados 8 projetos, incluindo trabalhos dos municípios de São Francisco de Paula e Cambará do Sul. À tarde, o evento consistiu em uma mostra de 25 pôsteres e apresentações orais de 12 trabalhos em nível de pós-graduação, reunindo cerca de 22 ouvintes.

No dia 04/12, terça-feira, alunos da graduação e participantes do PIBID - UERGS/CAPES apresentaram seus trabalhos, totalizando 15 projetos e 54 ouvintes. Como fechamento da 2ª Mostra, os pôsteres apresentados no evento foram socializados com a comunidade de São Francisco de Paula através da realização de uma Mostra Itinerante que percorreu cerca de 7 locais/localidades diferentes (Secretarias municipais, escolas, cooperativa, biblioteca municipal entre outros) no período de 5 a 20 de dezembro de 2018. Como impacto desses resultados a 2ª Mostra ObservaCampos foi consolidada como um evento institucional pelo Colegiado da UERGS - Unidade Hortênsias em São Francisco de Paula. Parte destes trabalhos são apresentados a seguir.

REFERÊNCIAS

BINKOWSKI, P.; HERNANDEZ, A. R. C.; REINEHR, R. Relato de experiência: Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos), UERGS Hortênsias, São Francisco de Paula/RS. **Anais...** VII Seminário Observatórios: Pesquisas, instituições e sociedade nas tramas de crise. UNISINOS, Porto Alegre, out./2017.

GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. Ambientalização curricular na Educação Superior: desafios e perspectivas. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n.3. 2014, p. 109-126.

SATO, M.; GAUTHIER, J.; PARIGIPE, L. A insurgência do grupo pesquisador na educação ambiental sociopoética. In: SATO, M.; CARVALHO, I. (Orgs.). **Educação Ambiental-pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 99-118.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - UERGS. Pró-Reitoria de Extensão. **Dados SIEPEX**. Disponível em: <https://proex.uergs.edu.br/programas/siepex>. Acesso em: 20 Set. 2019.

CONFERÊNCIA

**O PAPEL DAS REDES NA ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA
PESQUISA E PRÁTICA SOCIAL**

Marilene Maia¹¹



O tema proposto para o aprofundamento da segunda edição da **Mostra ObservaCampos** supõe uma atenção especial em relação ao método de sua exposição. Entende-se que para estabelecer a coerência entre o conteúdo e a forma é fundamental apresentá-lo numa perspectiva analítica, problematizadora e pensante sobre os temas e as realidades a elas relacionadas. Inspira-nos Zamagni (2011), quando afirma que o **mundo sofre a carência de pensamento**. Segundo o autor não sofre a carência de recursos, mas sim a carência de pensamento. E o pensamento deve ser pensante e não calculante. O pensamento calculante é aquele que se coloca somente para resolver problemas sem indicar a direção, onde se quer chegar, que é a perspectiva apontada pelo pensamento pensante.

A partir deste pressuposto e propósito, indicamos a tematização dos quatro eixos que compõem nossa contribuição neste debate: *social, pesquisa, práticas e redes*.

Iniciamos pelo tema **social**. Termo recorrentemente tratado, já que tem relação direta com a sociedade e suas múltiplas relações. De alguma forma todos/as temos algo a dizer, a

¹¹ Assistente Social, Doutora em Serviço Social. Professora do curso de Serviço Social da Universidade do Rio dos Sinos - Unisinos. Coordenadora do Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos – ObservaSinos. E-mail: menimaia@terra.com.br

problematizar, a pensar sobre o **social**, que pressupõe relações, sociabilidades, modos de ser, de estar, de agir e de se manifestar. Aplica-se às interações significativas para os sujeitos, e, por isso, se estabelecem entre humanos e também, destes, com outros seres e o ambiente.

O social é construído na história e se revela nas realidades tramadas entre as dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, ambientais, ou seja, a tudo que potencializa e limita a vida. Para analisarmos o social em tramas necessitamos reconhecer que é re-des-construído em meio aos diferentes projetos societários, coletivos e individuais. José Paulo Netto destaca:

[...] os membros da sociedade, homens e mulheres, sempre atuam teleologicamente – isto é: as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e fins. A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para logr-la. (NETTO, 2010, p. 2).

Assim, as pessoas estabelecem relações sociais, que são travadas em sociedade a partir de projetos individuais, coletivos e societários construídos a partir das dimensões axiológicas (valores), teleológicas (propósitos) e metodológicas (caminhos de realização). Esses projetos e as suas relações, por isso, são distintos e, muitas vezes, contraditórios. Acrescente-se a estes, outras duas dimensões: epistemológicas (conhecimentos) e ontológicas (do ser e suas relações).

Esta construção, humana e social, incide sobre as realidades, que conforme Sousa (2015) não é visível a olho nu. Segundo o sociólogo, para a realidade ser vista e analisada são necessários mais do que os músculos dos olhos, já que existem muitas ideias que selecionam e distorcem o que os olhos veem e escondem aquilo que os donos do poder não querem que seja visto.

Neste sentido, podemos ampliar o nosso debate com a segunda e terceira temáticas propostas: pesquisa e práticas sociais. Para incidirmos nas realidades sociais, ou seja, para que as práticas tenham incidência no social e na sociedade, faz-se necessária a experiência investigativa e, por isso, analítica dos projetos implementados. Desta forma as dimensões da pesquisa e da prática social estão diretamente relacionadas e se colocam como condição para que os projetos individuais, coletivos e societários se constituam.

A prática e a pesquisa social têm presença analítica, crítica e propositiva em relação às realidades. Aliás, as ciências e, em especial, as ciências sociais ganham sentidos quando partem das realidades sociais (MARTINS, 2019). Esta potência da prática e da pesquisa social é alavancada quando construída a partir das realidades e de processos participativos. A

participação pode ser entendida como um “[...] processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. (GOHN, 2005, p. 30).

Alcança com isso múltiplas relações de agentes, de setores, de conhecimentos. Assim a investigação e a ação social estabelecem processos que *circuítam* (BRAGA, 2009) as realidades e, por isso, interferem na política, na cultura, na economia, na vida social. Importante destacar que estes processos constroem **democracia**, perspectiva que emerge dos temas em estudo nesta comunicação.

A participação é o elemento que confere qualidade à democracia, é através dela que são construídos novos sentidos para o protagonismo e avanço para além de uma democracia representativa. Assim, a democracia é antes de tudo, o reconhecimento da pessoa humana como valor e em convivência. Viola (2008) destaca que quando referimos pessoa estamos reconhecendo-a em meio à sociedade e na condição de convívio, já que ninguém vive sozinho. Então, democracia é um sistema de convivência em que valores se expressam e passam a caracterizar a sociedade. Credita-se à democracia valores fundados na liberdade, igualdade e no poder de decisão sobre os processos de convivência, dos pequenos aos grandes grupos sociais dos quais fazemos parte.

Quando introduzimos o tema da convivência em sociedade pode-se facilmente reconhecer a presença e potência das redes, última temática dessa proposta, mas o primeiro eixo proposto no título desta comunicação: ***O papel das redes na estruturação e fortalecimento da pesquisa e prática social***. Partimos dos significados dados ao termo rede. Um dos sentidos dados à rede diz respeito à captura ou aprisionamento de algo: peixe, cabelos etc. O outro, contraditoriamente, aponta as redes como comunicação ou libertação. Assim, ao problematizar e promover o pensamento pensante sobre o tema da rede ou das redes percebemos os conflitos, as tensões em relação à sua perspectiva teleológica e praxiológica. A pergunta que se coloca é: o que queremos para as nossas redes de pesquisa e de prática social?

Eu assumo um posicionamento em defesa das redes que libertam. Fundamento esta escolha a partir da concepção de redes relacionadas às rodas. Nossa referência às rodas vem de Gastão Campos (2007), que apresenta as rodas como espaço de humanização, alegria, vínculo e relações horizontais, ou seja, democráticas. Refere o autor que é nas rodas que aprendemos a ser gente para lidarmos com gente. Assim, é nas rodas e nas redes que

aprendemos a convivência, a pesquisa e a prática social e, por consequência, a democracia. Assim, as redes e as rodas se constituem como lugar de educação permanente, onde se aprende fazendo e fazendo se aprende.

REFERÊNCIAS

BRAGA, J. L. **Midiatização**: a complexidade de um novo processo social. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2477-jose-luiz-braga>. Acesso em: 19 Set. 2019.

CAMPOS, G. W. de S. **Um método para análise e co-gestão de coletivos**. São Paulo: Hucitec, 2007.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINS, J. de S. **Os sociólogos distraídos e a invasão ideológica nas Ciências Sociais**. Entrevista IHU em 9 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592388-os-sociologos-distraidos-e-a-invasao-ideologica-nas-ciencias-sociais-entrevista-especial-com-jose-de-souza-martins>. Acesso em: 19 Set. 2019.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em: 20 Set. 2019.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**. São Paulo: LeYa, 2015.

VIOLA, S. **Direitos humanos e democracia no Brasil**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2008.

ZAMAGNI, S. **Reciprocidade, fraternidade, justiça**: uma revolução da concepção de economia. Revista IHU On-line. São Leopoldo: Unisinos, jun/2011. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3919-stefano-zamagni-3>. Acesso em: 23 Ago. 2019.

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO E AMBIENTES



RELATO DE EXPERIÊNCIA

HORTA NAS ESCOLAS: UMA FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Samuel Presa Rodrigues¹²

Rosmarie Reinehr¹³

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o Brasil testemunhou um gigantesco êxodo rural, milhões de brasileiros deixaram o campo para se instalarem em centros urbanos. Com o passar dos anos a maioria dos descendentes desses migrantes do campo acabaram perdendo seus vínculos com os hábitos rurais, como os cuidados com a terra e a produção de alimentos, entre outros. Esse distanciamento pode contribuir para a não observância da importância do ambiente natural à vida humana. Resgatar esse vínculo dos alunos e professores com a terra e todo o processo que essa interação favorece, significa algo maior do que o resgate de uma cultura. Implica no resgate de qualidade de vida, de cuidados com o meio ambiente e dos vínculos que se estabelecem entre estes, com o espaço que ocupamos e com a produção do alimento consumido.

Nesse contexto, o projeto HORTA NAS ESCOLAS, executado em parceria com a Secretaria de Saúde do município de São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul (RS), no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), visou proporcionar o resgate das práticas rurais no centro urbano do município, buscando sensibilizar o corpo docente e discente da rede pública de ensino para as atividades do campo, incluindo as equipes gestoras na reflexão de suas propostas (extra) curriculares, na perspectiva de estabelecer aproximação a um ideal sustentável nos modos do definido pelo material sobre Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vidas). Segundo as diretrizes do Com-Vidas, um espaço educador sustentável é

¹² Acadêmico do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: samuel-rodrigues@uergs.edu.br

¹³ Professora Adjunta nos cursos de graduação Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Gestão Ambiental e no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente. E-mail: rosmarie-reinehr@uergs.edu.br

[...] onde as pessoas estabelecem relações de cuidado uns com os outros, com a natureza e com o ambiente. Esse espaço cuida e educa para a sustentabilidade de forma deliberada e intencional, mantendo a coerência entre discurso, conteúdos, práticas e posturas. Além disso, assume a responsabilidade pelos impactos que gera e busca compensá-los com tecnologias apropriadas. Ele nos ajuda a aprender, a pensar e a agir para construir o presente e o futuro com criatividade, inclusão, liberdade e respeito às diferenças, aos direitos humanos e ao meio ambiente. Educa por si mesmo e torna-se referência de sustentabilidade para toda a comunidade. A escola sustentável que tem estas características estabelece relação entre o currículo, a gestão e o espaço físico (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2012).

Por sua capacidade de promover ações de educação ambiental de caráter transversal, capaz de reunir a comunidade escolar em torno do contato com terra, com o processo de produção de alimentos e com os desafios da preservação do meio ambiente, projetos de educação ambiental fortalecem a interdisciplinaridade, que consiste em buscar diferentes soluções para problemas ambientais de diferentes complexidades, tais como higiene, alimentação, contaminação e organização de áreas verdes, nas suas distintas proposições. Nesta condição as diferentes disciplinas/saberes contribuem para a melhor compreensão de problemas específicos das comunidades (UNESCO, 1980).

No relato em tela, parte da criação de canteiros de horta orgânica em cada uma das escolas participantes do projeto, desenvolvida através de oficinas prático/conceituais envolvendo os alunos e professores com a utilização de materiais de reaproveitamento, num movimento circular de observação do processo, com vistas a identificação de potencialidades e dificuldades da implementação de hortas escolares nas unidades escolares do município.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa-ação (investigação-ação) advém das ciências sociais, tendo como precursor no campo da educação e planejamento rural no Brasil, o sociólogo brasileiro João Bosco Pinto na adoção desta estratégia metodológica com o objetivo de incentivar a participação dos camponeses nos processos de planejamento e desenvolvimento regional e local. Teoricamente referenciada no conceito de educação libertadora, a proposta de pesquisa-ação de Pinto (1989) apresenta as seguintes implicações para os setores populares:

- o acesso ao conhecimento técnico-científico, que possibilite a participação e o desvelamento da realidade e sua efetiva transformação pelo trabalho/ação;
- o incentivo à criatividade, a fim de gerar novas formas de participação;
- a organização da base em grupos, nos quais eles sejam o sujeito/agente de sua transformação/libertação.

As atividades do projeto tiveram início com a realização de visitas às unidades escolares da rede pública de ensino do município de São Francisco de Paula, para apresentação das bases da proposta e de cenários possíveis em relação à institucionalização de parcerias com foco na vivência de culturas do campo como fomento à qualidade de vida na região urbana. O projeto foi executado em parceria com a Secretaria de Saúde do município dentro do Programa Saúde na Escola (PSE) e contou com um ajuda financeira de R\$ 1.000,00, valor utilizado para aquisição de mudas de hortaliças, temperos e chás. Escolas que não dispunham de ferramental receberam *kits* de jardinagem compostos por 6 pás, 3 ancinhos, 2 regadores, mudas de chás, hortaliças, temperos e composto orgânico.

Nesta parceria, o projeto HORTA NAS ESCOLAS por intermédio de oficinas/palestras e da criação de canteiros orgânicos para plantio de alimentos, promoveu o desenvolvimento de conhecimentos básicos de gestão de resíduos sólidos, cuidados com o solo, técnicas de produção orgânica e alimentação saudável. Isso se deu por meio de 4 (quatro) oficinas/palestras temáticas e 5 (cinco) ações práticas. O quadro a seguir apresenta as principais problemáticas urbanas abordadas e as ações subsequentes.

Quadro 1- Demonstrativo da implementação do Projeto em 2018

Oficinas/Palestras	Ações Práticas	Período
1. Gestão de resíduos sólidos, o perigo dos plásticos nos oceanos e o custo dos resíduos orgânicos que vão para o descarte no orçamento público.	1. A ação pretendeu através da proposta de confeccionar canteiros fomentar o reaproveitamento de materiais e recolhimento de lixo seco, para isso utilizou garrafas PET de 2 litros que foram preenchidas com lixo seco (sacolas plásticas, papel e afins). Esse processo permitiu que as garrafas PET tivessem a consistência apropriada para formar de maneira articulada e duradoura o <i>layout</i> dos canteiros. Cada aluno participante de sua respectiva escola foi orientado a trazer uma garrafa PET resíduo seco.	Agosto
	2. Confeção dos canteiros com as garrafas PET.	Agosto
2. Tipos de solo, solos degradados e solos férteis, recuperação de solos degradados e compostagem.	3. Cada aluno participante foi orientado a trazer uma quantidade de solo fértil para a escola com a finalidade de preencher os canteiros já prontos.	Setembro
3. Agrotóxicos, alimentação orgânicas, certificações e técnicas de plantio orgânico, escolha das mudas a serem plantadas.	4. Plantio das mudas escolhidas.	Outubro

4. Produção orgânica, cuidados com as plantas e solo, controle de possíveis pragas e colheita.	5. Acompanhamento da evolução do plantio, possíveis correções e encerramento.	Novembro
Avaliação dos resultados e fechamento do projeto		Dezembro

Fonte: Autores (2019)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No total 6 (seis) escolas localizadas na sede do município de São Francisco de Paula/RS participaram do projeto, com diferentes níveis de atingimento dos objetivos propostos. Por questões de logística foi possível, dentro do prazo de execução do projeto, a construção de canteiros em apenas 4 (quatro) das 6 (seis) escolas participantes. Em 2 (duas) das escolas foram realizadas somente as oficinas/temáticas, em uma delas por falta de espaço para a construção dos canteiros, em função de reformas do prédio e em outra pela ausência de cercamento do pátio escolar.

Em termos numéricos, cerca de 1500 alunos e 24 professores participaram das 4 Oficinas/Palestras, resultando no recolhimento e reutilização de mais de 02 toneladas (ton.) de resíduos secos. Com base nestes números, a aplicação das técnicas de compostagem de orgânicos para além dos muros da escola, poderia representar considerável diminuição do volume desses resíduos no descarte das residências, considerando-se o número de matrículas da rede de ensino do município, estimada em 3.700 alunos na rede pública de ensino - 3.056 matrículas no ensino fundamental e 661 matrículas no ensino médio (IBGE, 2015). Tais dados permitem estimar que o repasse das informações e conceitos na proporção de 1 para mais 3 pessoas, somados alunos, professores, auxiliares e respectivos núcleos familiares, poderia ultrapassar o número de 4.000 pessoas, o que representa 20% da população do município, estimada em 20.537 habitantes segundo dados do IBGE para o ano de 2018 (IBGE, 2018).

Existe o interesse da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do município de consolidar as iniciativas do projeto Horta nas Escolas como política pública voltada à educação ambiental, constituindo-se como ferramenta de transferência e construção de conhecimentos, para o qual a conceituação de ações práticas se mostra competente à expansão de políticas públicas, entre elas a gestão de resíduos sólidos, segurança alimentar e saneamento, representando um canal de entrada aos núcleos familiares através e por intermédio da comunidade escolar.

Especialmente a prática da compostagem domiciliar desenvolvida pelos alunos pode diminuir em até 40% o volume de resíduos sólidos a ser recolhido pelo sistema de coleta de resíduos do município. Tais ações, além de diminuir o custo com a coleta e descarte, facilitam a seleção para os processos de reaproveitamento e reciclagem. Atualmente o município envia para aterros sanitários 100% dos resíduos domésticos que recolhe num total de 270 toneladas mês, a um custo de R\$ 105,00 a tonelada mais o frete (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2017).

Em relação as principais dificuldades encontradas para a implementação do projeto, a questão financeira não foi observada como impedimento para as ações, durante todo o processo quase a totalidade dos envolvidos contribuiu para financiar os custos excedentes do projeto. De forma unânime, a maior dificuldade apresentada pelas escolas participantes refere ao tempo disponível dos professores para a realização de atividades extracurriculares, além da obtenção de materiais como terra e ferramentas para utilização nas atividades, mencionadas pelos docentes e gestores envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nossa avaliação o projeto obteve êxito em seu propósito e seria relevante sua continuidade como projeto de extensão acadêmica ou mesmo como política pública de apoio à educação ambiental, na forma de parcerias entre Universidades e Secretarias de Meio Ambiente, Assistência Social e Saúde do município de São Francisco de Paula/RS. Em sua área de alcance, o Projeto fomentou as práticas de educação ambiental, despertando nos alunos da rede pública de ensino fundamental, o interesse de cuidar do meio ambiente, gerir seus resíduos sólidos, plantar parte do seu alimento e disseminar as práticas de hortas urbanas orgânicas.

Ao desenvolver ações de educação ambiental de maneira simples e didática o projeto deu impulso a movimentos participativos através do núcleo de horta orgânica em quatro escolas do município, fomentando a geração de multiplicadores dos conhecimentos básicos de gestão de resíduos sólidos, recuperação de solos degradados e produção de alimentos orgânicos, capazes de disseminar seus benefícios para a saúde e meio ambiente e, consequentemente a diminuição da quantidade de resíduos orgânicos ofertados para recolhimento e descarte pelo serviço público de coleta de resíduos.

Sob o ponto de vista educacional, tais projetos reafirmam a urgente imposição de compromissos, quer de municípios, quer de regiões, com a implementação de 4 processos

interligados, que conforme Sorrentino *et al.* (2005) devem ter foco na 1 - formação de educadores ambientais, 2 - educomunicação socioambiental, 3 - estruturas educadoras: “municipais, da escola à praça pública; do viveiro à horta comunitária, dentre outras, nas quais, ou a partir das quais, acontecem ações ou projetos voltados para a sustentabilidade, que devem ter por objetivos a transformação da qualidade de vida e também a definição e implementação de seu papel educador” (SORRENTINO *et al.*, 2005, p. 291) e 4 - foros e coletivos, que favoreçam a vivência participativa. Tais investimentos atuam diretamente na transformação de atividades extra-curriculares (dificultadas aos professores) em projetos políticos pedagógicos em que a educação ambiental compareça de forma integrada ao currículo escolar e políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Formando Com-Vida, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo a Agenda 21 na escola.** Brasília: Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2015. **Matrículas da rede de ensino do município de São Francisco de Paula/RS.** Disponível em: <https://ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 Set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2018. **Número de habitantes de São Francisco de Paula/RS.** Disponível em: <https://ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 Set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. **La educación ambiental.** Las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi. Paris: Unesco, 1980.

PINTO, J. B. G. **Pesquisa-Ação:** detalhamento de sua sequência metodológica. Recife, 1989, Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Informações sobre resíduos em São Francisco de Paula/RS.** Disponível em: <https://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br>. Acesso em: 20 Set. 2019.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educ. Pesqui.** [online]. 2005, vol.31, n.2, p.285-299. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 Set. 2019.

ENSAIO TEMÁTICO

O TRABALHO COM APOSTILA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RELAÇÕES COM A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: POSSIBILIDADES, LIMITES E TENSÕES

*Joice Lamperti¹⁴
Denise Madeira de Castro e Silva¹⁵*

INTRODUÇÃO

A educação brasileira de modo geral passará por ajustes e adequações a partir da implementação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada no ano de 2018. Esta visa diminuir as diferenças de ensino no país, e garantir aprendizagens vistas como essenciais ao Ministério da Educação (MEC), assegurando assim, igualdade de oportunidades futuras aos educandos.

A educação infantil (EI), como parte da educação básica, é contemplada, nessa BNCC, com cinco campos de experiências e seis direitos de aprendizagem. Considerando esta concepção de infância e de EI, é inviável pensar este momento escolar regido e controlado por materiais apostilados pré-fabricados e distantes da realidade de cada município, inseridos como verdade absoluta e solução fácil aos problemas da sala de aula. A EI, é muito mais que conteúdos e metas, é a fase em que a criança tem o direito de brincar e aprender ao mesmo tempo, partindo da interação livre e de momentos lúdicos. Obviamente, o professor interfere, ajuda, explica e ensina no dia a dia e na rotina, e também cria projetos e atividades, a partir dos interesses e necessidades das crianças, desenvolvendo objetivos a fim de focar no que realmente é necessário para aquela turma específica ter contato.

Partindo desta ideia, este artigo visa analisar especificamente o volume 2 de um sistema de ensino apostilado, focalizando no livro do professor e no primeiro tema, intitulado “Dinossauros”. Este livro é dividido em duas partes; na primeira constam orientações metodológicas e didáticas detalhadas acerca de todas as ações que o professor deve ter durante a aula. A segunda parte do livro, é uma representação das páginas da apostila da criança em tamanho reduzido. O público-alvo desta apostila são crianças na faixa etária dos

¹⁴ Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: joicelamperti@hotmail.com

¹⁵ Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: denimcs@gmail.com

cinco anos de escolas públicas. Para uma melhor análise foi necessário que houvesse contato com o volume 1 da apostila do professor, pois, apenas nela, constam a proposta pedagógica do material, assim como explicações sobre os campos de experiência, o papel do professor e como é vista a criança, além de explicações sobre os ícones presentes em cada página.

O objetivo desta análise é averiguar se as atividades propostas neste volume deste sistema apostilado estão alinhadas aos Campos de Experiência previstos na BNCC como garante as orientações ao professor.

REFERENCIAL TEÓRICO: OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA, A BNCC E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo a BNCC (BRASIL 2018, p. 38), os campos de experiências previstos levam em conta o ponto inicial de que a EI se baseia na brincadeira e nas interações, a partir disso, criou-se cinco campos que “podemos compreendê-los como a predisposição de ambientes específicos por parte dos professores, que permitem possíveis ações de descoberta por parte das crianças” (ZUCCOLI, 2015, p. 209) no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos. Conforme Barbosa e Richter (2015, p. 192) a organização em campos de experiência possibilita a compreensão atualizada das áreas do conhecimento de forma interligada.

Além dos campos de experiência a BNCC contempla seis direitos de aprendizagem que visam inserir uma intencionalidade pedagógica nas práticas pedagógicas na EI, o que consiste na capacidade do educador de criar experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza e com a cultura, inseridas nas práticas de cuidados pessoais como alimentação, higiene e vestuário juntamente com suas brincadeiras. São estes conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Integrar os direitos de aprendizagem as atividades propostas, organizadas e planejadas dentro dos campos de experiência, respeitando a realidade, os conhecimentos prévios, os desejos e curiosidades das crianças, o professor poderá alcançar os mais altos objetivos previstos com sua turma.

No atual contexto da educação brasileira, existem empresas privadas que vendem material didático pronto para uso. No Brasil, na década de 1950 surgiram os primeiros sistemas apostilados com a alegação do método ser mais prático, dinâmico e, principalmente, mais coerente com a nova “realidade” da educação brasileira” (MOTTA, 2001, p. 82). A utilização de sistemas apostilados vem ao encontro do capitalismo visto que a educação

passou a ser tratada como produto, sendo vendida em materiais prontos, com o principal intuito de lucro, maquiados pela promessa de praticidade, padronização e facilidade de alcançar objetivos com qualidade.

Esses materiais prontos dificilmente suprem as reais necessidades das crianças, além de delimitarem o assunto a ser trabalhado, as atividades e modos de aplicação das mesmas, acabam por engessar as crianças e estimula-las a aceitar o pronto sem questionar, apenas realizar as tarefas solicitadas, esta concepção é considerada ultrapassada. Abramowicz, Cruz e Moruzzi (2016, p. 52) defendem que a EI deve ser basear nas experimentações, criações, brincadeiras, onde o faz de conta e a imaginação sejam os norteadores do trabalho decente, algo impossível de ser encapsulado e vendido como mercadoria.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo foi construído a partir de concepção de pesquisa qualitativa em educação, que significa que se baseia na percepção e compreensão humana para se alcançar os resultados. Este tipo de pesquisa é “interpretativo, baseado em experiências, situacional e humanístico” onde cada pesquisador o fará de maneira diferente, mas quase todos trabalharão em sua interpretação. (STAKE, 2011, p. 41).

A análise foi realizada no 1º e 2º volumes de determinado sistema de ensino usado na EI de um município da Serra Gaúcha. Primeiramente foi realizada uma revisão bibliográfica acerca da utilização de sistemas apostilados e suas consequências para educação brasileira, destacando-se como uma referência os trabalhos de Adrião, Borghi e Domiciliano (2010). Também houve o aprofundamento dos estudos em relação aos campos de experiência e a BNCC, oportunizados sobretudo por Barbosa, Richter e Simonis (2015) e também Carvalho e Fochi (2017).

Para realização da análise da apostila fez-se uma leitura exploratória das atividades e elaborada uma tabela contendo a atividade, os ícones que representam os campos e um comentário crítico. Após realizou-se o preenchimento da tabela de acordo com os exercícios previstos na apostila, a identificação do ícone e o diagnóstico da pertinência em relação ao campo de experiência. No comentário crítico, registramos a síntese deste diagnóstico de forma analítica, possibilitando que houvesse uma visão geral do material.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A APOSTILA E SUA PERTINÊNCIA AOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA

O volume 2 da apostila analisada, nesta pesquisa, tem como primeiro tema “Dinossauros”, afirmando que se trata de um assunto que costuma povoar o imaginário infantil e, portanto, as crianças se interessariam. No entanto, consideramos que este tema é algo distante do cotidiano, e um tanto difícil de relacionar com a realidade, o que é muito importante nesta etapa, pois uma proposta pedagógica necessita vincular-se a todos os sujeitos para buscar atender as suas especificidade e necessidades.

Uma proposta pedagógica que utiliza apostilas padronizadas em nível nacional dificilmente conseguirá atender as demandas regionais e, em relação ao tema Dinossauros, podemos inferir que impossibilita o uso do concreto, pois utiliza-se apenas do imaginário das crianças a partir de desenhos, filmes, histórias e brinquedos dificultando a compreensão das atividades e assimilação de aprendizagens.

Deve-se lembrar que na EI, há uma rotina pré-definida assim como nas demais etapas da educação básica, porém, nesta etapa, as crianças estão vivendo a cada dia uma novidade e novas descobertas, fazendo todo e qualquer processo iniciado mais lento, mesmo assim, se deve respeitar o tempo de cada criança. Nesse sentido Correa e Adrião (2014, p. 383) alertam para o fato de que é notório que, estimulados a seguirem um cronograma de atividades imposto pela apostila, professores irão modificar a rotina, tornando-as mais “rígidas e inadequadas à aprendizagem e desenvolvimento das crianças na pré-escola”.

Ainda segundo Kuhlmann Jr. (1999 *apud* CORREA; ADRIÃO 2014, p. 392) seria um equívoco engessá-la nos moldes do ensino fundamental, pois, ainda não é o momento de sistematizar o mundo, mas sim de apresenta-lo proporcionando-lhes experiências diversificadas, pois a EI tem um intuito diferente das demais etapas da educação básica, baseado nos eixos interação e brincadeira, segurados pelas DCNEIS.

O principal dever e intuito da educação infantil deve ser a criança, seu desenvolvimento como pessoa, integrando ensinamentos relacionados a sua cultura, sociedade, e entendimento como pessoa, única e individual, obtendo a cada dia, mais conhecimento e domínio do próprio corpo, das suas capacidades e limitações, assim como hábitos de higiene, respeitando os demais e suas especificidades, relacionando sempre com a família para que haja uma colaboração entre professores e pais, visando desenvolver todas as capacidades das crianças.(BASSEDAS; HUGUET; SOLÉ, 2009)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário realmente compreender que os “eixos norteadores” como o próprio nome já diz, são o que se deve basear-se ao pensar em EI. Qualquer plano, projeto, atividade ou programação deve levar em conta estes eixos, isto é, tornar os eixos os pilares para a construção de algo referente a esta etapa especial e única na vida de tantas crianças.

O volume da apostila analisada em seu tema “Dinossauros”, foge de princípios considerados importantes por muitos autores como Barbosa (2009), Fochi e Carvalho (2017) e Cruz e Cruz (2017), que são os de considerar a realidade da criança ao abordar um assunto em conjunto com elas, este que deve partir do interesse das próprias, de seus conhecimentos prévios e de suas curiosidades.

Entender a experiência como o mais importante na EI é a chave para um bom processo de ensino-aprendizagem. Isto é, a partir das experiências e saberes que a criança já possui criar atividades em que a criança possa confrontar e explorar seus conhecimentos, além de criar, imaginar e construir por si própria, brincando e interagindo com o professor e os colegas, seu aprendizado e seu potencial cognitivo. De acordo com Barbosa e Richter (2015, p. 196) o currículo da EI pressupõem que esteja de acordo com a cultura da comunidade, das famílias e suas práticas sociais e culturais, focando o ensino na experiência, buscando que a prática educativa tenha sentido e significado, embasados na imaginação, ludicidade, alegria, cuidado e relação de pertencimento as ações desenvolvidas.

O material apostilado analisado por si só, infringe os eixos principais da EI, e se torna o protagonista da rotina diária escolar pelo simples fato de ser algo imposto pelas Secretarias de Educação municipais a ser realizado de forma obrigatória. O professor e as crianças devem realizar cada volume em determinado período de tempo, mesmo que o tema e as atividades não estejam agradando a turma e suprimindo suas necessidades. As curiosidades, rotinas, vidas particulares e até mesmo acontecimentos banais em que as crianças poderiam aprender muito, sobre algo presente e atual, não pode ser trabalhado de forma aprofundada, pois o objetivo principal deve ser a conclusão dos exercícios da apostila. Com isso, dado as atividades propostas pela apostila, pouco tempo para a sua realização, o engessamento das rotinas das escolas de EI, fica patente que os campos de experiência previstos na BNCC e já consagrados como abordagem metodológica exitosa utilizada em outros países, como a Itália, não podem se encerrar em sistemas apostilados de ensino, pois como já conceituava Madalena Freire (1989) sobre educação infantil: É vida aqui e agora.

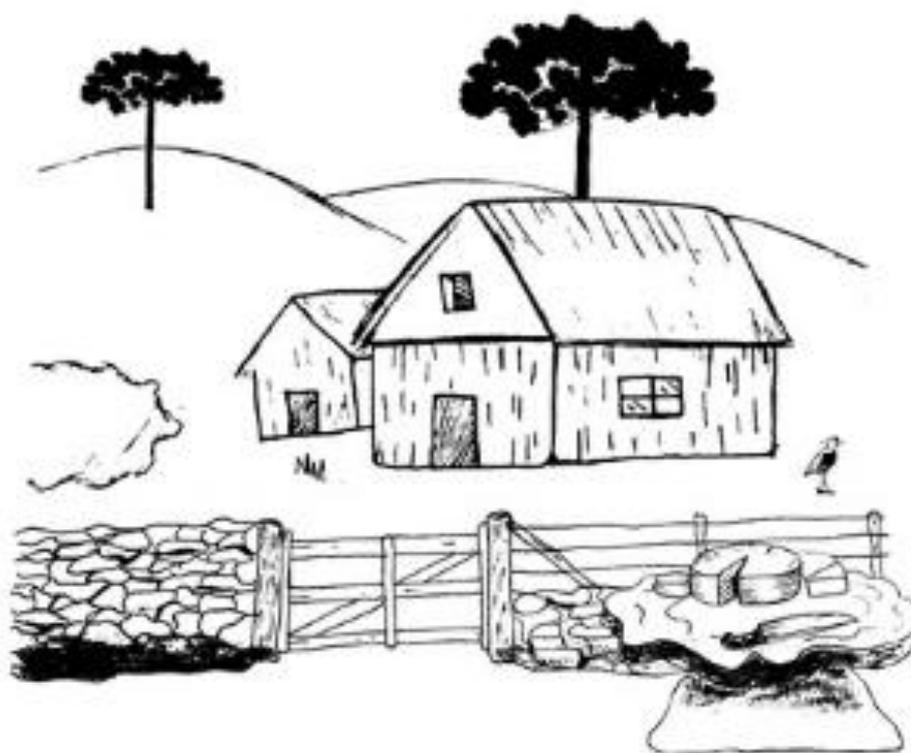
REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, A.; CRUZ, A. C. J.; MORUZZI, A. B. Alguns apontamentos: a quem interessa a base nacional comum curricular para a educação infantil? Maceió, **Debates em Educação**, Vol. 8, nº 16, Jul./Dez. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/viewFile/2385/213>. Acesso em: 21 Ago. 2018.
- ADRIÃO, T.; BORGUI, R.; DOMICIANO, C. A. Educação infantil, ensino fundamental. Inúmeras tendências de privatização. Brasília. **Revista Retratos da Escola**, v. 4, n. 7, p. 285-298, jul./dez. 2010.
- BARBOSA, M. C. S.; RICHTER, S. R. S. Campos de Experiência: uma possibilidade para interrogar o currículo. In: FINCO, D.; BARBOSA, M. C.; FARIA, A. L. G. **Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro**. Campinas: Leitura Crítica, 2015. p. 189-195.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a educação infantil**. Práticas cotidianas na educação infantil - bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Consultora Maria Carmen Silveira Barbosa. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Disponível em: <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2018.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 Jun. 2018.
- CARVALHO, R. S. de. FOCHI, P. S. Pedagogia do Cotidiano na (e da) Educação Infantil. Brasília, **Em Aberto**, v. 30, n. 100, p. 1-192, set./dez. 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/369606090/Revista-Em-Aberto-Pedagogia-Do-Cotidiano-Na-Educacao-Infantil>. Acesso em: 04 Set. 2018.
- CORREA, B.; ADRIÃO, T. O material apostilado utilizado em pré-escolas municipais paulistas: análise de dois casos. Goiânia, **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 30, n. 2, p. 379-396, mai./ago. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/53681-219158-1-SM.pdf>. Acesso em: 23 Set. 2018.
- CRUZ, S. H. V.; CRUZ, R. C. de A. O ambiente na educação infantil e a construção da identidade da criança In: CARVALHO, R. S. de.; FOCHI, P. S. (Orgs.). Pedagogia do Cotidiano na (e da) Educação Infantil. Brasília, **Em aberto**, v. 30, n. 100, p. 71-81, set./dez. 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/369606090/Revista-Em-Aberto-Pedagogia-Do-Cotidiano-Na-Educacao-Infantil>. Acesso em: 04 Set. 2018.
- MOTTA, C. E. de S. Indústria cultural e o sistema apostilado: a lógica do capitalismo. Campinas. **Cadernos Cedes**. V. 21, nº54, p;82- 89, agosto/2001 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n54/5272.pdf>. Acesso em: 21 Ago. 2018.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa:** estudando como as coisas funcionam. São Paulo: Penso, 2011.

ZUCCOLI, F. As indicações nacionais italianas: campos de experiência e arte. In: FINCO, D.; BARBOSA, M. C.; FARIA, A. L. G. **Campos de experiências na escola da infância:** contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas: Leitura Crítica, 2015. p.199-220.

CAPÍTULO III - POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO E PATRIMÔNIOS



ENSAIO TEMÁTICO

O TURISMO NAS PROPRIEDADES RURAIS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

*Vanessa Karine Spindler¹⁶
Celmar Corrêa de Oliveira¹⁷*

INTRODUÇÃO

O Turismo Rural tem crescido ano após ano no Brasil. Muito se deve ao fato da potencialidade que se tem no território nacional por haver ampla extensão rural. Outro fator importante é a diversificação de atividade econômica para as propriedades rurais, levando em consideração que o Turismo Rural agrega valor ao local. A escolha do tema proposto para este ensaio temático busca mostrar a importância do meio rural para a cidade de São Francisco de Paula (SFP), Rio Grande do Sul (RS), Brasil, e na formulação de políticas públicas para SFP. Comparando a cidades tanto no RS quanto em outras regiões do Brasil, onde o Turismo Rural tem sido muito importante para a economia, a formulação e a implementação de políticas públicas mostram-se relevantes para que a atividade turística se torne um meio de renda, geração de empregos e valorização da comunidade local.

O deslocamento de pessoas vindas do meio urbano para o rural aumenta quando se tem a oferta de locais que proporcionem experiência ao turista, de forma a que ele possa interagir com o meio visitado, conhecer o diferente e se tornar acolhido; sabendo que há estrutura para passar o dia ou alguns dias em meio a natureza e quem sabe reviver o passado por meio de atividades no meio rural. Vale referir também que a área rural é destaque na produção e colheita de alimentos. Essas atividades, desenvolvidas de forma sustentável, proporcionam aos moradores locais e aos turistas a possibilidade de consumo de alimentos saudáveis, condição imprescindível a uma melhor qualidade de vida.

Com base na premissa – a oferta de possibilidades aos turistas que lhe proporcionem experiências acolhedoras e interativas potencializa a participação em atividades do turismo rural – o estudo busca analisar os aspectos de planejamento, políticas públicas existentes para

¹⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: vanessaks.tur@gmail.com

¹⁷ Professor no Programa de Pós-Graduação Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Líder do Grupo de Pesquisa Política, Gestão Pública e Desenvolvimento UERGS/CNPQ. E-mail: celmar-oliveira@uergs.edu.br

o desenvolvimento do turismo rural sustentável em São Francisco de Paula/RS. O ambiente rural é extenso e com isso pode-se propor esta análise, sabendo que em outros locais a atividade rural quando diversificada nas propriedades contribui para o desenvolvimento rural e regional e proporciona ao turista maior qualidade de vida e alimentação saudável. Os turistas que moram em centros urbanos buscam o interior a procura de comida caseira, atividades ao ar livre e conhecer locais que lhes proporcionem bem-estar e até mesmo permitam reviver o passado, identificando elementos caracterizadores daquela época. Com isso, a experiência se faz presente quando há a interação do turista com o local. O estudo se propõe a responder, ainda que parcialmente, a seguinte questão: Como potencializar o turismo rural sustentável em São Francisco de Paula/RS?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo teve como objetivo analisar os aspectos de planejamento, políticas públicas existentes para o desenvolvimento do turismo rural sustentável em São Francisco de Paula/RS. Caracteriza-se por meio da abordagem qualitativa, com pesquisa exploratória, e como campo de estudo tem o município de São Francisco de Paula – RS. Conforme Dencker (2002, p. 97), a pesquisa qualitativa consiste “na observação dos fenômenos sociais, feita de maneira intensiva a qual implica a participação do pesquisador no universo de ocorrência desses fenômenos”.

A revisão bibliográfica foi desenvolvida com base em livros, revistas e artigos científicos. Realizada em portais eletrônicos e em obras no formato impresso contribuiu com a fundamentação teórica, permitindo verificar o problema a ser pesquisado. Para Dencker (2002, p. 125), a pesquisa bibliográfica permite “uma amplitude maior em relação ao tema proposto, possibilitando um levantamento de dados por meio de livros e artigos científicos, permitindo um melhor entendimento das temáticas”. O referencial teórico decorrente teve como função nortear a pesquisa, apresentando um embasamento sobre o que já havia sido publicado.

A segunda fase da pesquisa constou da coleta de dados junto a Secretaria de Turismo de SFP sobre o meio rural do município e a identificação da existência ou não de Políticas Públicas, voltadas ao Turismo Rural. Esses dados, após terem sido coletados foram utilizados na contextualização do cenário da pesquisa. Com base nessas informações e nas diretrizes das Políticas de Turismo os dados coletados foram submetidos à análise e elaboração dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, a participação do turismo no Produto Interno Bruto nacional foi de 7,9% no ano de 2017, sendo responsável por 6,59 milhões de postos de trabalho (MTur, 2019). Em regiões que possuem um patrimônio ambiental e cultural com atratividade, o turismo possui a capacidade de agir como propulsor de outros setores contribuindo com o desenvolvimento econômico sustentável.

O Município de São Francisco de Paula, o Turismo e o Desenvolvimento Rural

O município de São Francisco de Paula está situado na Serra Gaúcha e distante 112 quilômetros de Porto Alegre. Apresenta como atrativos montanhas, cachoeiras, cascatas e em destaque o Lago São Bernardo. O município com trilhas para que os visitantes possam conhecer *in loco* os locais tanto do interior, quanto lugares perto da cidade, com cenário cênico em meio à natureza exuberante.

A marca da cultura gaúcha está presente na cidade e no campo de SFP e os casarios são uma forma de reviver o passado em meio ao presente, além de monumentos que, no meio da cidade fazem alusão à cultura gaúcha e a história do município como a cuia, a chaleira e o tropeiro, entre outros. Foi também rota de tropeiros em direção às novas descobertas no resto do país, na região chamada de Campos de Cima da Serra. Segundo Buffão (2011), o progresso de algumas regiões do Brasil e do estado do Rio Grande do Sul foi alavancado devido ao tropeirismo. Os tropeiros passavam por São Francisco de Paula, mesmo com o acesso difícil e vias precárias, os povoados foram se formando e assim nascendo o que se conhece hoje por São Chico, carinhosamente chamada.

Antes mesmo de se ter o turismo como sistema organizado, em tempos remotos as pessoas se deslocavam por diversos motivos, como saúde e religiosidade. Hoje se volta à experiência de conhecer novas culturas, interação com a natureza e a vivência no meio rural. Segundo Sartor (*apud* B AHL, 2004, p. 33), a viagem é como uma renovação e amadurecimento do indivíduo, ele “cresce na medida em que conhece novas culturas e entra em contato com diversidades étnicas”.

São muitos interesses e motivações que levam as pessoas a viajarem, tornando seu tempo livre em um momento de descontração na busca de conhecimento, descanso, relaxamento e novas descobertas. O indivíduo que pratica o turismo apresenta comportamentos que se modificam, tem vontades, necessidades e exigências e o mercado precisa possuir uma

oferta adequada para atender tais necessidades e, muitas vezes, tendo que se preparar para entender e atender as expectativas de uma demanda tão diversificada (ANSARAH, 2005).

Andrade (1998) traz uma abordagem sobre motivações, e explica que a vida urbana, cheia de atividades, faz com que a sociedade busque soluções para que os indivíduos saciem suas vontades e ambições. Para isso, mostra que “as principais motivações do turista são o desejo e necessidade de evasão, espírito de aventura, aquisição de status, necessidade de tranquilidade, desejo ou necessidade cultural e desejo ou necessidade de compra” (ANDRADE, 1998, p. 87).

O Turismo Rural vem ao encontro desse pensamento, com atividades em meio a natureza, com âmbito cultural, mostrando o cotidiano de famílias que vivem em propriedades rurais e tem a sua atividade econômica com foco na agricultura familiar. Para Ribeiro (*apud* SANTOS; SOUZA, 2010), “os modos de vida locais estão vinculados à natureza de uma vida rural, que pode incluir atividades como a pesca, criações e cultivo de subsistência, entre outras”. Com isso, segundo o Ministério do Turismo, o Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) consiste em

É a atividade turística que ocorre no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos. (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 21).

Portuguez (2006) lembra que o início de uma sociedade veio da área rural, pois foi o campo que supriu a necessidade humana que é o alimento. A mesma autora ainda ressalta que atualmente em países industrializados, os moradores da área urbana vão ao campo ou a áreas rurais em busca de cura, em virtude do estresse da vida moderna. Em decorrência, pode-se pensar que as áreas rurais sofrem valorização, pois este espaço passa a ser o foco para lazer e descanso. Nos Estados Unidos e na União Europeia, o Turismo Rural é uma atividade econômica e se organiza através de políticas públicas específicas para o meio rural. Segundo o Ministério do Turismo (2010, p. 18), “Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Em uma visão mais ampla para diferenciar os tipos de turismo ligados à zona rural, e diferenciar o turismo rural, do turismo em espaços ou áreas rurais, o próprio Ministério do Turismo (2010) conceitua

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não. (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 19).

Com isso, a demanda turística no meio rural tem crescido devido ao fato de muitas pessoas terem curiosidade de conhecer a vida no campo, por quererem contato com o meio rural, de forma a interagir com a propriedade, conhecendo a natureza, as culturas agrícolas e os animais. Essas medidas possibilitam a geração de renda para os proprietários, contribuindo com o desenvolvimento rural sustentável.

Para tanto, a busca por ambientes rurais vem crescendo, pois, o turista quer, além de interagir com a rotina do campo, sair do meio urbano e deixar de lado a sua rotina e até mesmo hospedar-se no local, com conforto, acolhimento e hospitalidade, tendo interação com o meio rural, de forma a entrar no mundo da propriedade em que está conhecendo. Por isso, o turismo rural é aquele que tem por objetivo proporcionar aos visitantes desfrutarem das particularidades da propriedade rural, ou seja, o dia a dia de uma propriedade rural.

Cabe ressaltar aqui, a proposta de desenvolvimento rural, baseada na Constituição Federal de 1988, com ênfase à sustentabilidade. Tudo feito para não impactar com externalidades negativas o meio ambiente, mediante visitas guiadas nas propriedades com auxílio de profissionais que entendem da área rural e ambiental, com controle de entrada e saída, ou seja, com número máximo de visitantes por dia, tendo como referência nessas práticas a preservação do meio ambiente.

A cidade de São Francisco de Paula e a região dos Campos de Cima da Serra têm características interessantes para o desenvolvimento do Turismo Rural. Para tanto o envolvimento de empreendedores, poder público e comunidade torna-se fundamental para se conseguir resultados positivos. Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015 – 2030 Corede Hortênsias³¹⁸, é possível afirmar que o setor rural é um dos setores que precisam ser envolvidos, observando a sua ligação com o turismo e unindo a Universidade, que tem papel importante na Região das Hortênsias.

¹⁸ O Corede Hortênsias é composto por sete municípios: Picada Café, Nova Petrópolis, Gramado, Canela, São Francisco de Paula, Jaquirana e Cambará do Sul, conforme Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015 – 2030 COREDE Hortênsias (2017, p. 17).

A formulação de um turismo na região passa por alguns aspectos: a criação em parceria com as universidades da região com projetos de extensão envolvendo capacitação, além da associação com outras áreas turísticas e com estrutura do trade do setor. O trinômio: ambiente, setor rural e eventos são valores eminentes para a sua consolidação. (PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2015 – 2030 COREDE HORTÊNSIAS, 2017, p. 17).

E ainda, pensando na contribuição do turismo para o desenvolvimento local e regional, é necessário que se pense em criar formas de o turista reconhecer o local. Uma delas é estruturar rotas turísticas, fazendo com que a região seja conhecida por estes locais, delimitados e com os empreendedores organizados no acolhimento dos visitantes, com qualidade no atendimento, gerando visibilidade, comercialização, emprego e renda.

O turismo pode promover o desenvolvimento local, mas para isso é preciso desenvolver atividades paralelas, a exemplo da criação de rotas turísticas. A estruturação de rotas turísticas tende a gerar o crescimento econômico e o surgimento de renda extra, a valorização da atividade econômica, o melhoramento das condições locais e, por conseguinte, o desenvolvimento (MARINS *et al.*, 2016, p. 390).

Sabendo que o turismo é uma atividade econômica, este fenômeno pode organizar determinado local, a partir do interesse do poder público, associações, outras governanças locais, empreendedores e comunidade discutindo as melhorias e colocando em prática as demandas levantadas e contribuindo para o crescimento ordenado do município e o fenômeno turístico.

São Francisco de Paula tem um campo vasto neste sentido, pois está inserido na Região das Hortênsias, que conta com cidades que se destacam na atividade turística, como Canela e Gramado que atraem anualmente milhares de pessoas em busca de estrutura, diversificada gastronomia e passeios diferenciados, dentre eles roteiros e rotas turísticas em meio à natureza e na área rural, como a cidade vizinha Cambará do Sul, terra dos cânions, conforme a Secretaria de Turismo, Cultura e Desporto de São Francisco de Paula/RS.

O Impacto das Políticas Públicas no Desenvolvimento Sustentável

A necessidade de se ter políticas públicas relacionadas ao turismo passou a ser de suma importância para que a atividade consiga se desenvolver. Howlett *et al.* (2013) alerta que a política pública é a relação entre governo e cidadãos e que em uma visão mais contemporânea o foco de entendimento está no que os governos estão fazendo. Sen (2010, p. 164) afirma que “A influência política visando ao ganho econômico é um fenômeno muito

real neste mundo em que vivemos”. Porém, é necessário que se faça Política Pública de qualidade para que o fenômeno turístico possa se desenvolver.

Na cidade de São Francisco de Paula, o poder público busca uma maior aproximação das propriedades rurais, visto que, o turismo na cidade está acontecendo de forma gradativa. Os investimentos até então estavam direcionados a eventos para atrair visitantes na cidade e na cultura, visto que Turismo e Cultura estão na mesma pasta da gestão municipal. No entanto, não se observa um planejamento específico para o turismo rural que contemple a qualificação dos proprietários rurais e que fomente a geração de trabalho e renda.

A Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (Gestão 2015-2018), coordena o Grupo de Trabalho de Turismo Rural Gaúcho em parceria com diversas entidades ligadas ao segmento. O objetivo geral deste grupo está no desenvolvimento, estruturação, capacitação e promoção do segmento rural de turismo no RS, sob o ponto de vista institucional e, paralelamente, visa fomentar a qualificação de proprietários/as e trabalhadores/as afins, gerando trabalho e renda (RIO GRANDE DO SUL, SEDACTEL, 2017).

As diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural orientam que o crescimento deste segmento turístico está na necessidade de diversificação de atividade do produtor rural e no desejo das pessoas, principalmente as pessoas moradoras em zonas urbanas, em estar perto da natureza, entrar em contato com suas raízes e costumes, e com um modo vida mais saudável (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010). De acordo com Henz, Staduto e Piffer (2018) é preciso repensar o meio rural, refletir sobre novas dinâmicas para incentivar que as pessoas fiquem morando neste ambiente rural. Para isso, tornam-se necessárias políticas públicas que incentivem os moradores a permanecerem no campo. Além disso, os mesmos autores citam o Turismo Rural como atividade econômica alternativa, complementando a renda. Para tanto o incentivo ao empreendedorismo é fundamental, de tal forma que valorize a capacidade intelectual e contribua para o enriquecimento da propriedade rural, tanto em conhecimento quanto em tecnologia e crescimento. Junto com o empreendedorismo, a propriedade e a prática do Turismo Rural devem estar alinhadas com o desenvolvimento regional sustentável. Sabe-se que o turismo tem um baixo impacto na geração de externalidades ambientais, porém deve ser conduzido de forma controlada, integrando de forma harmoniosa os pilares: ético, jurídico-político, social, ambiental e econômico. O desenvolvimento regional endógeno predominante na década de 1990 pode ser definido como:

[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

Com a evolução da temática, mostra-se relevante pensar no desenvolvimento aliado a sustentabilidade. A compreensão do desenvolvimento sustentável permite alertar para a finitude dos recursos naturais e injustiças sociais (BECKER, 2002). Para Freitas (2016) a sustentabilidade é pluridimensional e deve ser pensada no equilíbrio, o que condiciona a pensar que o desenvolvimento que importa é o que proporciona bem-estar, tanto das pessoas que aqui vivem quanto das próximas gerações. Assim, cabe ressaltar que a sustentabilidade é um bem de todos e o ser humano faz parte disso. Ainda para Freitas (2016), a sustentabilidade deve ser vista nas seguintes dimensões: ética, jurídico-político, econômico, social e ambiental. O autor mostra que é preciso ampliar o olhar e pensar além do tripé: social, ambiental e econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações obtidas através de entrevista com o Secretário de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer de São Francisco de Paula/RS (Gestão 2017-2020), nos documentos do Fórum de Cultura do município (criado em 2018), nas diretrizes nacionais para o turismo e na bibliografia em geral permitiram identificar a fragilidade das políticas públicas no município bem como a nível nacional, e a necessidade que existe de ordenar e integrar o setor com as demais ações, programas e políticas do setor público municipal.

Os eventos que hoje a cidade promove, contribuem para mostrar aos visitantes a cultura e história de São Francisco de Paula como, por exemplo, a Festa do Pinhão que está na sua 23ª edição. Atualmente se cultivam muitos alimentos que advém do meio rural, tanto em restaurantes quanto em feiras de produtos locais, onde os produtores podem vender seus produtos. Propriedades rurais do município de SFP estão produzindo queijo serrano e aderindo as normas necessárias para a comercialização. Algumas dessas propriedades já recebem turistas como hotéis fazenda, porém contam predominantemente com a comercialização de produtos fora das propriedades. Percebe-se que o setor rural está se movimentando para melhorias de estruturas para atender turistas, porém ainda falta planejar

roteiros e rotas para que o visitante, vindo de diversos locais, possa encontrar os atrativos de forma clara e organizada.

Com isso, como ameaças e fraquezas, pode-se citar: aumento de competitividade nos destinos da serra, desconhecimento de parte dos atrativos, dificuldade de acesso e inexistência de produtos ou roteiros turísticos precisam ser consideradas para que os resultados do setor sejam potencializados criando novos postos de trabalho, aumentando a renda, a qualidade de vida dos moradores da região e a preservando a sustentabilidade ambiental da região.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 14, p. 35-70, dez. 1996.

ANDRADE, J. V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1998.

ANSARAH, M. G. dos R. Turismo e Segmentação de Mercado: Novos Segmentos. In: TRIGO, L. G. G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

BAHL, M. **Viagens e Roteiros Turísticos**. Curitiba: Protexoto, 2004.

BECKER, D. F. **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Rural: orientações básicas**. Brasília, 2010. Disponível em:
http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: 22 Jul. 2018.

BUFFÃO, M. P. **Muito Prazer! Eu me chamo... Rincão dos Kroeff**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO – COREDE. Região das Hortênsias. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015 – 2030**. 2017. Disponível em:
<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144213-plano-hortensias.pdf>. Acesso em: 25 Jun. 2018.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2002.

FREITAS, J. **Sustentabilidade: um direito ao futuro**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

HENZ, A.; STADUTO, J.; PIFFER, M. **Desenvolvimento rural sustentável e turismo rural no Brasil: uma relação de interdependência**. 2018. Disponível em:
<http://seer.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/5928>. Acesso em: 02 Mai. 2019.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública**. Seus Ciclos e Subsistemas. Uma Abordagem Integradora. Canada: Elsevier, 2013.

MARINS, Â. C. A.; OLIVEIRA, C. C. de; SANTOS, C. H. S. **Rota Turística: O Caso Caminhos Rurais de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/4014>. Acesso em: 01 Jul. 2018.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Secretaria de Turismo, Cultura e Desporto**. Disponível em: <http://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/prefeitura/perfil-da-cidade>. Acesso em: 20 Jul. 2018.

PORTUGUEZ, A. P. **Turismo no Espaço Rural**. São Paulo: Roca, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER (SEDACTEL). **Grupo de Trabalho Turismo Rural Gaúcho**. 2017. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/turismo-rural-5a394c0b5e725>. Acesso em: 31 Jun. 2018.

SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. de. **Teoria e prática do Turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

ENSAIO TEMÁTICO

POLÍTICAS PÚBLICAS NA CADEIA PRODUTIVA DO QUEIJO ARTESANAL SERRANO NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Lilian Varini Ceolin¹⁹

Leonardo Beroldt²⁰

INTRODUÇÃO

Nos campos de altitude dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul (RS) e de Santa Catarina (SC), historicamente, é realizada a produção de um queijo artesanal característico da região, denominado Queijo Serrano (QS) ou Queijo Artesanal Serrano (QAS), sendo produzido nessa região há cerca de 200 anos, através da adaptação de receita de origem portuguesa, passada de geração para geração (RIES *et al.*, 2012). O queijo é produzido de modo tradicional, com mão de obra familiar, a partir de leite cru ordenhado de vacas de raças preponderantemente rústicas, adaptadas à região (CRUZ e SANTOS, 2016).

Segundo fontes orais, a tradição da produção do QAS remonta a meados do século XIX, tendo forte vínculo com a atividade tropeira, sendo que dos Campos de Cima da Serra (CCS), os campos de altitude do RS, partiam tropas de mulas arreadas, carregadas com charque, pinhão, couro e, especialmente, queijo, considerado uma das principais moedas de troca na obtenção de mantimentos que eram trazidos pelos tropeiros (AMBROSINI, 2007; KRONE, 2009; CRUZ, 2012; SANTOS, 2014).

A forma como se encontra organizada a produção de QAS não é muito diferente do que no final dos anos 1700, início dos anos 1800. Ou seja, a produção é individual, acontece em cada uma das propriedades distribuídas pelo território e é feita apenas com o leite produzido na própria unidade (AMBROSINI; FILIPPI, 2008). Este queijo, apesar da pressão de modernização, tem mantido um maior ou menor grau de “artesanalidade” e aspectos

¹⁹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS e Extensionista rural EMATER/RS. E-mail: lilaceolin@gmail.com

²⁰ Professor no Programa de Pós-Graduação Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: leonardo-beroldt@uergs.edu.br

tradicionais associados ao sistema de produção assim como relação próxima com os consumidores (CRUZ; MENEZES, 2010).

Apesar de sua importância, a produção do QAS ocorre geralmente na informalidade, colocando tanto os produtores quanto os consumidores em situação de insegurança: por um lado, os consumidores por, não terem a garantia de estar adquirindo o legítimo QAS e que o mesmo seja inócuo para a sua saúde e, por outro lado, os produtores, por serem tratados como transgressores ou criminosos por vender um produto artesanal, tal como seus antepassados faziam (RIES *et al.*, 2012).

A discussão sobre alimentos artesanais e tradicionais tem recebido especial atenção, quando percebe-se uma demanda crescente por alimentos naturais, artesanais, com características únicas, diferenciadas. Sendo o QAS um produto artesanal com características peculiares, pode apresentar como resultado um exemplo de resistência apesar das dificuldades que se impõe sobre a regularização da produção de alimentos artesanais no Brasil.

Existem fortes pressões acerca da formalização e legalização da produção tradicional no caso do QAS. Isso aponta limites de uma cadeia curta ou circuitos alternativos, pois para permitir a legalização dessa produção de queijo, é necessário expandir a escala de produção, o que poderia enfraquecer as características tradicionais e aspectos específicos de produção. Muitos produtores, não tendo recursos financeiros suficientes para alcançar a estrutura de produção requerida pela legislação, especialmente referente à sanitária, poderiam não legalizar a produção e possivelmente estariam nos limites deste processo. Ainda, tais mudanças provavelmente implicam em um aumento nos preços dos produtos, restringindo o acesso de muitos consumidores locais (CRUZ; MENEZES, 2010).

Segundo Souza (2006), as últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Dentre vários conceitos de política pública, Schmidt (2008) remete para a esfera do público e seus problemas, ou seja, diz respeito ao plano das questões coletivas, da polis, compreendendo os conteúdos concretos da política, sendo “o Estado em ação”, o resultado da política institucional e processual, se materializando em diretrizes, programas, projetos e atividades que visam resolver problemas e demandas da sociedade.

De acordo com Lascoumes e Galès (2014), falar de políticas públicas significa designar uma ação realizada por uma autoridade pública a fim de tratar uma situação percebida como problemática, sendo uma ação coletiva que participa na criação de uma ordem social, incluindo resolução de conflitos. Esta pesquisa se caracteriza como descritiva,

bibliográfica e um estudo de caso, com o objetivo de relatar a aplicação de políticas públicas voltadas de forma direta ou indireta à cadeia do QAS nos CCS no RS.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira fase da pesquisa foi composta por coleta de dados provenientes de fontes bibliográficas, além de informações fornecidas por extensionistas rurais da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), agentes chave na comunidade, em entrevistas realizadas no mês de março de 2018.

Na segunda fase da pesquisa, foram aplicados roteiros semiestruturados, a uma amostra dirigida, individualmente. Participaram atores/agentes do âmbito da gestão municipal importantes na cadeia do QAS, entre eles, prefeitos, vice-prefeito, secretários da agricultura e médicos veterinários agentes de inspeção sanitária. Estes roteiros foram aplicados nos municípios selecionados de acordo com levantamento fornecido pela EMATER/RS, referente ao número de produtores de cada um dos 16 municípios que compõem a região produtora do QAS: André da Rocha, Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Capão Bonito do Sul, Caxias do Sul, Esmeralda, Ipê, Jaquirana, Lagoa Vermelha, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes e Vacaria (RIO GRANDE DO SUL, 2016). Os cinco maiores municípios em número de produtores de QAS de acordo com a EMATER/RS, e que fizeram parte deste estudo, são, em ordem decrescente: Bom Jesus, São José dos Ausentes, São Francisco de Paula, Jaquirana e Cambará do Sul.

Foram entrevistados, no mês de outubro de 2018, 4 prefeitos, dos municípios de Bom Jesus, São José dos Ausentes, São Francisco de Paula e Jaquirana e 1 vice-prefeito, de Cambará do Sul, assim como os secretários de agricultura destes municípios. Também foram entrevistados os veterinários dos Sistemas de Inspeção Municipal (SIM) dos 5 municípios, totalizando 7 profissionais, já que Bom Jesus e São Francisco de Paula possuem 2 profissionais trabalhando nestes setores de seus municípios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Krone e Menasche (2010), cabe ao Estado desenvolver e articular Políticas Públicas capazes de promover e proteger a integridade desses sistemas, de forma a

que esses produtos não sejam reduzidos a meras mercadorias, levando em conta reconhecimento, registro e proteção do QAS e do saber-fazer a ele associado.

Serão abordados na sequência do texto Políticas Públicas relatadas pelos entrevistados, aplicadas de forma direta ou indireta à cadeia do QAS nos municípios de abrangência deste estudo, sendo citados principalmente a estruturação SIM e a Assistência Técnica e Extensão Rural realizada através de convênio firmado entre as prefeituras municipais e a EMATER/RS. Também são relatadas outras ações que foram executadas pelas gestões municipais, que de alguma forma, segundo os entrevistados, contribuíram em prol do QAS, além de sugestões de ações que possam ser realizadas futuramente.

SISTEMAS MUNICIPAIS DE INSPEÇÃO

No estudo realizado por Santos (2014), a pesquisadora percebeu que o tema legislação permeia, impacta e molda as ações que envolvem a produção de queijo, mostrando-se necessário aprofundar a discussão sobre aspectos legais.

A legislação brasileira relativa à inspeção de produtos de origem animal (POA), incluindo queijos, está descrita na Lei nº 1283, de dezembro de 1950 (BRASIL, 1950), que dispõe sobre a Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal e pelo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (BRASIL, 1952), sendo regulamentado pelo Decreto nº 9013, de março de 2017 (BRASIL, 2017). Esse regulamento contém normas de inspeção industrial e sanitária, entretanto não é voltado para produtos artesanais, como é o caso do QAS.

A respeito de legislação específica para o QAS, no RS foi criada a Portaria nº 214, de dezembro de 2010, que dispõe sobre o processo de produção do QAS (RIO GRANDE DO SUL, 2010). De acordo com Ries *et al.* (2013), pela primeira vez no Estado do RS se admitiu legalmente a possibilidade de produção de queijo a partir de leite cru, além de definir as características do QAS e delimitar sua região produtora.

Considerando o grande número de agroindústrias produtoras de queijos artesanais com processamento de até 250 litros por dia e a dificuldade destes estabelecimentos se adequarem às exigências das normas sanitárias até então em vigor, foi estabelecida a Portaria SEAPPA nº 55, de março de 2014, que retificou a Portaria SEAPPA nº 44, de março de 2014 (RIO GRANDE DO SUL, 2014a) e estabeleceu norma técnica relativa à instalação e equipamentos

para Microqueijarias no Estado do Rio Grande do Sul, criando nova regulamentação para todas as microqueijarias no RS – não apenas para o QAS (RIO GRANDE DO SUL, 2014b).

A Instrução Normativa (IN) nº 07, da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, e do Agronegócio (SEAPA), de dezembro de 2014 (RIO GRANDE DO SUL, 2014c) aprovou o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Queijo Serrano ou Queijo Artesanal Serrano. Em dezembro de 2016, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do RS, a Lei nº 14.973, que dispõe sobre a produção e a comercialização do QAS (RIO GRANDE DO SUL, 2016), sendo regulamentada pelo decreto nº 54.199 de agosto de 2018 (RIO GRANDE DO SUL, 2018a).

Os serviços de inspeção de POA no Brasil são de responsabilidade do MAPA e das Secretarias de Agricultura, sendo que esses serviços se dividem entre Serviço de Inspeção Municipal (SIM), realizado pelas Secretarias Municipais de Agricultura; Serviço de Inspeção Estadual (SIE), realizado pelas Secretarias Estaduais da Agricultura, sendo neste Estado responsabilidade da Secretaria do Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul (SEAPI) através da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), também conhecida como "CISPOA" (antiga denominação) e Serviço de Inspeção Federal (SIF) realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). As agroindústrias só têm permissão de comercialização dentro do limite do sistema de inspeção ao qual elas estão submetidas, no caso município, estado, ou país e exportação, respectivamente.

Todos os municípios participantes deste estudo apresentaram SIM, que foi considerada pelos entrevistados uma das principais Políticas Públicas locais para o desenvolvimento da cadeia do QAS. Isso é base para a aplicação da legislação em vigor, tendo além da fiscalização, a função de orientação e educação sanitária. Todos apresentaram o modelo de lei que havia iniciado esta atividade nos municípios (BOM JESUS, 1995; CAMBARÁ DO SUL, 2004; JAQUIRANA, 2016; SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2007; SÃO JOSÉ DOS AUSENTES, 2007).

São Francisco de Paula foi o único, entre estes cinco municípios, que naquele momento apresentava equivalência ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF), que permitia aos estabelecimentos registrados no SIM e que estivessem engajados neste Sistema, o comércio em todo o território do estado do RS, o que só caberia àqueles registrados na SEAPI por meio do DIPOA. Para que os municípios obtivessem, de forma voluntária a adesão a este sistema, era necessária a comprovação da equivalência junto à SEAPI dos seus processos e procedimentos de inspeção

e fiscalização (RIO GRANDE DO SUL, 2011; 2018b). No período das entrevistas somente duas agroindústrias de QAS estavam formalizadas na região de produção, ambas em São Francisco de Paula. Segundo dados da EMATER/RS, cerca de 20 agroindústrias já estiveram nesta situação em tempos passados, perdendo esta condição em função de não se enquadrarem totalmente à legislação vigente.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

Todos os entrevistados citaram a importância do convênio firmado entre as prefeituras municipais e EMATER/RS, executora do Serviço Oficial de Extensão Rural do RS. Desde o início do trabalho com QAS, diversas ações tem sido realizadas no sentido de qualificação da produção visando à segurança alimentar através de boas práticas na ordenha, na agroindústria, qualidade da água e sanidade do rebanho.

Em 2006, foi estabelecido pela EMATER/RS convênio com o MAPA e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que através da liberação de recursos possibilitou realização de diagnóstico a partir de entrevistas com os produtores, resultando em uma descrição das observações realizadas pelos extensionistas em relação aos procedimentos utilizados na fabricação do QAS e algumas análises laboratoriais do produto realizadas durante o desenvolvimento desse projeto.

Em 2017 um projeto denominado “Qualificação da Cadeia Produtiva do Queijo Artesanal Serrano” foi estabelecido através de convênio entre o MAPA e a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (SDR), tendo parte do projeto executado pela EMATER/RS, com o objetivo de acompanhar 50 queijarias no RS, viabilizando recurso para cursos de qualificação de produtores em centros de treinamento da EMATER/RS; visitas de acompanhamento nas propriedades; promoção de ferramentas de autocontrole da produção da matéria prima e produto final, além de análises laboratoriais durante a vigência desse projeto. Através deste projeto os médicos veterinários do SIM da maior parte dos municípios que fizeram parte deste trabalho participaram de cursos de qualificação para técnicos em centros de treinamento da EMATER/RS.

Um dos principais objetivos apresentados para este projeto, através dos resultados das análises laboratoriais, seria comprovar que o QAS pode ser comercializado em período inferior a 60 dias, tempo mínimo de maturação exigido pela atual legislação. Esta demanda viria principalmente em função de a maior parte do mercado consumidor preferir consumir QAS com média de 20 dias de maturação, comercialização proibida pela legislação vigente.

A EMATER/RS também foi citada como responsável pela execução do Programa de Agroindústria Familiar do estado do Rio Grande do Sul (PEAF), “Sabor Gaúcho”, hoje transformado em Política Estadual de Agroindústria Familiar, foi criado pela Lei Estadual nº 13.921, de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012a), com Decreto Estadual nº 49.341 de julho de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012b). O PEAF tem como objetivos oportunizar linhas de crédito aos agricultores familiares com juros menores, via Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER) (RIO GRANDE DO SUL, 2017); oferecer serviços de orientação para regularização sanitária e ambiental com a disponibilização de perfis agroindustriais, layout de rótulos, entre outros; disponibilizar novos espaços de comercialização local e também apoiar feiras de expressão regional, estadual e nacional; entre outros benefícios. Segundo dados da EMATER/RS, cerca de 50 produtores individuais de QAS estavam naquele momento com suas agroindústrias cadastradas no PEAF e a maioria destas já havia acessado recursos via FEAPER, principalmente para construção das queijarias e aquisição de equipamentos.

OUTRAS AÇÕES

Entre outras ações relatadas pelos entrevistados, o Programa Dissemina, convênio firmado entre a SEAPI e municípios do RS, disponibilizou como instrumentos para atendimento aos produtores em regime de comodato, um automóvel utilitário e um botijão criogênico para armazenamento e conservação de sêmen com o objetivo de estimular e fomentar a qualidade genética, sanitária e nutricional da pecuária do estado do RS, a fim de melhorar os índices produtivos e reprodutivos nos sistemas de produção de bovinos.

Os prefeitos, vice-prefeito e secretários da agricultura também relataram a disponibilização de transporte tanto para produtores quanto para técnicos dos municípios para participação em eventos e cursos relacionados com a temática do QAS.

Em relação ao âmbito cultural, o município de São José dos Ausentes, em 2017, aprovou e promulgou lei que instituiu o modo de fazer o QAS como Patrimônio Cultural Imaterial de São José dos Ausentes (SÃO JOSÉ DOS AUSENTES, 2017), sendo o primeiro e único município da região com este tipo de legislação.

SUGESTÕES DE AÇÕES A SEREM TOMADAS

Ao responderem o questionamento de ações que poderiam ser realizadas futuramente e que contribuíssem para a cadeia do QAS, foi citado auxílio de pagamento de Responsável Técnico para as agroindústrias formalizadas, o que é uma exigência do SIM, e que em função da pequena escala de produção se apresenta como um custo alto aos produtores.

Também foi citada a necessidade de um programa que fomente a certificação das propriedades produtoras de QAS como livre de brucelose e tuberculose, exigido pela legislação vigente. Por se tratar de um produto produzido com leite cru, este acompanhamento sanitário é extremamente importante, entretanto os custos para a testagem dos animais é relatado como um empecilho. Em função disso alguns entrevistados afirmaram que auxílio financeiro contribuiria para o aumento de propriedades certificadas. Em São José dos Ausentes e Bom Jesus, as prefeituras apresentaram estrutura de laboratório e veterinários habilitados para a realização dos testes diagnósticos de brucelose e tuberculose. Durante o período das entrevistas, foi relatado que somente uma propriedade de QAS em São Francisco de Paula era certificada como livre de brucelose e tuberculose na região de produção.

Todos os entrevistados afirmaram a importância da redução do tempo de maturação do QAS pela legislação, em função do perfil de mercado consumidor e que, para isso, o apoio para capacitações constantes dos produtores e para análises laboratoriais dos produtos seria importante para o fortalecimento cadeia.

Foi relatado também por alguns médicos veterinários dos SIM dos municípios a importância do papel mais ativo da Vigilância Sanitária nos pontos de comércio, coibindo a comercialização de produtos não legalizados, o que na opinião deles fortaleceria o trabalho da inspeção municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A viabilização de produção de QAS representa para a região dos CCS a preservação do ambiente e de suas belas paisagens, o que pode contribuir para que algumas atividades não agrícolas como o turismo rural e o artesanato também se desenvolvam e beneficiem toda a região.

As políticas públicas apresentadas pelas gestões municipais, percebidas nesta pesquisa, incluíram o desenvolvimento do SIM e o serviço de ATER prestado pela EMATER/RS. Também foram citadas ações como o Programa Dissemina, apoio ao transporte de produtores e técnicos para eventos e capacitações voltados ao QAS e legislação

municipal em São José dos Ausentes, instituindo o modo de fazer o QAS como Patrimônio Cultural Imaterial do município.

Sobre ações futuras que poderiam ser tomadas, foram citados auxílio na contratação de RT para as agroindústrias, apoio para a certificação das propriedades livres de brucelose e tuberculose, além de capacitações contínuas para qualificação do produto e redução do tempo de maturação exigido pela legislação. Também foi externada a necessidade de ação mais ativa das Vigilâncias Sanitárias dos municípios.

Mesmo com a visibilidade atualmente dada à produção do QAS, principalmente em relação à busca dos consumidores por produtos artesanais e diferenciados, ainda é necessário avanço em muitos aspectos. Apesar do arcabouço legal desenvolvido nos últimos anos, do fomento à qualificação e da possibilidade de abertura de mercados, o número de produtores de QAS formalizados se apresenta muito pequeno, diminuindo no decorrer do tempo.

REFERÊNCIAS

AMBROSINI, L. B. **Sistema agroalimentar do queijo serrano: estratégia de reprodução social dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra- RS.** 2007. 194f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E. E. Sistema Agroalimentar do Queijo Serrano: Estratégia de Reprodução Social dos Pecuaristas Familiares no Sul do Brasil. **Anais...** Congreso Internacional de la Red Sial, 4, 2008, Argentina. Argentina: Mar del Plata, 2008.

BOM JESUS. **Lei nº 1777, de 11 de outubro de 1995.** Dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal e dá Outras Providências. Bom Jesus, RS, 11 out. 1995.

BRASIL. **Lei nº 1283, de 18 de dezembro de 1950.** Dispõe Sobre A Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. 1976. p. 1-218.

BRASIL. **Regulamento nº 30691, de 29 de março de 1952.** Aprova o Novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Brasília, DF, p. 1-212. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/bem-estar-animal/arquivos/arquivos-legislacao/decreto-30691-de-1952.pdf/view>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9013, de 29 de março de 2017.** Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 mar. 2017. p. 1-105. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9013-29-marco-2017-784536-publicacaooriginal-152253-pe.html>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

CAMBARÁ DO SUL. **Lei nº 2053, de 09 de junho de 2004**. Dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e dá Outras Providências. Cambará do Sul, RS, 09 jun. 2004.

CRUZ, F. T. da; MENEZES, S. de S. M. Serrano Cheese and Coalho Cheese: tradition enhancement as an alternative to territorial development in Campos de Cima da Serra and Sertão Sergipano do São Francisco, Brazil. **Anais...** International Eaae-Syal Seminar – Spatial Dynamics in Agri-Food Systems, 2010, Parma. Parma: Monte Università Parma, 2010.

CRUZ, F. T. da. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra – RS**. 2012. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

CRUZ, F. T. da; SANTOS, J. S. Alimentos tradicionais, modos de vida e desenvolvimento rural: um estudo a partir do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul. In: WAQUILL, P. D. *et al.* **Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.215-236.

JAQUIRANA. **Lei nº 1192, de 21 de junho de 2016**. Dispõe sobre a Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal. Jaquirana, RS, 21 jun. 2016.

KRONE, E. E. **Identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra (RS): práticas, saberes e modos de vida de pecuaristas familiares produtores do queijo serrano**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural., Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul., Porto Alegre.

KRONE, E. E.; MENASCHE, R. Políticas públicas para produtos com identidade cultural: uma reflexão a partir do caso do Queijo Artesanal Serrano do sul do Brasil. **Anais....** Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 8, 2010, Porto de Galinhas. Porto de Galinhas: Alasru, 2010. p. 1-14.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia de la accion pública**. Mexico/DF: El Colegio de Mexico. 2014.

RIES, J. E. *et al.* Projeto de qualificação e certificação do queijo serrano produzido nos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul - relato parcial da experiência. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 10-19, jan./2012.

RIES, J. E. *et al.* Aprocampos: uma experiência de sucesso na qualificação e valorização do queijo artesanal serrano. In: **FEDERACITE: Experiências bem sucedidas e como chegar lá II**. Esteio: Federacite, 2013. p. 50-61.

RIO GRANDE DO SUL. **Portaria nº 214, de 14 de dezembro de 2010.** Aprova o Regulamento Técnico para fixação de identidade e qualidade do Queijo Serrano Ou Queijo Artesanal Serrano e dá outras providências. Porto Alegre, RS, 14 dez. 2010. p. 1-16. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=156055>. Acesso em: 02 Abr. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13825, de 04 de novembro de 2011.** Dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-RS -, e dá Outras Providências. Porto Alegre, RS, 08 nov. 2011. n. 214, p. 1-3.
RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13921, de 17 de janeiro de 2012.** Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 18 jan. 2012a. p. 1-4. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/arquivos/201604/07112640-lei-13-921-institui-a-politica-estadual-de-agroindustria-familiar.pdf>. Acesso em: 01 Jul. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 49341, de 05 de julho de 2012.** Cria o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, institui o Selo de Marca de Certificação “Sabor Gaúcho” e dá outras providências. Porto Alegre, RS, 06 jul. 2012b. p. 1-4. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/arquivos/201604/07111342-dec-49-341-cria-o-programa-estadual-de-agroindustria-familiar.pdf>. Acesso em: 01 Jul. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Portaria nº 44 de 21 de março de 2014.** Estabelece Norma Técnica relativa a instalação e equipamentos para microqueijarias no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 24 mar. 2014a. Disponível em: <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=2682>. Acesso em: 02 Abr. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Portaria nº 55 de 28 de março de 2014.** Retifica a Portaria Seappa nº 44 de 2014, que estabelece norma técnica relativa a instalação e equipamentos. Porto Alegre, RS, 31 mar. 2014b. Disponível em: <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=268546>. Acesso em: 02 Abr. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Instrução Normativa nº 07, de 9 de dezembro de 2014.** Aprova o Regulamento Técnico de identidade e qualidade do Queijo Serrano. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 10 dez. 2014c.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14973, de 29 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a produção e a comercialização do Queijo Artesanal Serrano no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 30 dez. 2016. p. 1-2. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI 14.973.pdf>. Acesso em: 22 Out. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Resolução nº 17, de 22 de dezembro de 2017.** Aprova as disposições aplicáveis aos contratos de financiamentos pelo Feaper (manual Feaper 2018). Porto Alegre, RS, 27 dez. 2017. p. 1-24. Disponível em: www.sdr.rs.gov.br/.../27100004-17-para-o-site-sdr-resolucao-manual-feaper-2018.pdf. Acesso em: 01 Jul. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 54199, de 24 de agosto de 2018.** Regulamenta a Lei nº 14.973/2016, que dispõe sobre a produção e a comercialização do Queijo Artesanal Serrano no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 27 ago. 2018a. Disponível em: <http://legisjet.com.br/conteudo/fiscal/decreto-n-54-1992018-regulamenta-a-lei-n-14-9732016->

que-dispoe-sobre-a-producao-e-a-comercializacao-do-queijo-artesanal-serrano-no-estado-do-rio-grande-do-sul/. Acesso em: 21 Out. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Instrução Normativa nº 10, de 13 de setembro de 2018.**

Operacionalizar a adesão dos municípios gaúchos ao Sistema Unificado Estadual de Atenção à Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF/RS, instituído pela Lei nº 13.825, de 04 de novembro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 54.189, de 14 de agosto de 2018b. Porto Alegre, RS, 13 set. 2018b. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=367424>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

SANTOS, J. S. **Dilemas e desafios na valorização de produtos alimentares tradicionais no Brasil:** um estudo a partir do Queijo do Serro, em Minas Gerais, e do Queijo Serrano, no Rio Grande do Sul. 2014. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Pelotas, 2014.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Lei nº 2437, de 25 de abril de 2007.** Institui o Serviço de Inspeção Municipal dos Produtos de Origem Animal e Vegetal no Município de São Francisco de Paula. São Francisco de Paula, RS, 2007. Disponível em: <http://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/secretarias/.../131-legislacao?...lei-2437-2007>. Acesso em: 21 Nov. 2018.

SÃO JOSÉ DOS AUSENTES. **Lei nº 733, de 30 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal no Município, cria o Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M. - e dá outras providências. São José dos Ausentes, RS, 2007. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-jose-dos-ausentes/lei-ordinaria/2007/74/733/lei-ordinaria-n-733-2007-dispoe-sobre-a-inspecao-e-fiscalizacao-dos-produtos-de-origem-animal-no-municipio-cria-o-servico-de-inspecao-municipal-sim-e-da-outras-providencias?q=inspe%E7%E3o>. Acesso em: 15 Nov. 2018.

SÃO JOSÉ DOS AUSENTES. **Lei nº 1375, de 07 de dezembro de 2017.** Eleva o modo de fazer o Queijo Artesanal Serrano a categoria de Patrimônio Cultural Imaterial do Município de São José dos Ausentes e dá outras providências. São José dos Ausentes, RS, 2017. Disponível em: <http://www.saojosedosausentes.rs.gov.br/legislacao-municipal/>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

SCHMIDT, J. P. Para entender as políticas públicas aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, Jorge Renato dos; LEAL, Rogério Gesta (Org.). **Direitos Sociais e políticas públicas desafios contemporâneos.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008. p. 2308-2333. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/10/docs/para_entender_as_politicas_publicas_-_aspectos_conceituais_e_metodologicos.pdf. Acesso em: 23 Jun. 2018.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p.20-45. Jul./2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 24 Jun. 2018.

CAPÍTULO IV - REDES, POLÍTICAS E AMBIENTES



RELATO DE EXPERIÊNCIA

CICLO DE ESTUDOS E AÇÕES EM REDE DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS E AMBIENTE (OBSERVACAMPOS): ENCONTRO DE SABERES E PRÁTICAS NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA, RS

Fernanda Schinaider²¹

Patrícia Binkowski²²

Aline Reis Calvo Hernandez²³

INTRODUÇÃO

“[...] a formulação de teorias e explicações sobre os fenômenos sociais, políticos e ambientais precisa se estabelecer com base nas relações entre as diferentes disciplinas e na complementaridade das áreas quando entram em diálogo e, inclusive em confronto.” (BINKOWSKI; HERNANDEZ; REINEHR, 2017, p. 03).

O grupo de pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente - ObservaCampos (UERGS/CNPq) se constitui como um espaço de sistematização e difusão de informações, dados, metadados e estatísticas oriundas de pesquisas que têm como objeto de investigação e análise as políticas e o ambiente. Um dos seus focos, portanto, são as políticas ambientais em sua dimensão representativa (políticas públicas, ações e medidas governamentais, etc.) e participativa (iniciativas da sociedade civil, conselhos, movimentos sociais, associações, organizações não governamentais, cooperativas, sindicatos, etc.) com vistas a servir de fonte de consulta e auxílio à formulação ou transformação de políticas e ações públicas (BINKOWSKI; HERNANDEZ; REINEHR, 2017).

O ObservaCampos se estrutura em torno a 04 linhas temáticas que se articulam de forma interdisciplinar, mediante encontros mensais de estudos, debates, análise de dados, a fim de tecer uma teia maior que é o ObservaCampos e sua difusão. A linha “Psicologia Política, Memórias Sociais e Ações Coletivas” tem o objetivo de pesquisar os processos de memória social como contextos de experiências políticas e culturais, a partir de narrativas, documentos, metadados, imagens e intertextos. A linha de pesquisa “Ambientes, Políticas e Educação” discute as relações entre Estado e Sociedade, especialmente no que se refere às

²¹ Pedagoga e acadêmica do curso de graduação em Bacharelado em Gestão Ambiental na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Bolsista PROBEX UERGS. E-mail: nandiiinha_93@hotmail.com

²² Professora Adjunta no Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental e no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente. E-mail: patricia-binkowski@uergs.edu.br

²³ Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora Colaborada do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). E-mail: alinehernandez@hotmail.com

questões ambientais, com foco nas propostas e ações atinentes aos processos educativos e atores sociais; além disso, pensa e problematiza as relações entre elementos humanos e não humanos, enquanto encarnadas nas práticas cotidianas, compreendendo os processos de aprendizagem em uma perspectiva ampliada, considerando sua natureza social, espacial e temporalmente situada – em comunidades/lugar – que envolve o engajamento de um corpo-mente-ambiente bem como sua dimensão de prática cultural e ontogenética. A linha “Território, Conflitos e Participação Política” tem como objetivos: a) compreender os conflitos que surgem em torno da apropriação e uso do território e suas territorialidades; b) compreender os modos de ação e o papel criativo desempenhado pelos diferentes sujeitos e grupos sociais envolvidos em conflitos no meio rural e urbano; c) identificar e compreender os processos, as condições, os agentes e as estruturas da participação política; d) compreender a ação/participação política desenvolvida em múltiplos contextos sociais; e) compreender como os fenômenos coletivos e individuais contribuem para a formação do mundo contemporâneo, marcado pela dinâmica global/local. A quarta e última linha de pesquisa denomina-se “Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade” e concentra-se em pensar desde a América Latina, o itinerário das experiências sociais, destacando a diversidade de perspectivas teóricas e epistemológicas que permitam um olhar crítico para examinar os processos históricos e contemporâneos que marcam a vida social nas articulações existentes modernidade, colonialidade e decolonialidade.

Desde junho de 2016, o ObservaCampos vem desenvolvendo um conjunto de ações de pesquisa e extensão, primeiramente focadas no território dos Campos de Cima da Serra, e atualmente perpassando as fronteiras territoriais/regionais do estado do Rio Grande do Sul (RS) como o pampa gaúcho, por exemplo. Dessa forma viemos gerando dados e subsídios à formulação de ações e políticas tanto às agências governamentais quanto a outros agentes sociais relevantes nestes locais (BINKOWSKI; HERNANDEZ; REINEHR, 2017).

Uma das ações que foi desenvolvida pelo grupo no ano de 2018 foi o Ciclo de Estudos e Ações em Rede do Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos) que teve como objetivo principal promover um conjunto de ações de formação e práticas em temáticas vinculadas às políticas e ambiente junto à comunidade local e regional dos Campos de Cima da Serra e das Hortênsias. Como objetivos específicos têm-se: a) Promover ações de formação em temas de políticas e ambiente; b) Fomentar ações em redes ambientais em nível local e regional; c) Publicizar dados, teorias e metodologias acerca das temáticas dos Observatórios no RS; Políticas Públicas e Ambiente; Movimentos Sociais, Ações Políticas e Memória Social; Educação e Ambiente; Territórios Hídricos; Metodologias em Ciências Sociais;

Agricultura dos Campos de Cima da Serra e do Pampa Gaúcho e Bem-Viver; Conflitos Ambientais e Mudanças Climáticas no repositório digital do ObservaCampos; d) Ampliar e fortalecer parcerias comunitárias e institucionais locais, regionais, interestaduais e internacionais.

Portanto, este trabalho é um relato de experiência que tem o intuito de apresentar e descrever os resultados destas ações desenvolvidas pelo grupo de pesquisa ObservaCampos junto à UERGS Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Ciclo promoveu 45 horas de ação de extensão, formação e práticas em políticas e ambiente, totalizando 09 encontros temáticos de 5 horas cada. O Ciclo ocorreu na unidade universitária Hortênsias e recebeu docentes, discentes, bolsistas, voluntários e comunidade em geral que estavam interessados em temáticas pertinentes às políticas e ambiente. A ação contou com parceiros de outras unidades universitárias da UERGS (Santana do Livramento) e colaboradores externos como os da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos (OBSERVASINOS da UNISINOS) e representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade, da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula (PMSFP).

Os encontros mesclaram palestras, mesas redondas e oficinas temáticas. A metodologia proposta para os encontros foi iniciar com breve explanação dos temas pelo convidado e, em seguida, abrir espaço ao debate entre os participantes. As dinâmicas dos encontros giram em torno de uma indicação de 01 texto teórico ou metodológico de apoio, a ser lido com antecedência ao ciclo. Os textos foram encaminhados para lista de e-mails, composta pelos participantes dos últimos ciclos.

A cada ciclo foram realizados registros fotográficos e textuais, após construídos relatos e postados na página junto dos registros fotográficos para inteirar o público sobre as atividades realizadas nesse dia. O grupo de pesquisa conta com uma página no Facebook, na qual é disponibilizado um feedback divulgando o que ocorreu em cada encontro. Por meio desta rede social temos alcançado um público considerável não só do RS, mas também de outros estados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção tem o intuito de descrever como se desenvolveram os 9 encontros realizados dentro do Ciclo de Estudos e Ações em Rede do Observatório de Políticas e Ambiente – ObservaCampos.

Ciclo 1 – Política, Ambiente e Sustentabilidade

O 1º Ciclo de Estudos e Ações em Rede ocorreu em 23 de março de 2018 e discutiu a política, o ambiente e a sustentabilidade. Os convidados foram os professores Pedrinho Arcides Guareschi (Faculdade de Psicologia, UFRGS) e Alessandro Soares da Silva (Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH, USP). As fotografias que compõem a Figura 1 foram registradas na abertura do Ciclo, que contou com 50 participantes entre docentes, discentes de graduação e pós-graduação, bolsistas, voluntários e comunidade em geral.

Figura 1 - Ciclo 1: Política, Ambiente e Sustentabilidade



Fonte: Autoras (2018)

A abertura de cada ciclo é realizada por um ou mais integrantes do grupo de pesquisa ObservaCampos que são mediadores entre a mesa de convidados e os participantes. Estes

apresentam ao público o assunto que será discutido durante o ciclo, os convidados, bem como, a dinâmica desse encontro.

O Ciclo “Política, Ambiente e Sustentabilidade” atraiu um número grande de participantes, pois tratou de temas relacionados diretamente aos cursos de graduação da unidade universitária Hortênsias, em São Francisco de Paula: Bacharelado em Gestão Ambiental, Pedagogia e Administração Rural e Agroindustrial; além do curso de pós-graduação (Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade). Os participantes puderam debater sobre alguns estudos que vêm sendo realizados na região dos Campos de Cima da Serra (RS) relacionados à temática, assim como os debates se relacionaram diretamente as vivências e experiências pessoais dos participantes. Um dos desdobramentos trazidos pelos participantes do debate foi a consideração de que os egressos dos cursos da UERGS deveriam ter maior preocupação com as devolutivas de seus estudos à comunidade.

Ciclo 2 – Observatórios no RS: ObservaCampos e ObservaSinos

O 2º Ciclo ocorreu em abril de 2018 e teve como foco os observatórios existentes no RS. Este encontro contou com a presença da Professora Marilene Maia, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e coordenadora do Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos (ObservaSinos). A professora relatou a trajetória do ObservaSinos, que está completando 10 anos de experiência (Figura 2).

Figura 2 - Ciclo 2: Roda de conversa com a professora Marilene Maia (ObservaSinos/UNISINOS)





Fonte: Autoras (2018)

Neste dia a convidada propôs uma roda de trocas, onde fossem realizadas as apresentações dos participantes enquanto a convidada mediava as trocas das experiências. A Professora Marilene iniciou sua fala apontando as diversas questões que levaram à criação do ObservaSinos, que buscavam respostas para os desafios sociais da época. Segundo ela nesses 10 anos de ObservaSinos, se construiu uma trajetória importante de experiências e um grande acervo de dados. E complementa que a geração de dados gera também poder: “o dado é poder!”.

O projeto ObservaSinos engloba dados da realidade de 14 municípios sobre as Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos, e que são divulgados no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU²⁴. Conforme Marilene são dados que “mexem com a realidade” do Vale dos Sinos. A Profa. enfatizou a importância de alimentar esses espaços públicos, nos quais estamos inseridos e do orgulho de estar presente e ser fruto da construção dos mesmos.

Ciclo 3 – Movimentos Sociais, Política e Memória Social

O 3º Ciclo “Movimentos Sociais, Política e Memória Social”, deveria ter tido como convidada Naiara Machado, mestra pelo Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da UERGS Hortênsias. Porém, em função da greve nacional de caminhoneiros ocorrida no período em que deveria ocorrer o Ciclo, o mesmo teve que ser cancelado. Contudo, em dezembro de 2018 pudemos retomar a dinâmica deste encontro na 2ª Mostra ObservaCampos, onde a Me. Naiara apresentou e discutiu sua dissertação de mestrado, intitulada “Representações Sociais Sobre o Assentamento do MST Lagoa do Junco em Tapes, RS: confrontações entre mídias e a voz dos assentados” (SILVA, 2018).

²⁴ <http://www.ihu.unisinos.br/>.

Ciclo 4 – Políticas Públicas, Ação Pública e Conselhos Gestores

O 4º Ciclo ocorreu em junho de 2018 com as participações das Mestras em Ambiente e Sustentabilidade pela UERGS, Damiane Maria Boziki e Audri Silva dos Santos que apresentaram suas dissertações de mestrado.

Figura 3 - Ciclo 4: Políticas Públicas, Ação Pública e Conselhos Gestores



Fonte: Autoras (2018)

Damiane apresentou sua dissertação de mestrado intitulada “A Configuração da Política de Desenvolvimento Territorial e a Ação Pública no Território Rural Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul” (BOZIKI, 2018), cuja pesquisa discutiu entre outros temas como as políticas públicas se tornam tão homogêneas em territórios rurais tão distintos no país, caracterizando a ação pública inserida nesse contexto. A Me. Audri compartilhou com os participantes do 4º Ciclo sua dissertação de mestrado, intitulada “Consciência e Ação Política em Rede: uma proposta interdimensional para o estudo dos conselhos gestores das unidades de conservação dos Campos de Cima da Serra/RS” (SANTOS, 2019).

Este ciclo apontou diante de sua temática, o distanciamento das Políticas Públicas enquanto sociedade, o afastamento das mesmas com as realidades nas quais estão apresentadas, demonstrando que são políticas públicas impostas e que não foram inseridas de modo participativo e que desse conta de cada realidade.

Ciclo 5 – Construcionismo Social na Perspectiva Ambiental

O 5º Ciclo ocorreu em agosto de 2018 e discutiu o “Construcionismo Social na Perspectiva Ambiental”, e contou com as contribuições da professora Rosmarie Reinehr (UERGS/ObservaCampos), da Bióloga Ketulyn Fuster Marques (gestora do Parques Estadual Tainhas, SEMA/SFP/RS) e de Daniela Menezes (Secretaria de Educação Novo

Hamburgo/RS e Mestranda em Ambiente e Sustentabilidade - UERGS). A Profa. Rosmarie apresentou aos participantes do 5º Ciclo um resumo de sua tese de doutorado, que enfoca as formulações sociais e as exigências ambientais; as contribuições da Sociologia Ambiental para a Educação Ambiental e os riscos socioambientais que originam reformulações de políticas referentes ao campo ambiental.

Figura 4 - Ciclo 5: Profa. Rosmarie Reinehr (UERGS) - integrante do grupo de pesquisa ObservaCampos



Fonte: Autoras (2018)

A Bióloga Ketulyn compartilhou sua experiência na Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA/SFP/RS), relatando como as formulações sociais contribuem para o meio ambiente, mas também se coadunam com o poder econômico. A Mestranda Daniela relatou a sua experiência no âmbito educacional no ensino fundamental em escolas de Novo Hamburgo/RS. Expressou que no âmbito educacional demonstra interesse pelo campo ambiental, mas não há subsídios suficientes para que se fundamentem ações concretas nesse meio e complementou trazendo um resumo do seu projeto de pesquisa, na mesma área em questão, a ser realizado no mestrado em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS/UERGS).

Ciclo 6 - Epistemologias Ecológicas

O 6º Ciclo teve como temática as “Epistemologias Ecológicas” e contou com as participações da Profa. Luciele Nardi Comunello (UERGS/ObservaCampos) e de suas orientandas de mestrado em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS/UERGS) Lilia Deconto e Caroline Todeschini. Neste ciclo, as convidadas incentivaram os participantes a refletirem sobre a crise ambiental a partir de sua dimensão epistemológica, como sendo uma “crise epistemológica”.

Figura 6 - Ciclo 6 – Profa. Luciele Nardi Comunello (ObservaCampos/UERGS) e as mestrandas em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS/UERGS) Lilia Deconto e Caroline Todeschinni



Fonte: Autoras (2018)

Segundo as participantes, a crise ambiental tem como fundamento uma concepção de humano e de natureza como domínios distintos, a qual nos incita a buscar epistemologias que sejam ecológicas, que contribuam para a construção de um olhar para o mundo que possa subverter as dualidades modernas, ancoradas na racionalização criada pelo pensamento científico.

Ciclo 7 - Natureza e Cultura: Alimentação, Conservação e Biodiversidade

O 7º Ciclo de Estudos e Ações em Rede ocorreu no dia 19 de Outubro, onde contamos com a participação da Nutricionista e Professora de Biologia Luciane Cherobini e da Bióloga Rosângela Rolim, ambas mestrandas do PPGAS²⁵ UERGS.

Luciane relatou aos participantes que diversas pessoas a questionaram a respeito de sua escolha por seguir a docência em vez da carreira de nutricionista. Ela esclareceu que uniu

²⁵ A Professora Luciane Cherobini tornou-se mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da UERGS em 2019.

as duas profissões. Sua fala sensibilizou os estudantes e familiares com atividades de alimentação usando as PANC (Plantas Alimentícias Não Convencionais).

Figura 7 - Ciclo 7 – Natureza e Cultura: Alimentação, Conservação e Biodiversidade



Fonte: Autoras (2018)

A Professora/Nutricionista Luciane apresentou diversas vivências das turmas com as quais trabalha, entre elas a construção de hortas com alunos de inclusão e em parceria com outros professores, confecção de espetinhos de vegetais e produção de pães com os familiares e estudantes. Com isso, facilitando a todos novas experiências de alimentação saudável e nutritiva, em um processo de educação alimentar. Ela também expôs a menção honrosa que recebeu com o trabalho “Plantas Alimentícias não Convencionais – PANC: O mato que pode ser servido à mesa”. Dessa forma, apresentou uma série de PANC e incentivou os participantes a refletirem diante do ato de comer, sem culpa e apreciando os alimentos. Explicou que dessa forma fez com que os estudantes se sentissem pertencentes a este mundo/natureza através de novos hábitos alimentares.

A Mestre Rosângela apresentou a sua dissertação de mestrado intitulada “Do Potencial ao Ornamental: Subsídios para a Difusão da Biodiversidade Vegetal Nativa do Rio Grande do Sul no Paisagismo”. Nessa pesquisa, ela trabalhou com o potencial ornamental das plantas

nativas no paisagismo, entre elas, as PANC. Ela explicou a importância de fazer essa propagação (como por ex: PANC nativas), enfatizando as diversas vantagens na manutenção dos espaços devido a sua fácil adaptação, evitando, assim, a propagação de espécies invasoras. Ela relatou que no Brasil quase não se utiliza desse potencial e usá-lo no paisagismo é um meio difusor dessa biodiversidade.

Ciclo 8 – Apresentação dos Projetos de Pesquisa dos Mestrandos PPGAS/UERGS 2018

O penúltimo ciclo ocorreu em novembro de 2018 e teve a participação dos mestrandos Alan de Mello Dias, Charles Evandre Vieira Ferreira, Lilia Deconto e Vanessa Karine Spindler que integram a 3ª Turma do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade – PPGAS UERGS apresentando seus projetos de mestrado.

Figura 8 – Mestrandos apresentando seus projetos de Pesquisa no 8ª Ciclo de estudos e Ações em Rede – ObservaCampos



Fonte: Autoras (2018)

Por ordem de fotografias (da direita para esquerda, de cima para baixo), os mestrandos Charles Evandre Vieira Ferreira apresentando seu projeto “Transposição do Rio São Francisco: os conflitos ambientais e os efeitos do Programa Ambiental de Desenvolvimento

das Comunidades Quilombolas Santana e Feijão”. Lilia Deconto apresentando seu projeto “Educação Ambiental e a Relação com o Lugar: uma compreensão a partir da interlocução com a Rede de Educação Ambiental do município de Campo Bom/RS”. Vanessa Karine Spindler apresentando seu projeto “O turismo nas propriedades rurais de São Francisco de Paula e o desenvolvimento regional sustentável” e Alan de Mello Dias (PPGAS/UERGS) apresentando seu projeto “O bem viver como modo de vida dos pecuaristas familiares da fronteira oeste do Rio Grande do Sul”.

Neste dia, os próprios integrantes do grupo de pesquisa ObservaCampos foram os componentes de banca dos mestrados, no intuito de realizar debate científico dos projetos de pesquisa, como forma de incentivá-los no crescimento de suas pesquisas e esclarecer dúvidas dos componentes da banca e demais participantes (referencial teórico, metodologia, justificativa, cronograma, etc).

Os projetos foram enviados anteriormente aos componentes da banca para que pudessem ler e construir contribuições e/ou perguntas. A banca foi constituída por três integrantes sendo um deles, o presidente, o qual não participava das perguntas. Os mestrados tiveram 15 minutos de apresentação, a banca 10 min e o público 5 min para perguntas e/ou sugestões.

Este ciclo incentivou muitos estudantes e bolsistas recém inseridos ao mundo acadêmico a colaborarem nos projetos de estudantes da pós-graduação, integrando o ensino e a pesquisa, valorizando os diversos saberes em trocas significativas de aprendizagem. Segundo a coordenadora do Ciclo, do Grupo de Pesquisa ObservaCampos e do PPGAS/UERGS, Profa. Patrícia Binkowski “este momento, tanto para os mestrados quanto para os bolsistas do ObservaCampos, é valioso do ponto de vista acadêmico-científico”. Este penúltimo encontro também foi o momento de discutir sobre os pontos positivos e negativos do projeto de extensão em 2018, refletindo sobre o resultado das ações realizadas e avaliando quais ações poderão ser acrescentadas ao projeto 2019, promovendo uma releitura desse movimento para fortalecermos os laços e contribuindo, desse modo, para o crescimento enquanto grupo.

Ciclo 9 – Redes de afetos com ObservaCampos e SOMA: Arte + Cultura

Este Ciclo ocorreu no dia 01 de dezembro no SOMA: Arte + Cultura, que é um espaço de cultura em São Francisco de Paula, que tem o intuito de compartilhar arte construída à base de afeto.

Figura 9 – Ciclo 9 – Confraternização de final de ano do ObservaCampos no SOMA Arte + Cultura



Fonte: Autoras (2018)

O ObservaCampos realizou sua celebração de final de ano neste espaço, também como ato de encerramento da 2ª Mostra ObservaCampos - 2018, que ocorreu no período de 30 de novembro a 04 de dezembro. Neste ciclo ocorreu uma homenagem à Profa. Luciele Nardi Comunello, pelo seu empenho e disposição como vice-coordenadora da 2ª Mostra ObservaCampos. Houve também a escolha da foto que irá compor o cartaz da 3ª Mostra ObservaCampos a ser realizada em 2020²⁶.

As atividades do ano de 2018 proporcionaram ao grupo cruzar as fronteiras nacionais e internacionais, somar parcerias, apoiar e ser apoiado. Como grandiosa conquista, foi integrado à Rede de Observatórios e incluído no Glossário de Observatórios – ObservaSinós, programa do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse relato de experiência procuramos descrever os caminhos e desafios percorridos pelo projeto de extensão Ciclo de Estudos e Ações em Rede do Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos) realizado na UERGS, unidade universitária Hortênsias, em São Francisco de Paula/RS. Para isso registramos e descrevemos os encontros realizados ao longo de 2018, junto dos debates entre convidados/colaboradores e demais participantes sobre as temáticas apresentadas e demais ações de extensão.

Os ciclos destacam-se pela difusão de conhecimentos, o intercâmbio e discussões entre estudantes de graduação, pós-graduação e professores com vasta experiência profissional

²⁶ As Mostras ObservaCampos deverão ser bianuais realizadas na unidade universitária Hortênsias, com o objetivo de publicizar os trabalhos científicos que vem sendo realizados na UERGS.

sobre assuntos emergentes na sociedade. A interação é a alma dos ciclos, a troca de saberes entre diferentes pessoas nas mais diversas colocações (estudantes, professores, pesquisadores, comunidade, etc.).

Cabe salientar ainda a participação de convidados (docentes/pesquisadores) de outras universidades do estado e do país como UFRGS, UNISINOS e USP, gerando um espaço de intercâmbio com caráter interdisciplinar/multidisciplinar e interinstitucional, além disso, a realização destes ciclos tende a fortalecer e consolidar uma rede de docentes colaboradores em projetos de extensão internamente à UERGS e entre universidade e instituições.

Ao refletirmos sobre os caminhos percorridos pelo projeto enquanto grupo de pesquisa, ressalta-se que muitos passos foram dados. Neste ano, o grupo cruzou as fronteiras nacionais e internacionais, somou parcerias, apoiou e foi apoiado. E como grandiosa conquista, foi integrado à Rede de Observatórios e incluído no Glossário de Observatórios – ObservaSinós, programa do IHU.

Nesse sentido, a participação na 8ª edição do Seminário Observatórios da Unisinos, realizado em Porto Alegre/RS, no 7º Salão de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uergs – SIEPEX e na 2ª Mostra ObservaCampos 2018 - Uergs Hortênsias, fortaleceu os passos já consolidados. Considerando que esses eventos são de nível estadual/nacional, ressalta-se a importância dos bolsistas do grupo de pesquisa ObservaCampos estarem inseridos nesses espaços, dialogando com diversas realidades e conhecimentos distintos e a oportunidade de poderem usufruir das oficinas, cursos e palestras que as ações oferecem gratuitamente.

No entanto, ainda sentimos dificuldade em atingir um público maior, externo à Universidade, sendo esta uma das premissas dos projetos de extensão, por isso temos como desafio para 2019, sensibilizar participantes externos à UERGS. Uma das alternativas articuladas nesse intuito é levar os ciclos até as comunidades, intercalando ciclos na UERGS e em outros locais, iniciando outra ferramenta potencial, as “estações de pesquisa” do ObservaCampos, projeto a ser implantado em 2019.

Ao longo do ano de 2018, os encontros se configuraram como espaços difusores de saberes e práticas, onde os estudantes, bolsistas, professores, convidados e demais participantes compartilharam experiências que retroalimentam pesquisas e projetos, fortalecendo espaços públicos de livre acesso à comunidade – fortalecendo a premissa da Universidade em qualificar a pesquisa, o ensino e a extensão, contribuindo, portanto, para a construção de uma sociedade engajada, política e plural.

REFERÊNCIAS

BINKOWSKI, P.; HERNANDEZ, A. R. C.; REINEHR, R. Relato de experiência: Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos), UERGS Hortênsias, São Francisco de Paula/RS. **Anais...** VII Seminário Observatórios: Pesquisas, instituições e sociedade nas tramas de crise. Unisinos, Porto Alegre, out./2017.

BOZIKI, D. M. **A configuração da política de desenvolvimento territorial e a ação pública no território rural Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul.** 2018. 111f. Dissertação. Mestrado em Ambiente e Sustentabilidade, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula, 2018.

SANTOS, A. S. dos. **Consciência e Ação Política em Rede: uma proposta interdimensional para o estudo dos conselhos gestores das unidades de conservação dos Campos de Cima da Serra/RS.** 2019. 115f. Dissertação. Mestrado em Ambiente e Sustentabilidade, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula, 2019.

SILVA, N. M da. **Representações Sociais Sobre o Assentamento do MST Lagoa do Junco em Tapes, RS: confrontações entre mídias e a voz dos assentados.** 2018. 139f. Dissertação. Mestrado em Ambiente e Sustentabilidade, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula, 2018.

ENSAIO TEMÁTICO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PERCEPÇÃO E LUGAR: UM ESTUDO A PARTIR DA REDE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/RS

*Lilia Deconto*²⁷

*Luciele Nardi Comunello*²⁸

INTRODUÇÃO

Com a proposta de formação de disseminadores da Educação Ambiental (EA) através das escolas da rede de ensino, a Rede de Educação Ambiental do município de Campo Bom, Rio Grande do Sul (RS) se apresenta, a partir de uma política pública municipal, como ponto de partida no caminho a ser percorrido pela presente pesquisa, da qual apresentaremos o projeto nas páginas que seguem. Neste ensaio temático, apresentaremos um apanhado de informações que fazem parte de um projeto de pesquisa maior, de Mestrado, intitulado “Educação Ambiental (EA) e a relação com lugar: uma compreensão a partir da interlocução com a Rede de Educação Ambiental do Município de Campo Bom/RS”.

O Plano Municipal de Educação (PME) de Campo Bom, conforme Lei Municipal nº 4.355/2015 (CAMPO BOM, 2015), de 16 de junho de 2015, apresenta 21 metas, sendo que a última delas, diz respeito às estratégias voltadas à Educação Ambiental. Uma dessas estratégias visa “manter e garantir a Rede de Educação Ambiental no Município, com, no mínimo, um representante por Unidade Escolar”. Esta proposta engloba mais de 40 escolas públicas, distribuídas no município, em suas mais diversas constituições sociais e culturais. Pensando na EA constituída a partir de processos participativos, partindo de necessidades individuais e do entorno dessas pessoas, faz-se necessário compreender, além dos propósitos da Rede de Educação Ambiental em sua concepção, como esses se articulam e tomam forma nos espaços escolares de Campo Bom. Neste estudo, colocaremos o foco na Educação Infantil e em como as estratégias de EA propostas pela Rede de Educação Ambiental do município se atualizam nesse contexto.

²⁷ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: liliadeconto@hotmail.com

²⁸ Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: luciele-comunello@uergs.edu.br

A etapa da Educação Infantil será o objeto de estudo da pesquisa em questão considerando que, principalmente nessa faixa etária, há um maior vínculo entre a escola e as famílias, em uma relação de interdependência e, conseqüentemente, de articulação e diálogo com a comunidade local. Além disso, outro elemento que contribui para a escolha em olhar para a Educação Infantil é o fato de não haver, ainda neste período da formação escolar, a fragmentação do pensamento em disciplinas de ensino, adotando a perspectiva mais holística dos campos de experiência, segundo definições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que permite uma ampla abrangência de recursos, práticas pedagógicas, metodologias etc..

O interesse em nos debruçarmos sobre a Educação Infantil se dá a partir do que enuncia a BNCC ao afirmar que “a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade” (BRASIL, 2017, p. 35). A BNCC coloca, assim, em foco as percepções dos agentes da comunidade. Pensar as práticas de EA a partir do olhar para a comunidade - para além dos muros da escola - nos permitirá explorar como as pessoas habitam e atribuem significados ao lugar. A relação que a comunidade escolar é capaz de estabelecer com o seu entorno é um fator chave para as reflexões quanto às percepções de lugar e sentidos atribuídos ao espaço em que as escolas se inserem. No contexto da Educação Ambiental, os estudos advindos da Psicologia Ambiental sobre percepção ambiental são essenciais na compreensão da interrelação sujeito-meio, que garantem a promoção de um senso de pertencimento.

Considerando o acima exposto, o presente ensaio busca compreender a relação com o lugar como um vetor de Educação Ambiental. Para tanto, buscar-se-á estabelecer uma interlocução com a Rede de Educação Ambiental, partindo da perspectiva das escolas e suas especificidades locais, no município de Campo Bom/RS. Desta forma, pretende-se:

- Identificar as Políticas de Educação Ambiental e as Políticas Públicas Municipais relacionadas;
- Verificar o modo como as ações locais são desenhadas (apropriação local) a fim de garantir a efetivação dessas políticas públicas, tomando como base a Meta 21 do Plano Municipal de Educação de Campo Bom;
- Mapear o alcance das ações da Rede de Educação Ambiental, compreendendo as práticas escolares e a percepção que os participantes têm do lugar em que estão inseridos, bem como a percepção ambiental dos distintos espaços e como os envolvidos das comunidades no entorno das escolas estabelecem relações com o lugar.

A pesquisa é integrada pelas concepções que orientam os caminhos da pesquisa, relacionadas à **percepção ambiental** e o sentido de **pertencimento** que caracteriza a relação das pessoas com o local onde vivem e aprendem. Ao mesmo tempo em que abrange informações relevantes com relação ao diálogo que as práticas locais estabelecem com as políticas públicas de maior relevância e concepções de constituição da Educação Ambiental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM BREVE HISTÓRICO

Já na década de 1980, iniciam-se algumas tentativas de instituir a Educação Ambiental, quando é incluída no currículo de todos os níveis de ensino, a partir da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), com a Lei nº 6.838 de 31 de agosto de 1981 e na constituição de 1988, passa a ser dever do estado e direito de todos. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) surge com a aprovação da Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 que, no seu artigo sétimo, estabelece os envolvidos nas ações de aplicação da Lei, com o compromisso estendido também às “instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino e órgão e organizações com atuação em Educação Ambiental” (1999, p. 01).

A Educação Ambiental presente nas práticas escolares está além de um currículo, permitindo, segundo Guimarães (2007), a tomada de consciência coletiva e comunitária, para além do espaço escolar. Essa conscientização parte da experiência “que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” (TUAN, 2015, p. 6), constituída pelas emoções, sensações e percepções. Segundo Jacobi (2003), ao relacionar EA com cidadania, a ideia de pertencimento está estreitamente relacionada ao coletivo. É nesta constituição de percepções, presente na EA, que se dá o despertar na sociedade com direção a ações positivas, com qualidade de vida para as comunidades (MELAZO, 2005).

A Educação Ambiental formal, nos espaços escolares, se mostra atuante junto à sociedade em geral quando se sugere o espaço a partir do qual se identifica a necessidade de “conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade” (BRASIL, 2017, p. 35). Lima e Bomfim (2009) apresentam um apanhado de pesquisas que, de forma geral, tiveram como foco o desenvolvimento de estudos em comunidades. Em comum, esses estudos relacionam o engajamento/processo participativo de transformação desses espaços, aos sentimentos atribuídos à ele, constituindo-o como um lugar. Um lugar de pertencimento considera seu passado, suas vivências, sua

história construída em uma relação de interdependência afetiva, valorizando o processo de interrelação entre humanos e não humanos na constituição da vida. Em outras palavras, é a partir da construção do lugar (com seus aspectos objetivos e subjetivos) que o senso de pertencimento é promovido. É justamente este senso de pertencimento que garante o engajamento e a participação característicos dos ambientes democráticos, que são capazes de transformar as práticas sociais de um determinado contexto.

METODOLOGIA

A partir destas teorias e reflexões relativas à EA, a partir dos conceitos de **percepção, pertencimento e lugar**, a pesquisa segue uma abordagem qualitativa, utilizando metodologias relativas à pesquisa descritiva, de campo e pesquisa participante (BRANDÃO e STRECK, 2006). Ao lado, ou mesmo inserida na pesquisa de campo, está a pesquisa participante, que segundo os autores citados anteriormente, remete ao pesquisador que, por um momento, ouse mudar de lugar, de olhar e formas de pensar com presença investigativa na vida de uma comunidade.

O campo da pesquisa abrange o município de Campo Bom/RS, com uma delimitação de 3 entre as 40 escolas públicas do município, que tenham a etapa de ensino da Educação Infantil; e suas localidades, em distintas regiões do município. A pesquisa se estabelecerá seguindo os agentes da Rede de Educação Ambiental do Município, com foco nas escolas e suas localidades. Será realizada com olhar voltado às práticas e narrativas dos envolvidos, ao entendimento das relações e percepções que se compõe e configuram o lugar, promovendo pertencimento. A partir disso, busca-se a compreensão de como Políticas Públicas ganham corpo e forma nas práticas locais, em cada escola, envolvida por um contexto socioambiental²⁹ específico.

Inicialmente será feita a identificação dos dispositivos legais que garantem a Educação Ambiental e das Políticas Públicas Municipais relacionadas. Será realizada uma Análise Documental sobre a estratégia 21.1 da Meta 21 do PME (Plano Municipal de Educação de Campo Bom), considerando sua trajetória, projetos relacionados e os agentes envolvidos com a proposta, com possível análise de acervo de mídia. Ainda nesta proposta, os responsáveis da Secretaria de Educação do Município serão convidados à entrevista não estruturada (MINAYO, 2002), esclarecendo o formato e organização da proposta de formação da Rede de

²⁹ Com socioambiental queremos aqui remeter aos aspectos do ambiente, que é sempre povoado por pessoas, com suas características biopsicossociais e culturais.

Educação Ambiental, ao longo do ano de 2019. A etapa seguinte consiste em acompanhar o desenvolvimento da proposta da Rede ao longo do ano, juntamente com o acompanhamento das re-criação das estratégias locais em escolas que tenham Educação Infantil no Município.

Será efetuada seleção de 3 escolas da Educação Infantil, em três regiões distintas. Os espaços serão definidos pelo critério de conveniência (MARCONI; LAKATOS, 2008), considerando que sejam distantes entre si e geograficamente marginais do Município, facilitando a estratificação do Município em 3 regiões. Dentro desta divisão, serão selecionadas escolas que declarem incluir Educação Ambiental em suas práticas. Considerando que a Rede de Educação Ambiental é voltada à formação de disseminadores nas escolas, a seleção de espaços em regiões geográficas distintas permite abranger uma diversidade de concepções culturais, próprias de cada comunidade, considerando a relação das pessoas com o lugar.

A pesquisa em campo, será conduzida adotando os mesmos procedimentos nos 3 espaços selecionados: 1) Através de conversas informais e entrevistas abertas, com roteiros semiestruturados (MINAYO, 2002), com a equipe diretiva e o representante escolar da Rede de EA, identificando quem são os envolvidos e como a escola se articula nas propostas; 2) Através de observação participante, com conversas informais e registros em diário de campo (MINAYO, 2002; MARCONI; LAKATOS, 2008), em datas previamente agendadas com cada escola, sendo até uma visita mensal em cada espaço. Identificar quais as ações desenvolvidas e de que forma estão relacionadas à sua localidade; quais aspectos da cultura local são explorados, contemplando como as escolas (a partir do olhar dos responsáveis) percebem o lugar; 3) Da mesma forma, participando de eventos comunitários e mutirões promovidos pelas escolas e através de conversas informais com agentes da comunidade local, buscar as suas percepções do lugar, com apontamentos de características da região em que a escola está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio temático, encontra-se um projeto de pesquisa de Mestrado, que se dedica a compreender o processo de implementação de Políticas Públicas na área ambiental em âmbito municipal, concebe-se essa implementação como um processo de tensão saudável e produtiva entre, de um lado, as premissas reificadas de uma Política Pública, muitas vezes escrita a poucas mãos e, de outro, as (re)leituras e apropriações locais das práticas em EA, de acordo com cada arranjo escola-comunidade em seu contexto específico. A pesquisa

bibliográfica, realizada para a estruturação da pesquisa de campo, revela uma relação potente entre uma Educação Ambiental Crítica e a proposta de compreensão das práticas a partir dos operadores conceituais de **percepção do lugar** e **pertencimento** dos participantes, com vistas à implementação de uma Educação Ambiental efetiva nas comunidades e espaços escolares. A relação entre aspectos culturais e ambientais de cada região pode sugerir estratégias práticas e efetivas, produzindo (re)leituras, ou ainda (re)inventando em diálogo com as ações da Rede de Educação Ambiental do Município.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **Pesquisa participante: a partilha do saber**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. **Lei nº 6.938** de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Brasília: [s.n.], 1981. Documento não paginado. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 de Nov. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Documento não paginado. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 Nov. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 9.795** de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: [s.n.], 2010. Documento não paginado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 03 Nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 16 Nov. 2018.

CAMPO BOM. **Lei n. 4.355/2015**, 16 de junho de 2015. Aprova o plano municipal de educação – PME para a próxima década. Página 01 à 20. Disponível em: <http://www.ceaam.net/cpb/legislacao/index.php>. Acesso em: 03 Nov. 2018.

GUIMARÃES, M. Além dos muros da escola. In: MELLO, S. S. de; TRAJBER, R. (Orgs.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Ministério da Educação, coordenação geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 118, p. 189-206, Mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 Set. 2018.

LIMA, D. M. A.; BOMFIM, Z. Á. C. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 4, p. 491-497, out./dez. 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161393>. Acesso em: 16 Nov. 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

MELAZO, G. C. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**: Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MINAYO, C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ENSAIO TEMÁTICO

REDE ARAUCÁRIAS: FORMAÇÃO DE COMUNIDADES DE PRÁTICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA E HORTÊNSIAS

*Cássio Adílio Hoffmann Oliveira*³⁰

*Luciele Nardi Comunello*³¹

*Maria Eduarda Andrade*³²

*Rosmarie Reinehr*³³

INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo apresentar a experiência do curso de extensão intitulado “Educação Ambiental em Formação: Atores e Redes dos Campos de Cima da Serra/RS – Edição 2018: *Educação ambiental e práticas curriculares na Educação Infantil*. O curso iniciou com o propósito de ser um espaço de Formação Continuada para professores da Educação Infantil, com foco em Educação Ambiental (EA). Ao idealizarmos o curso de formação percebemos que o espaço do curso poderia ser, em si mesmo, um espaço de articulação e animação da rede de EA do território envolvido.

A perspectiva da animação de rede apareceu para a gestão do curso tanto como uma forma de promover empoderamento dos atores envolvidos, de produzir uma gestão mais democrática e horizontal das práticas desenvolvidas pelos mesmos, bem como uma estratégia para garantir a sustentabilidade ou continuidade dos projetos desenvolvidos ao longo da formação. Além disso, ao compreendermos que uma formação em EA é um processo que envolve um saber-pensar-agir que não pode ser separado das formas como as pessoas se

³⁰ Membro do Grupo de Pesquisa ObservaCampos, Presidente do Diretório Acadêmico Regional das Hortênsias e acadêmico do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: cassio-adilio@uergs.edu.br

³¹ Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: luciele-comunello@uergs.edu.br

³² Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: meduarda.uergs@gmail.com

³³ Professora Adjunta nos cursos de graduação Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Gestão Ambiental e no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente. E-mail: rosmarie-reinehr@uergs.edu.br

reconhecem no mundo e são reconhecidas por seus pares, tomamos as Comunidades de Prática como ferramenta para pensar em um processo de formação a partir do qual professores se tornam Educadores Ambientais, na medida em que, engajados em um empreendimento comum - elaboração e realização de projetos em EA - compartilham recursos, ideias, práticas, *insights* e uma compreensão, heterogênea, do que possa vir a ser Educação Ambiental.

Levando isso em consideração, apresentamos, neste ensaio, um curso que inicialmente foi idealizado para o contexto da Educação Infantil, mas que, devido à demanda de seus participantes, foi redirecionado a inclusão de outros contextos. Um Curso de Formação em EA torna-se relevante se considerarmos os desafios trazidos pela Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (BRASIL, 1999) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA (BRASIL, 2012):

Art 2º - A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.” (BRASIL/MEC, 2012).

Neste cenário, o projeto teve como objetivo geral, em seu primeiro ano de realização, incentivar a (re)estruturação de projetos ambientais, no âmbito local/regional e promover a análise e (re)formulação da ambientalização dos espaços de educação formais e não formais, bem como animar a rede de educadores ambientais e práticas em EA.

O curso partiu do objetivo de qualificar projetos e práticas ambientais focadas no desenvolvimento local, através da articulação e animação da “Rede de EA dos Campos de Cima da Serra”, com vistas ao fortalecimento das práticas em Educação Ambiental locais e regionais. Pensar a formação continuada a partir da perspectiva das redes, promove um olhar direcionado à transformação das relações sociais, como formas de aprender, trabalhar, e atuar diante da realidade, incorporando novas formas de organização estabelecidas na inclusão democrática em busca da sustentabilidade. Através desse horizonte busca-se criar parcerias, trocando conhecimentos, gerando mobilizações e afetos.

METODOLOGIA - UM PERCURSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA

Totalizando 80 horas, no período de julho à dezembro do ano de 2018, o curso contou com a colaboração da coordenação da “Rede Seiva - Educação Ambiental em Unidades de

Conservação”, de docentes e pesquisadores da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Hortênsias e convidados especiais na preparação e realização das oficinas.

O projeto de extensão se realizou em encontros semanais, envolvendo 17 participantes: docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e gestores dos sistemas de ensino (municipal e estadual), membros de equipe gestora de Unidades de Conservação (UC), bem como Condutores Ambientais. No âmbito da extensão, o curso foi um modo de colocar em diálogo com os saberes locais os saberes produzidos no contexto da Universidade. No âmbito da Pesquisa, o curso foi desenvolvido na modalidade Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 2002), pois implicou na intervenção dos pesquisadores construção conjunta com os participantes na reformulação de projetos em EA e sua articulação em rede, a partir da compreensão das necessidades de cada comunidade (escolar e não escolar, como no caso dos Parques Nacionais). A Pesquisa-Ação (ou PesquisAção) é originada das ciências sociais, e introduzida no campo de educação incentivando o planejamento e desenvolvimento, a partir participação e engajamento de todos os envolvidos. A sua aplicação dentro do curso consistiu em reunir o grupo, promovendo a cooperação, em que cada participante contribui com seus saberes e enriquece seus conhecimentos, ampliando horizontes a partir do encontro e do diálogo. Fica, assim, capacitado a organizar projetos locais/regionais, vinculados à educação formal e não formal.

O curso teve um percurso de formação totalizando 11 encontros e envolvendo inúmeras interações. Cada encontro teve um foco diferente, evidenciando assim a troca de saberes (partilha de recursos) e a construção produção de sentidos, práticas e da própria comunidade entre todos os atores que estavam envolvidos, marcando igualmente a construção de suas identidades enquanto educadores ambientais. Martinho (2004) argumenta que a animação de redes acontece quando um objetivo comum é capaz de articular uma diversidade de atores, convocando-os para a ação. Ao longo dos encontros, pudemos perceber este princípio, observando que, através do propósito comum de construir projetos em EA, os participantes trocaram experiências e ações, estabelecendo conexões diferenciadas entre elas. Foi a partir dessas conexões que emergiram outros projetos, ações e redes.

As temáticas discutidas no curso foram variadas, tendo como princípio o diálogo de saberes, considerando a sensibilização como uma importante dimensão da EA. No primeiro encontro o assunto tratado foi “Educação Ambiental e a relação criança e natureza: questões curriculares”. No segundo, “Aspectos do desenvolvimento dos Campos de Cima da Serra: Unidades de Conservação, paisagens e territórios”. No terceiro, “O Eu, o Outro e o Nós na construção da relação de apego ao lugar”. No quarto, o assunto tratado foi “A EA, a

apropriação do lugar e senso de pertencimento ao ambiente: trilhas e memória política”, realizada no espaço da Associação dos Profissionais da Caixa Econômica Federal (APCEF). Seguido do quinto encontro, onde foi debatido “Práticas de planejamento: projetos e sequências pedagógicas”. Por seguinte o sexto encontro abordou: “Natureza como espaços sustentáveis e a articulação dos COM-VIDAS”. O sétimo discutiu “Alimentação, conservação e biodiversidade - Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)”. O oitavo encontro abordou o tema “Expressão, música e arte no desenvolvimento infantil”. O nono, dialogou com “O aprendizado das relações matemáticas a partir do engajamento do corpo/ambiente”. O décimo foi o penúltimo encontro, que debateu “REDE SEIVA - EA em Unidades de Conservação”. Finalizando o percurso, o décimo primeiro encontro teve como protagonista a 2ª Mostra ObservaCampos e a formação da Rede Araucárias. A 2ª Mostra ObservaCampos reservou um de seus turnos ao GT de Educação Ambiental, onde os participantes do Curso de Extensão foram convidados a apresentarem seus projetos de intervenção em seus locais de atuação.

Todos os encontros contaram com a ênfase na produção e acompanhamento de projetos que partiram dos atores envolvidos. Cada encontro proporcionou a interação entre os diversos projetos, ocorrendo a vinculação, construção de novos olhares a partir do diálogo com o outro, de modo que todos os envolvidos acabavam, assim, se conectando. As conexões entre os participantes se mostraram como um fator principal dentro da rede, e são essas conexões que instruem e mantêm a rede viva (MARTINHO, 2004).

FORMAÇÃO CONTINUADA, REDES E COMUNIDADES DE PRÁTICA

"A partir de uma visão mais ampla dos conteúdos propostos durante o curso, e seguindo a ideia de Musso (2004), o potencial libertador das redes consiste justamente no fato de ser uma aposta na circulação horizontal e não centralizada dos fluxos de informação. O conceito de rede aplica-se na dinâmica que foi proposta, havendo em todos os encontros um fluxo grande de informações, e trocas entre os atores que participavam, como foco na capacitação para a criação e/ou (re)estruturação de seus projetos locais. No Brasil, a relação entre a EA e as redes vem se impulsionando nas últimas décadas. As redes voltadas à educação ambiental estão à frente dos movimentos em rede no tecido social, como é o caso da Rede Brasileira de Educação (REBEA) e da Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA), que surgiram após a RIO-92 (MARTINHO, 2004)."

A noção de “rede” está inserida em nosso cotidiano, ela é onipresente, podemos encontrá-la em todo lugar, em todas as disciplinas. Em uma de suas muitas definições Musso (2004) nos diz que nas ciências sociais, por exemplo, a rede é definida como um sistema de relação ou modos de organização. Assim, podemos caracterizá-la como um emaranhado de conexões e relações, independentemente do que ela está ligando. Essas conexões existirão a partir de propósitos comuns, na medida em que houver ligações sendo estabelecidas (MARTINHO, 2004).

A EA é inserida em uma diversidade de tempos, espaços e componentes e a partir disso vai adquirindo uma identificação e produzindo sentidos múltiplos. Uma vez que as redes se caracterizam por relações de interação, a partir do momento em que a EA se torna transdisciplinar, envolvendo diversos conhecimentos e áreas, pode-se então dizer trabalha com formação de rede, pelo fato de haver conexões e uma trama na qual se emaranham os seus atores/componentes/integrantes. Considerando a formação continuada como um processo a partir do qual nos tornamos quem somos (PIMENTA, 1997) e produzimos sentidos acerca dos ambientes, reformulando constantemente as nossas práticas, a entendemos como a própria constituição da Comunidade de Prática, definida como:

[...] grupos de pessoas que compartilham um interesse, um problema em comum ou uma paixão sobre determinado assunto e que aprofundam seu conhecimento e expertise nesta área através da interação contínua numa mesma base [...] Estas pessoas não necessariamente trabalham juntas todos os dias, mas se encontram porque agregam valor em suas interações. Como passam algum tempo, juntas, elas compartilham informações e conselhos. Ajudam umas às outras a resolver problemas, discutem suas situações, aspirações e necessidades. (WENGER; McDERMOTT; SNYDER, 2002, p.4-5 *apud* GIOVANNI, 2019).

Buscamos também compreender o processo de formação continuada como um processo de constante aprendizagem, a partir da qual os professores se transformam e transformam suas práticas e senso de pertencimento na medida em que vão trabalhando em conjunto e construindo estratégias possíveis, atuando na consolidação de uma Comunidade de Prática. “Comunidades de Prática”, de acordo com Wenger (1998), consiste em um modo de conceber a aprendizagem, a partir das teorias sociais, como uma dimensão de toda e qualquer prática social (e não uma prática social em si, com um tempo e espaço específicos, em um ambiente de ensino), sendo o engajamento na prática social o processo fundamental pelo qual nós aprendemos e nos tornamos o que somos. Nas Comunidades de Prática, essa aprendizagem ocorre na interrelação entre identidade (quem somos na condição de educadores ambientais), prática (que práticas dialogam com esse campo da EA), sentido

(como atribuo significado para as práticas em Educação Ambiental e compreendo a minha prática como significativa para esse contexto) e, por fim, comunidade (senso de pertencimento, a partir das trocas, engajamento mútuo e partilha de recursos). A comunidade de Prática/Formação também visibiliza uma rede, movimento que se dá a partir da consolidação de práticas e princípios democráticos, expressos nas seguintes dimensões (que caracterizam o movimento das redes):

- Social: quando inclui diversos atores, desde seus diversos lugares sociais;
- Ambiental: do ponto de vista sustentável, pois as conexões viabilizam uma visão mais complexa e menos linear dos fenômenos ao nosso redor;
- Cultural: se constitui de muitas e diferentes vozes, sendo a diversidade compondo a rede;
- Político: ao produzir o empoderamento dos atores envolvidos, em uma forma de gestão mais horizontal e compartilhada dos processos (MARTINHO, 2004).

Podemos pensar as potencialidades da rede desde diversas perspectivas. O modo como a rede global (internet) relativizou a forma de habitarmos, ao pensarmos nos espaços/lugares, ampliando-os, é visto que o mesmo não é delimitado. Relativizando as fronteiras e delimitações impostas pelo espaço físico, a internet, enquanto rede global, a internet, por exemplo, possibilita que as redes fiquem cada vez mais distantes, vem tornando-se poderosa e essencial, ao criar novas ordens e gerando um caráter mais democrático, no sentido de possibilitar uma maior horizontalização da emissão e recepção de fluxos de informações. Desde a sua natureza, a rede é democrática, ao precisar da cooperação para seu funcionamento, ela torna-se aberta e emancipatória, e seus estudos ganham caráter interdisciplinar.

A Rede Araucárias foi emergindo como uma criação espontânea, a partir da identificação de empreendimentos, objetivos e, até mesmo, desafios comuns. O fato desses educadores, aos poucos, com a participação no curso de formação, irem, ao mesmo tempo, **engajando-se mutuamente** em um **empreendimento coletivo**: a realização dos projetos nos seus contextos de atuação; **compartilhando recursos** e saberes ao longo do processo e construindo sentidos para o que vem a ser a educação ambiental, mesmo que não haja consenso sobre isso, nos faz pensar na formação de uma Comunidade de Práticas (WENGER, 1998). A partir de suas práticas, com a problematização e construção de projetos de intervenção que implicaram um envolvimento coletivo e compartilhamento de saberes e recursos, os professores foram se tornando “educadores ambientais”, se apropriando desse campo e, conseqüentemente, de uma identidade, um reconhecimento de si e pelos outros. A

comunidade de prática é um instrumento para a construção do conhecimento integrado e de forma aberta, o qual se dá pelas relações sociais que são estabelecidas ao longo do convívio. “*Aprender necessariamente requer envolvimento e contribuições para as atividades e para o desenvolvimento das comunidades. Em outras palavras, a aprendizagem não ganha espaço se a participação não é possível*” (GHERARDI; NICOLINI, 2000, p. 11).

Ao longo das interações que foram ocorrendo durante o curso, ficou perceptível dois níveis: a interação na realização de tarefas, sendo essa uma atividade que conseguimos vê-la logo que ela inicia, e também a interação social e emocional, onde os integrantes geram sentidos e satisfações individuais, sendo essa menos evidente aos olhos humanos. Durante as atividades propostas o grupo passou a participar de inúmeras dinâmicas, estabelecendo novos sentidos em cada uma delas. No curso, os projetos que foram construídos ao longo dos encontros demonstraram a qualidade das interações que ocorreram. Wenger (1998) explica que com o tempo, os indivíduos que se dedicam a um trabalho em conjunto desenvolvem uma prática comum, sendo essa a maneira de trabalhar e de se relacionar, permitindo que assim os objetivos em comum sejam atingidos. A comunidade se cria, sustentada pela prática que, por sua vez, alicerça a construção de sentidos para o que fazemos e para o mundo em que habitamos, culminando no processo a partir da qual nos tornamos quem somos.

DISCUTINDO RESULTADOS

Podemos destacar, como resultados parciais:

1. O mapeamento das ações de EA realizadas pelos atores em seus diferentes ambientes de atuação, levando em consideração a abrangência dos envolvidos;
2. A possibilidade de pensar em processos de formação continuada a partir dos conceitos de Comunidade de Prática e Redes;
3. A implantação de projetos EA com os atores envolvidos nos espaços educativos, em cooperação com Programas Institucionais, como foi o caso do PIBID;
4. Formalização da “Rede Araucárias - Rede de EA dos Campos de Cima da Serra e Hortênsias”, que ocorreu na 2ª *Mostra ObservaCampos*.

Ademais, também é necessário apontar os movimentos para formação de outras redes locais, em um sistema imanente de redes dentro de redes, tendo em vista que o curso acabou por colocar em relação diferentes atores pertencentes a mais de um município. A seguir, faremos um breve apanhado de cada um desses itens. Com relação ao **Mapeamento das Ações de EA**, utilizamos a inspiração de Lucie Sauvè (2005) para caracterizar as ações que eventualmente estavam sendo realizadas quando o curso foi iniciado.

Mapeamento das Ações de EA

Sauvé (2005) explica que o campo da EA, apesar de haver aspectos comuns a todos que a praticam, como a preocupação com o meio ambiente e a visão de que a educação é fundamental para a relação com o ambiente, os diferentes atores inseridos possuem discursos distintos sobre a própria EA. A partir disso surge, então uma teia de modos e práticas divergentes de ações de EA que acontecem no mundo todo. Algumas ações já vinham sendo desenvolvidas pelos atores antes do início do curso, cada uma tendo o seu campo, correntes, e relações específicas. Segundo Sauvé (2005, p.17):

A noção de corrente se refere aqui a uma maneira geral de conceber e de práticas a educação ambiental. Podem se incorporar, a uma mesma corrente, uma pluralidade e uma diversidade de proposições. Por outro lado, uma mesma proposição pode corresponder a duas ou três correntes diferentes, segundo o ângulo sob o qual é analisada.

O primeiro projeto mapeado no primeiro encontro do Curso foi o “Projeto GeoParque Caminhos dos Cânions do Sul”, projeto desenvolvido na cidade de Cambará do Sul/RS e que conta com atores que estavam presentes nessa edição do curso, englobando escolas do município através de projetos de conservação da geodiversidade e biodiversidade. Ao conectarmos essa ação a uma das correntes de Lucie Sauvé (2005), podemos dizer que essa seria uma corrente **naturalista**, estando centrada na relação com a natureza; Tendo aspectos também da corrente **humanista**, por abrigar dimensões históricas, culturais, políticas e estéticas; E por último da corrente **biorregionalista**, estando essa conectada ao espaço geográfico e o sentimento de identidade.

O segundo, foi o Projeto “Três R”: desenvolvido pela Secretaria de Educação do Município de São Francisco de Paula (SMED) e realizado em algumas escolas do município, com um viés de conservação e sustentabilidade. O projeto envolvia desde oficinas, exposições, até a conservação e cuidado com o jardim da escola, árvores frutíferas, e confecção de sabão a partir do óleo de cozinha. Parece dialogar mais com a corrente **conservacionista**, que possui proposições centradas na conservação, nesse caso com foco nos jardins e árvores; a corrente da **sustentabilidade**, que discute o ato de aprender e utilizar racionalmente os recursos de hoje, como o próprio título do projeto deixa evidente. E, por último, a corrente **naturalista**, por promover o contato dos alunos e comunidade com a natureza.

O terceiro projeto foi a Rede de Educação Ambiental em Unidades de Conservação - Rede SEIVA, realizado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), com apoio do Grupo de Pesquisa Laboratório de Gestão e Negociação de Conflitos (GANECO - UERGS), que envolve uma rede de professores para a Educação Ambiental no contexto das UC. Assim como nos outros, é possível identificarmos a corrente **naturalista**, por estar envolvendo essa rede de professores com as UC, introduzindo-os em seu campo; a corrente **conservacionista**, estando extremamente conectado ao aspecto de conservação, pois o curso ocorre dentro de unidades que possuem esse foco de conservação de recursos; a corrente **humanista**, por envolver dimensões históricas, políticas, econômicas, estéticas e culturais, advindas das UC; Seguindo pela última, a corrente **biorregionalista**, novamente levando em consideração o espaço geográfico que as UC ocupam. Para além dos projetos mapeados, alguns atores ainda relataram ações desenvolvidas, como o descarte correto do lixo, hortas escolares, e realização de Semana do Meio Ambiente dentro do ambiente escolar.

Após o desenvolvimento do curso esses projetos foram se conectando, outros sendo criados e, aos poucos era possível notar o início da animação de redes. Os projetos até então isolados, iam se entrelaçando na medida em que os atores compartilhavam ideias, entre todos os membros, acarretando benefícios e motivações através dessa troca. Ao final de um ano de curso, por exemplo, surge a partir de alguns membros do curso a rede: “#AmamosPinhão”, tendo como foco a Educação Ambiental no ensino formal como ferramenta para a Conservação e Uso Sustentável da espécie ameaçada de extinção - Araucária ou Pinheiro-brasileiro (*Araucaria angustifolia*). O surgimento da rede #AmamosPinhão produziu e foi produzida pela colaboração efetiva entre ações isoladas dentro das escolas, EA em UC, Projeto GeoParque, diversos setores do município e o Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) via UERGS.

Comunidades de Prática / Formação Continuada

Ao longo dos meses de curso, tornou-se para nós evidente a relação necessária entre a perspectiva da Formação Continuada e das Comunidades de Prática (WENGER, 1998). Primeiro, porque essa articulação nos permite superar a noção de formação instrumental, em que o processo cognitivo é compreendido como transmissão de informação. A noção de Comunidades de Prática nos oferece um olhar mais complexo para a formação integral desses participantes, na medida em que compreende a aprendizagem em sua dimensão ontológica - é o processo pelo qual nos tornamos quem somos, ao termos nossas práticas transformadas a

partir do “fazer com”, da coparticipação em um projeto comum. O engajamento mútuo dos professores na formulação e realização de projetos, no compartilhamento de recursos didáticos, ideias, práticas bem sucedidas e a apropriação dos participantes do “Universo” da EA, foi transformando, aos poucos seus olhares e práticas, no caminho de se tornarem “educadores ambientais” (com toda a heterogeneidade que o termo possa abarcar).

Concordamos com Steil e Carvalho (2014) quando propõem as Epistemologias Ecológicas como modos mais ecológicos de produzir conhecimento. Na mesma lógica, propor uma formação continuada através da constituição de Comunidades de Prática se torna também potente no sentido de pensarmos em uma formação integral, igualmente mais “ecológica”.

A implantação de projetos de Educação Ambiental com os atores envolvidos

Ao final do Curso, os membros apresentaram seus projetos de EA, alguns já implementados, que os mesmos desenvolveram ao longo do ano. A rede #AmamosPinhão fez parte desses projetos. Ademais outros projetos surgiram, como o intitulado: “Lendo, contando e encantando com as histórias infantis”; “Identidade: conhecendo nossa história e nosso ambiente”, “Projeto Diversidade” e “Cuidando o meio onde vivo”, estando esses três ligados ao PIBID da UERGS. Esses projetos foram seguidos pelos “Amigos da gralha azul”; “Práticas Educativas em trilhas ecológicas interpretativas”; “Paisagens e memórias”; “Como enxergo e me relaciono com o lugar onde vivo”; e, por último, o “Educação Ambiental na comunidade Quilombola São Roque”, realizado dentro de uma UC (Parque Nacional).

Formalização da Rede de Educação Ambiental dos Campos de Cima da Serra

Todos os projetos que foram desenvolvidos durante o curso, ao final dessa primeira edição, serviram de mote para a formação e animação da “Rede Araucárias”, rede que conta com os atores que se envolveram no curso. Também é possível notar que dentro dessa rede, surgiram outras, como é o caso já mencionado da Rede #AmamosPinhão. A Rede Araucárias de Educação Ambiental dos Campos de Cima da Serra vem a fortalecer as práticas de EA na região, a partir da partilha de conteúdos, experiências, saberes e práticas. Além disso, apresentou-se como movimento de empoderamento de seus atores, no sentido de se engajarem em um processo de gestão coletiva, descentralizando a função que inicialmente coube às coordenadoras do Curso de Extensão. Na vivência complexa e repleta de conflitos de uma gestão participativa e democrática, que implica a participação ativa dos atores envolvidos,

cria-se uma estratégia de manutenção dos projetos desenvolvidos no seio do Curso de Formação em EA, garantindo sua sustentabilidade e continuidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que sendo um projeto jovem (Curso de Extensão/Formação), podemos levar em consideração a relevância do que foi produzido no espaço por ele criado, ao proporcionar conexões de experiências relativas ao âmbito local e regional. A formulação de novos conceitos para pensar os processos de Formação, relacionando-os com a formação de redes e Comunidades de Prática, abre caminhos para uma visão mais integral e ecológica desse processo.

O fomento de ações/práticas de EA, em sua esperada diversidade, é outro fator essencial a ser destacado. A capacitação para elaboração e acompanhamento dos projetos promove a possibilidade de que novos projetos possam emergir, tornando-se, assim um processo contínuo e independente. O Curso de Extensão proporcionou novos conhecimentos, ao articular cada ator para o desenvolvimento de suas ações, pensamentos, valores e afetos, transformando seus modos de serem educadores ambientais nos locais onde atuam.

Outro ponto de importante constatação é que o curso de Formação em EA, que teve como efeito a animação das redes locais e a formalização da Rede Araucárias, teve continuidade, em sua segunda edição, no ano de 2019, desta vez, voltado às pedagogias do cotidiano, valorização das trocas, saberes e práticas locais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.
- BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Junho, 2012.
- GHERARDI, S.; NICOLINI, D. Learning Of Safety in Communities of Practice. **Journal of Management Inquiry**, v. 9, n. 1, p. 7-18, mar. 2000.
- GIOVANNI, L. M. (Org.). **Identidades Profissionais de Professores**: construções em curso. Araraquara: Junqueira e Marin, 2019.
- MARTINHO, C. **Redes**: Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF- Brasil, 2004.

PIMENTA, S. G. **Formação de Professores- saberes da docências e identidade do professor.** Nuances – Vol. III – Setembro de 1997.

SAUVÈ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). **Educação Ambiental** - pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.17-45.

STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. M. Epistemologias Ecológicas: delimitando um conceito. **Maná**, Vol. XX, n.1, Rio de Janeiro, 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** 11.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CAPÍTULO V - TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E CONFLITOS



ENSAIO TEMÁTICO

TERRITÓRIO EM TRANSIÇÃO: O CASO DO LOTEAMENTO CELITA EM GRAMADO, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Luís Carlos Borges dos Santos³⁴

Patrícia Binkowski³⁵

INTRODUÇÃO

Na formação histórica de qualquer cidade, vimos que o ser humano transformou e transforma ambientes naturais. Um aspecto que vem sendo debatido na atualidade é a formação dos conflitos ambientais, com enfoque no urbano. Nesse meio se constroem várias relações sociais como: econômica, política social e cultural.

A crescente urbanização e a necessidade de preservação do meio ambiente conduzem a inúmeros conflitos em relação à ocupação do território natural, essa situação é latente em todos os municípios do Rio Grande do Sul (RS), dentro dos quais se destaca o município de Gramado. É na relação ser humano-meio, que se desenvolvem os processos de transformações responsáveis por uma determinada geografia e, para entender essa nova geografia em Gramado é necessário contextualizar os fatores que desencadearam essas transformações urbanas e sociais no decorrer de sua formação territorial.

Portanto, o objetivo geral deste ensaio temático é entender como se deu o processo de ocupação do Loteamento Celita, Bairro Várzea Grande no município de Gramado, Rio Grande do Sul (RS). Tem-se como objetivos específicos: (a) analisar a produção social e os efeitos das estruturas desiguais no cotidiano desta comunidade que resiste ao grande capital imobiliário na cidade; (b) contextualizar a história da cidade de Gramado e do bairro Várzea Grande; (c) descrever as questões da luta pela produção do espaço urbano no Loteamento Celita.

Considerando as especificidades de Gramado, optou-se por fazer uma análise histórica da cidade com base na revisão bibliográfica, sobre a ocupação urbana do município e leitura e

³⁴ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: simioni.luiscarlos@gmail.com

³⁵ Professora Adjunta no Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental e no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente. E-mail: patricia-binkowski@uergs.edu.br

análise de documentos e atas públicas das sessões da Câmara de Vereadores durante o ano de 2016. É importante destacar, que o município de Gramado possui um grande potencial turístico que vem gerando desenvolvimento econômico para a cidade. Atualmente, esse modelo de desenvolvimento econômico vem desencadeando novos espaços de moradias e novos processos sociais e, é a partir deste contexto, que se desenvolveram conflitos a partir das disputas e legitimações entre poder executivo, legislativo e determinadas comunidades.

GRAMADO E SUA HISTORIOGRAFIA

A historiografia de Gramado remonta ao século XIX, quando houve o início da colonização com os portugueses em 1875, posteriormente com a chegada dos alemães, a partir de 1824 e dos italianos em 1875 (FERRARO, 1982). A colonização estrangeira favoreceu o desenvolvimento do comércio, focado na exportação de seus excedentes para outras regiões do Estado. Em 19 de abril de 1904, Gramado passou à condição de 5ª Distrito de Taquara com sede na Linha Nova. Em 1913 a sede distrital é transferida para o centro urbano da cidade, e Gramado passa a ser Vila só em 1938. No entanto, a historiografia urbana da cidade de Gramado e suas conjunturas ambientais de mudanças do espaço social iniciam em meados da década de 1940 onde “existiam residências de moradores e edificações destinadas ao comércio e à hotelaria localizada no núcleo urbano” (FERRARO, 1982, p. 35).

Deste modo, Gramado começava a se preparar para receber turistas. Nesta fase, houve crescimento no número de empreendimentos para fins de segunda residência, tendência já percebida no final da década de 1930, pela Lei Estadual nº 7.199 de 31 de março de 1938: “[...] o povoado de Gramado foi elevado à Vila, apresentando já nesta época, algumas casas de veraneio e, as primeiras divisões de terras eram realizadas junto ao centro da cidade” (GRAMADO, 1987, p. 25). Em 1954, em virtude da importância econômica que o distrito de Gramado tinha, ele se tornou município (Lei Estadual nº 2522).

Atualmente Gramado é constituído por uma população de 32.273 habitantes (IBGE, 2010), distribuída em uma área de 237,827 km² (IBGE, 2016). O município é reconhecido pelo Ministério do Turismo (2008) como um dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico do Brasil. De acordo com o Índice de Competitividade do Turismo Nacional (Brasil, 2015), Gramado apresenta um nível 4, numa escala que varia entre os níveis 1 e 5, sendo o nível 5 o mais competitivo. Algo a ser destacado, por exemplo, é que durante 80 dias de “Natal Luz” a cidade recebe aproximadamente 2 milhões de turistas. Atualmente Gramado é formado por 12 bairros, e seguindo a lógica da colonização, podemos usar o termo das

“sesmarias” para identificar os recortes dos bairros da cidade, uma vez que, de acordo com a historiografia da cidade os lotes (bairros) eram de famílias que colonizaram a cidade.

Para Ferraro (1982), a expansão da ocupação urbana foi muito significativa durante década de 1960, além do comércio, das casas de moradores, surgiram muitos hotéis e prédios de serviços. Lopes (2014) destaca que a década de 1960 esteve marcada pela expansão da cidade e a presença do turismo, período em que também se iniciavam os loteamentos no município, atraindo a atenção de investidores imobiliários. A cidade de Gramado teve um salto em suas estruturas urbanas, onde as maiores modificações no espaço urbano ocorreram em direção aos limites da área urbana, sobretudo em locais que ainda não haviam sido ocupados, como o bairro Várzea Grande, cujo processo foi favorecido pelos eixos viários da RS 115.

BAIRRO VÁRZEA GRANDE: UM TERRITÓRIO EM TRANSIÇÃO

O bairro “Várzea” como é chamado pelos moradores, está localizado ao sul na cidade de Gramado, há cerca de 5 km de distância do centro da cidade. Apresenta em sua área urbana, um grande número de edificações residenciais e industriais, e o maior número de loteamentos populares do município de Gramado. Acerca da historiografia do bairro, temos registro que a formação se deu em 1898 com a chegada de imigrantes Portugueses, Italianos e Alemães (LOPES, 2014). O nome do bairro se deu em função de caçadores vindos da parte mais alta da cidade (tapera), que avistaram do topo das árvores, um grande vale que passaram a denominar de Várzea Grande (BLUM, 1987, p. 123).

Na década de 1980 foram implantados inúmeros loteamentos no bairro, Michaelsen (1980), Vila do Sol (1980), Vale Verde (1980), Vila Paraíso (1982) e Sociedade de Habitação Popular (1988), e em 1996 o loteamento Alto da Viação (LOPES, 2014).

Este território é marcado por diversas formas de interpretação social, pois é um local onde foi construído historicamente como a “periferia” da cidade. O bairro foi organizado de forma que os moradores podiam ter acesso a todos os bens de serviço (posto de gasolina, mercados, escolas, posto de saúde, academias, etc.) sem sair do bairro. Desde a sua formação, na década de 1980, é reconhecido como um local de moradia de habitantes “de fora” da cidade, de núcleos familiares compostos por pessoas do norte e nordeste do Brasil e da região metropolitana de Porto Alegre, capital do RS. A busca destas famílias por Gramado, geralmente é motivada pela segurança e garantia de trabalho que a cidade oferece. As reportagens dos canais de televisão “vendem” uma imagem de Gramado como sendo o

“paraíso”. “[...] a televisão que se pretende um instrumento de registro torna-se um instrumento de criação da realidade. Caminha-se cada vez mais rumo a universos em que o mundo social é descrito/prescrito pela televisão” (BOURDIEU, 1997, p. 29).

A promoção pela busca da cidade “mágica” se fortalece a partir do próprio *slogan* promovido pela especulação imobiliária em Gramado: “venha viver essa magia”. Para tanto, Sérgio Buarque de Holanda (1999) nos ajuda a entender que a maneira como imaginamos certas “coisas”, é produto de todo um processo histórico marcado pela colonização. A colonização realizada por alemães e italianos em Gramado acaba por produzir esse cenário de progresso para o país e fora dele, de um povo organizado, trabalhador e que progride economicamente. Isso fortalece o imaginário sobre a cidade, onde o que se quer é que todos tenham acesso à essa “magia”. No entanto, a “magia” não é alcançada pela classe que vive do trabalho, ou melhor, pela classe trabalhadora.

Em função do caráter turístico, a cidade começou a ser estruturada para receber turistas e moradores sazonais, grande parte deles com poder aquisitivo bem elevado. A região central de Gramado foi sendo ocupada por hotéis e residências particulares de famílias que as utilizavam apenas nos finais de semana.

O Centro da cidade, por exemplo, apresenta o quinto metro quadrado mais caro do Brasil, de acordo com a pesquisa feita pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2017), o preço do metro quadrado é de R\$ 7.586,00, atrás somente de Rio de Janeiro. Em função desta produção elitizada do espaço, a classe operária viu-se obrigada a ocupar áreas cujos terrenos fossem mais baratos, conseqüentemente, áreas mais distantes do centro da cidade.

Ao longo das décadas, o bairro da Várzea Grande se modificou em relação ao território, em função da construção de novos conjuntos habitacionais para grupos de menor poder aquisitivo como o Altos da Viação em 1990, e o Loteamento Celita em 2006, que é uma ocupação. A “[...] pluralização da paisagem e dos conteúdos da periferia urbana revela novas práticas socioespaciais, novas formas de diferenciação e segregação urbana e, por fim, aponta para uma fragmentação territorial e social da cidade.” (SPOSITO, 2004, p. 116).

A “TERRA DA MAGIA” E SEUS CONTRASTES: O CASO DO LOTEAMENTO CELITA

O Loteamento Celita está localizado no bairro Várzea Grande, tem em torno de 47 famílias com mais ou menos 150 pessoas, segundo dados obtidos no sítio da Prefeitura

Municipal de Gramado (2018). Ao ano de 2016 as tratativas para a regularização desse espaço urbano junto com poder público se acentuaram, no entanto, a ocupação do território data ao ano de 2006.

O debate sobre questões referentes à luta por moradia em espaços urbanos é realizada não apenas por pesquisadores voltados a geografia social, mas também por sociólogos, antropólogos, historiadores, arquitetos e urbanistas. Neste sentido, ao entendermos que a conflitualidade gerada em função da ocupação do Loteamento Celita é um conflito urbano, é necessário ter em mente algumas considerações acerca da temática da periferia urbana.

De acordo com Almeida (1996, p. 31) “a organização espacial de uma cidade é o resultado da forma diferenciada com que os agentes apropriam-se do espaço urbano, o que a torna fragmentada tanto em função dos usos do solo como também em relação às classes sociais”. Ao considerar a atuação dos agentes produtores do espaço urbano, Moura (2003, p. 24) define que “é compreensível a segregação e diferenciação que ocorre no espaço urbano em vista da acumulação desigual de capital”. Corrêa (1986, p.11) sustenta que a periferia apresenta condicionantes sociais, cheias de símbolos e campos de lutas, “[...] é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendrada por agentes que produzem e consomem espaço”.

Como se dá em qualquer espaço urbano, existe a ação de proprietários de terrenos/áreas que objetivam a comercialização de suas terras para loteamentos urbanos, geralmente, os terrenos com preços mais elevados.

Nessa pesquisa, o desenho metodológico está pautado na pesquisa descritiva de caráter qualitativo. Foram feitas revisões da literatura sobre o tema proposto em periódicos, Teses e Dissertações. Para o estudo de caso utilizamos entrevistas semiestruturadas com o objetivo de compreender e interpretar os fenômenos sociais do local. Além disso, utilizamos a análise documental das Atas Públicas da Câmara de Vereadores da cidade, com o propósito de apresentar os discursos dos vereadores, durante o período de 2016.

Durante a pesquisa, perguntamos aos entrevistados como iniciou a ocupação, “havia um grupo de pessoas que estava no local ‘vendendo’ lotes para as pessoas com a promessa que tão logo a prefeitura iria regularizar a área”. A partir dessa lógica da especulação imobiliária, o poder público também tem sua performance, pois disponibiliza infraestrutura e serviços para que esses espaços periféricos se tornem passíveis de construção, transformando-se posteriormente em loteamentos populares.

A ocupação do Loteamento Celita teve início em 2006, com famílias vindas do nordeste em busca de trabalho, que se depararam com uma questão econômica-social-

estrutural: o acesso à moradia. O processo de ocupação do Loteamento Celita ocorreu de forma sistemática, onde os moradores foram sendo “cativados” pelo processo de expansão econômica da cidade, promovida pela expansão do turismo.

O Loteamento Celita representa uma realidade permeada de desigualdades sociais em Gramado, não só de substância material, mas, sobretudo de significado simbólico. O Loteamento é tido no imaginário social da população de Gramado como o Loteamento dos de “fora”, porque parte das famílias que compõem o Loteamento são de Pernambuco e vieram em busca de trabalho para sustentarem suas famílias. No entanto, o Celita não é constituída somente por pernambucanos, mas também pelos próprios gramadenses que foram morar em outras cidades, retornando depois de alguns anos.

Desde o início da ocupação do Loteamento, os moradores vêm lutando para regularizar a área, fazendo articulações junto aos vereadores e Assistência Social do município. Na Câmara de Vereadores, por exemplo, foram debatidas proposições para a regularização da área, mas também discutida a desocupação de forma compulsória. Essa dicotomia é perceptível quando se analisa a ata da 20ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Gramado. Onde um vereador defende políticas públicas voltadas para a habitação no Loteamento Celita.

Gramado precisa de muita mão de obra para sustentar o que tem hoje aqui, e muita mão de obra vem de fora. E até pelo custo de vida não tem condições de alugar um imóvel, que dirá de comprar um imóvel em Gramado. Então nós temos que ter a questão da política habitacional deste Loteamento Celita, em 2006 (Vereador João Teixeira, Ata nº 24/2016 da 20ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores, realizada dia 13 de junho de 2016).

E outro vereador constrói sua fala pautado no preconceito em relação aos moradores que vieram de “fora”:

Nós temos sérias dificuldades com invasão de área verde aqui no município. Esta que o Portolan falou é uma delas. Mas nós temos outra gravíssima lá no Loteamento Celita, de pessoas vindas do Nordeste e que lá se adornaram e estão comercializando lotes públicos. E nós precisamos e já falamos. Até vereador João ligou para a comandante da Brigada Militar, a justiça já determinou a reintegração de posse desta área, mas é necessário que as forças policiais façam está reintegração de posse. [...] Necessário cerca de 70, 80, 90 homens do Batalhão para fazer esta reintegração. Sabemos que pode vir um grupo de Passo Fundo ou de Porto Alegre. Foi o que nos falou, e que só não vem porque o Estado não tem condições financeiras de bancar a vinda destes brigadianos para Gramado. Aí nos falaram que a Prefeitura poderia bancar, mas a forma legal é a Prefeitura depositar nos cofres públicos do Estado e este repassar as diárias para os brigadianos. Mas se depositar nos cofres do Estado eles estão negativos e o dinheiro se vai. Então é uma situação muito delicada, e nós estamos sofrendo, porque querendo ou não é a nossa cidade que está sendo molestada de uma maneira extremamente cruel. Porque

realmente são relatos que os moradores nos passam que nos deixam apavorados com os fatos que estão acontecendo, especialmente no Loteamento Celita. (Vereador Geovani Colorio, Ata nº 22/2016 da 18ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores, realizada dia 30 de maio de 2016.)

Observa-se no discurso desse vereador uma certa ideologia “higienista” de livrar a cidade dos de “fora”, onde a defesa dos interesses econômicos se sobressaem aos sociais. A identidade social urbana perpassa pela noção de apropriação do espaço em que se insere o sujeito. Cabe lembrar que a formação de bairros nas cidades denominados “Higienópolis”, surgem exatamente do conceito de higienismo durante os séculos XIX e XX, onde se impunha uma certa ordem e disciplina das condições de vida, utilizando-se um discurso de progresso para que se pudesse disciplinar os espaços e os corpos. Em um sentido mais amplo, o “higienismo” designou todo um projeto de uma sociedade perfeita. Os bairros “Higienópolis”, em sua maioria, estão localizados em regiões nobres das grandes cidades como, por exemplo, Porto Alegre e São Paulo, locais onde o fator principal é o acesso contínuo ao transporte, cultura, áreas de lazer e segurança.

Ao analisar a atual conjuntura da urbanização das áreas periféricas de Gramado, os moradores do Celita encontram-se invisibilizados perante ao poder público e parte da sociedade. Os moradores do Celita ao ocuparem uma área não regularizada, deixam de ter acesso à serviços básicos que deveriam ser construídos/instituídos pelo poder público. Ou seja, esta população está excluída/invisibilizada/à margem do restante da sociedade de Gramado. Essa problemática nos leva a questionar: por que até o momento não houve a formação de um movimento social formado pelos moradores do Loteamento Celita e de outros loteamentos que passam pelos mesmos conflitos? Construiu-se um imaginário de regularização do espaço urbano para os moradores do Loteamento Celita, observado na fala de um Vereador:

Devemos acompanhar a questão que temos no Loteamento Celita, houve uma reunião com a presença do vereador Evandro e o vereador Ilton Gomes, com o advogado representando os moradores do bairro, através de uma Comissão criada por aqueles moradores. Parece que são 4 pessoas, mas, ao mesmo tempo, outras pessoas também nos procuraram [...] algumas lideranças, e a questão já está a nível Estadual, com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Reunião marcada para o dia 15, quarta. Uma visita da Comissão da Assembleia aqui em Gramado a pedido. Uma reunião com o Prefeito. Então estarão *in loco* confirmando a situação daqueles moradores, dentro daqueles moradores têm várias situações. Tem pessoas que estão em Gramado há bastante tempo. Pelo que me consta, tem moradores que moravam em outros bairros e foram para lá, e tem outros que acabaram de chegar e foram tomando posse do lugar. O que a gente pode fazer é evitar algo contra o risco de vida, como uma tragédia lá. Temos que conversar, acompanhar. Volto a dizer, esta situação é um problema social que tem na cidade de Gramado, e que acompanha o próprio crescimento da cidade de

Gramado. Isso cresce as situações favoráveis, mas automaticamente junto também vem os problemas de grandes cidades, de grandes centros. Então começa a questão da periferia. [...] o Prefeito Pedro assinou uma Lei doando. O município comprou parte desta área de terra para fazer ali um loteamento habitacional voltado às pessoas carentes da cidade. Infelizmente se passou 10 anos e até o momento não aconteceu. Então é um problema social que se não for agora este ano quem estiver na cadeira do Prefeito, o ano que vem tem que encarar esta situação, tem que trabalhar e dar soluções. É o local de debate é aqui na Câmara de vereadores, onde nós como representantes da comunidade de Gramado as situações que acontecem na cidade de Gramado elas têm que ser discutidas e acompanhadas pelos vereadores de Gramado. (Vereador João Teixeira, Ata nº 24/2016 da 20ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores, realizada dia 13 de junho de 2016).

Os mecanismos da dominação e manutenção do sistema reproduzem um cenário de manipulação das massas populares, onde, segundo o relato do Vereador, determinadas pessoas teriam sido convidadas a formarem uma frente de ocupação “legal” do espaço e, dessa forma, seriam beneficiados com moradias populares. No entanto, se observa que há uma manutenção das hierarquias sociais, que produzem tanto as exclusões como as prerrogativas de poder, elas se encontram não só na prática social dos privilegiados, cujo interesse é a manutenção do sistema do qual eles tiram proveito, mas também na prática social dos próprios desfavorecidos (GUARESCHI, 1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta por moradia, é uma problemática *sine qua non* ao se falar do crescimento das grandes cidades nas últimas décadas. Essa face se mostra ainda mais viva e desigual, quando se trata de uma cidade turística, como é o caso de Gramado, onde o desenvolvimento econômico e o poder aquisitivo da população tem pautado as discussões e as ações em relação à moradia/habitação.

Este ensaio temático teve o objetivo de discutir como se deu o processo de ocupação do Loteamento Celita, Bairro Várzea Grande no município de Gramado. Constatou-se que a produção do espaço por diferentes atores sociais fortalece desigualdades sociais no cotidiano desta comunidade, que resiste no lugar mesmo sem ter acesso aos serviços básicos. Inclusive, esta é uma das consequências de se viver em áreas irregulares, do ponto de vista fundiário, pois o poder público deixa de assistir tal população.

Observa-se que os discursos dos vereadores do município, no ano de 2016, estão carregados de preconceitos contra raça e classe social, e ainda sobressaem os interesses econômicos, sobrepondo as garantias de direito social à moradia e vida digna. Os moradores do Loteamento Celita se encontram invisibilizados perante o poder público e parte da

sociedade, que os veem apenas como mão de obra barata e não como cidadãos que lutam por igualdade de direitos e pelo direito à cidade.

Por fim, essa dialética nos leva a questionar: por que até o momento não houve a formação de um movimento social de resistência e luta formado pelos moradores do Loteamento Celita em Gramado? Talvez este seja a temática do nosso próximo ensaio a ser apresentado na próxima Mostra ObservaCampos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. Uberlândia: as periferias e o mito do oásis social. **Monografia** (Bacharelado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1996.

BLUM, G. M. **Gramado, simplesmente Gramado**. Gramado: Secretaria Municipal de Gramado, 1987.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes. 1997.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1989.

FERRARO, L. M. W. A Evolução do Núcleo Urbano de Gramado e Função do Turismo. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1982.

GUARESCHI, P. A. **Sociologia da Prática Social**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Editora: USP, 1999.

LOPES, D. C. Assentamentos informais em cidades turísticas: uma análise de Canela e Gramado (RS). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2014.

MOURA, G. G. Imagens e Representações da periferia de Uberlândia [MG]: um estudo de caso do setor oeste. 2003. **Dissertação**. Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2003.

OLIVEIRA, S. F. de. Terras e Posseiros. In: BARROSO, V. M. **Raízes de Gramado**. Prefeitura Municipal de Gramado; Secretaria Municipal de Educação; Centro Municipal de Cultura, 1999. p.13-23.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Cidade do México, n. 54, p. 114-139, 2004.

ENSAIO TEMÁTICO

PERCEPÇÕES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA OCUPAÇÃO URBANA VILA JARDIM, SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS

Carlos da Silva Padilha³⁶

Ana Paula Paim de Almeida³⁷

Patrícia Binkowski³⁸

Aline Reis Calvo Hernandez³⁹

INTRODUÇÃO

Nos Campos de Cima da Serra, conforme constatado por Silva, Costa e Binkowski (2017), a população rural de São Francisco de Paula (SFP), Rio Grande do Sul (RS) vem percebendo os impactos das mudanças climáticas por meio das constantes secas, do aumento da temperatura no verão, dos invernos que tem se mostrado menos rigorosos, das chuvas de granizo que se tornaram corriqueiras na região, entre outros indicadores.

A partir dos dados constatados pelos autores em 2017 na zona rural de SFP, se resolveu investigar, também, as percepções dos moradores da zona urbana do município. O local selecionado foi a ocupação urbana Vila Jardim, que está localizada entre às margens da Rua Benjamin Constant e o Parque Nacional Municipal da Ronda (PNMR). A ocupação está localizada em uma área inclusa da poligonal do PNMR. A Vila Jardim está organizada em 130 lotes, com aproximadamente 250 famílias que ocupam a área há 20 anos, considerando as primeiras ocupações (**FIGURA 1**).

³⁶ Acadêmico do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS. E-mail: caspadilha@hotmail.com

³⁷ Acadêmica do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Bolsista de Iniciação Científica INICIE/UERGS. E-mail: anapaulapaim1998@gmail.com

³⁸ Professora Adjunta no Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental e no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente. E-mail: patricia-binkowski@uergs.edu.br

³⁹ Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora Colaborada do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). E-mail: alinehernandez@hotmail.com

Figura 1 – Vista aérea dos lotes na Vila Jardim – poligonal do Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula/RS



Fonte: Adaptado de Plano de Manejo Parque Natural Municipal da Ronda e Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula (2012 e 2018)

A comunidade é considerada de alta vulnerabilidade social, dadas as condições de falta de saneamento, casas de madeira sem infraestrutura adequada, baixos níveis de escolarização, alto índice de desemprego e dificuldades de inclusão social por questões de renda, classe e raça, além de outras interseccionalidades. Para agravar a situação, a comunidade foi vítima do “tornado” que atingiu São Francisco de Paula no dia 12 de março de 2017. Muitas casas vieram abaixo, o ginásio e a escola da comunidade foram inteiramente destruídos e, atualmente, muitos moradores ainda esperavam pelas reconstruções de suas moradias.

Com o “tornado” de 2017, a paisagem natural da Vila Jardim foi fortemente alterada, já que centenas de árvores, principalmente, pinheiros e eucaliptos foram quebradas ou, literalmente, arrancadas. O popular “tornado”, como ficou conhecido o vendaval/tempestade que acometeu o município, deixou centenas de pessoas desabrigadas, sendo que muitas famílias ainda estão nas casas de parentes por não poderem reconstruir ou consertar suas casas. Ao caminhar pela Vila Jardim ainda se encontram entulhos e restos de construções gerados pelo fenômeno (**FIGURA 2**).

Figura 2 – Fotos da destruição provocada pelo tornado que atingiu São Francisco de Paula no dia 12 de março de 2017



Fonte: RBS TV/Reprodução (2017); Bruno Alencastro, Agência RBS (2017)

Portanto, o objetivo geral deste ensaio temático foi o de analisar a percepção dos moradores da ocupação urbana Vila Jardim, em São Francisco de Paula/RS, sobre as mudanças climáticas e o acesso às políticas públicas. Além disso se teve o intuito de investigar as percepções das famílias em relação às possíveis causas do “tornado” de 2017 e a atuação da gestão municipal em relação ao fenômeno.

REFERENCIAL TEÓRICO

No final da década de 1980 o sociólogo alemão Ulrich Beck (1986) ganhou destaque pela sua obra *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*, onde avalia que o risco está cada vez mais presente no nosso cotidiano, citando os conflitos armados, as catástrofes ambientais, as epidemias entre outros riscos. Beck (2010) analisa que as sociedades estão experimentando mudanças radicais, no que tange principalmente, aos riscos ambientais. Segundo o autor, vivemos um momento de transformação da sociedade industrial clássica, caracterizada pela produção e a distribuição de riquezas, em uma chamada sociedade (industrial) de risco, na qual a produção dos riscos domina a lógica da produção de bens.

Dentro dessa nova concepção produtiva, os riscos seriam mais democráticos e globalizados, tornando a repartição mais equalizada. Sendo assim, ninguém, nem pobres nem ricos, estaria totalmente imune às ameaças produzidas e agravadas pelo progresso. Embora se admita que muitos riscos possam ainda ser distribuídos conforme a classe social, Beck não concebe mais as ameaças como situações de classe, a exemplo do que acontecia na sociedade industrial clássica. Os riscos são produtos, ao mesmo tempo, reais e irrealis, por aliarem danos e perigos já ocorridos àqueles calculados (ROBALINHO, 2014, p. 53).

Desde o início da Revolução Industrial as atividades humanas têm provocado uma interferência significativa sobre o sistema climático, essas mudanças acarretam efeitos adversos diretos e indiretos, tais como: perda de produtividade agrícola, derretimento das calotas polares, alagamento das zonas costeiras, estresse hídrico, imprevisibilidade no regime de chuvas, maior incidência de eventos extremos (furacões, tempestades e secas), perda da biodiversidade entre outros problemas (IPCC, 2007).

Em vários pontos do planeta os efeitos das mudanças climáticas podem ser observados, tais como: secas prolongadas, aumento das temperaturas, inundações, eventos estes considerados críticos. Esses efeitos provocados pelas mudanças climáticas levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a organizar a Conferência do Clima, que está em sua 21ª edição. A última edição da Conferência das Partes (COP 21) ocorreu em Paris na França, em dezembro de 2015 e contou com a participação de líderes mundiais, delegados representando diversos países, observadores, jornalistas e membros da sociedade civil. O objetivo da cúpula é o de negociar um acordo global para desacelerar o aumento das emissões de gases de efeito estufa e conseguir que o aumento da temperatura do planeta em 2100 não ultrapasse 2°C.

Com esta preocupação alguns governos realizaram assinaturas de “tratados internacionais” como o de Montreal em 1987, que regulava a produção e o consumo de produtos destruidores da camada de ozônio e o Protocolo de Quioto, assinado em 1995, com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa. Estima-se que nas próximas décadas haverá o aumento na emissão de gases de efeito estufa, o que levou alguns países a criarem medidas para a redução de emissões e mitigação de danos causados pelos efeitos das mudanças climáticas (BRASIL, 2013).

Além dos tratados internacionais houve outras propostas, com o intuito de enfrentamento das alterações no clima (IPCC, 2007; EIRÓ; LINDOSO, 2014) como, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada primeiramente em 1992 no Rio de Janeiro, conhecida como Rio-92 e a Rio+20, realizada 20 anos após a 1ª edição, também no Rio de Janeiro. Essas mudanças climáticas estão sendo o centro dos debates na atualidade e tem sido um dos maiores desafios do século XXI, conforme Giddens, Beck e Lasch (1997).

As mudanças climáticas colocam em evidência o problema da exploração dos recursos naturais – contaminação e escassez dos recursos hídricos; poluição do ar; contaminação dos solos; as incertezas à segurança energética e a propagação geográfica de doenças. Esses problemas ambientais, socioeconômicos e políticos estão elevando a prioridade de questões

relativas à segurança ecológica nas políticas públicas. Saber lidar com uma nova atmosfera, com o aumento dos oceanos, com uma biodiversidade diferente, com recursos limitados e territórios modificados é um dos grandes desafios da sociedade contemporânea (HODSON; MARVIN, 2014).

No Brasil, as mudanças no uso do solo e o desmatamento são os responsáveis pela maior parte das emissões do país, pois as áreas de florestas e os ecossistemas naturais são grandes reservatórios de carbono por sua capacidade de absorver e estocar CO² e ao serem queimadas o carbono acaba sendo liberado para a atmosfera (MARENGO, 2006). A mudança climática global se refere ao fato de que as emissões de gases geradores do efeito estufa vêm fazendo o clima da terra aquecer, com consequências potencialmente devastadoras para o futuro (GIDDENS, 2002). As alterações climáticas provocarão diversos impactos sociais, ameaçando milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. A maioria das populações urbanas vive em áreas vulneráveis que precisam de planejamento e infraestrutura adequados, e a falta dessas infraestruturas expõe grupos populacionais ao risco da variabilidade do clima.

Segundo a Sociedade de Risk Analytics (SRA, 2010) quando se fala em risco se situa a probabilidade de um evento produzir consequências não intencionais adversas à vida humana, à saúde e ao ambiente (OLIVEIRA; ANDRADE, 2012). A dimensão desse risco é influenciada pela qualidade das estruturas de governança que planejam, coordenam, gerenciam e executam as políticas públicas e ações governamentais em nível local (MARTINS; FERREIRA, 2010). A vulnerabilidade social das populações que se encontram em condições econômicas desfavoráveis – precariedade de habitação e infraestrutura de saneamento – será agravada, caso elas não disponham de meios para enfrentar ou adaptar aos efeitos negativos dessas mudanças.

Oliveira e Andrade (2012) comentam que, diante desse cenário, as preocupações dos pesquisadores e governos estão se voltando para estudos e medidas que reduzam os impactos da mudança climática sobre as populações. Conforme as autoras, a prioridade desses estudos têm sido a análise e gestão dos riscos ambientais visando “a necessidade de considerar a dimensão social e, entre seus diversos aspectos, a subjetividade das pessoas afetadas por esses riscos - representada pela percepção e as atitudes das pessoas a eles expostos” (OLIVEIRA; ANDRADE, 2012, p. 22).

Conhecer o que as pessoas pensam, sabem e opinam sobre os riscos ambientais e sobre a mudança climática percebida no seu local de convivência proporciona subsídios para o planejamento ambiental, pois o gerenciamento de riscos não pode ser dissociado dos aspectos sociais que permeiam as questões ambientais. Esses subsídios são fundamentais para

desenvolver estratégias favoráveis a uma efetiva participação dos atores sociais no processo de gestão dos riscos (OLIVEIRA; ANDRADE, 2012, p. 22).

Entende-se como fundamental a compreensão de como determinadas populações são mais ou menos vulneráveis às mudanças climáticas, e quais estratégias de adaptação decorrem daí. Com foco na percepção dos agentes sociais locais, este estudo utilizará uma abordagem que se enquadra no construtivismo ambiental e, mais especificamente, em uma sociologia do risco. O tema das estratégias de adaptação precisa ser contextualizado, combinando métodos de pesquisa que levem em consideração o diálogo entre os condicionantes físicos de risco e o ponto de vista da população local sobre a realidade. “Assim, a percepção dos atores sobre sua realidade deve ser considerada em estudos de adaptação à mudança climática para que seja exitosa” (OLIVEIRA; ANDRADE, 2012, p. 22).

Mello *et. al.* (2012) comenta que as estratégias de adaptação e os riscos socioambientais variam de acordo com o lugar (espaço geográfico) e com a temporalidade dos eventos climáticos ou ambientais que ocorrem (como chuvas, ressacas do mar, deslizamentos e inundação), portanto, coletar dados sobre as mudanças do clima em termos regionais, é de extrema importância para o planejamento dessas áreas, de forma que possam minimizar os riscos e que a região possa se adaptar a tais eventos climáticos.

No município de São Francisco de Paula/RS, localizado nos Campos de Cima da Serra, se observa que os efeitos das mudanças climáticas vêm afetando de diversas formas a população local e o ambiente, como o “tornado” que ocorreu em março de 2017.

Os tornados são fenômenos climáticos naturais, que exercem grande poder pelos fortes ventos, e pela grande destruição quando atingem cidades e moradias, causando um impacto social, no qual tange a economia. Eles são formados através do encontro entre uma massa de ar fria com a quente, sendo propício para a formação de uma tempestade geralmente formada pela nuvem *Cumulonimbus*. (LISBOA; BLANC; JORGE, 2019, p. 62).

Segundo Silva, Costa e Binkowski (2017) e Silva e Binkowski (2016), a população de São Francisco de Paula vem percebendo mudanças significativas no clima, principalmente quanto aos impactos na agropecuária da região. Do ponto de vista agrônomo, se percebe que a soja (cultivo que necessita de muitas horas de calor), por exemplo, está em franca expansão, enquanto cultivos que necessitam de muitas horas/frio, como a maçã, está em decadência. Estas alterações no uso e exploração do solo alteram atividades agropecuárias tradicionais do município, como a pecuária que vem cedendo lugar às lavouras de soja, por exemplo. Tais mudanças afetam a economia local, bem como, o cotidiano da população local, que considera

incomum os invernos amenos (sem ocorrências de neve, como era comum há alguns anos atrás) e os verões com temperaturas acima de 30°, consideradas anormais na região.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou uma abordagem mista, triangulando fluxos de dados quantitativos, qualitativos e oriundos de fontes primárias e secundárias. Realizaram-se 30 entrevistas com famílias da Vila Jardim (mais de 10% da população de famílias), distribuídas em três zonas diferentes, sendo entrevistadas 10 famílias em cada zona: Zona 1: famílias residentes na entrada do PNMR; Zona 2: famílias residentes na zona central da ocupação, onde iniciou a Vila Jardim; Zona 3: famílias residentes na fronteira da Vila Jardim com a sede campestre da Sociedade Ginástica Porto Alegre (SOGIPA).

Os bolsistas do projeto de pesquisa “Diagnóstico de Percepção de Risco Ambiental e Estratégias de Adaptação às Mudanças Climáticas no Município de São Francisco de Paula/RS” foram os responsáveis por aplicar o questionário, fazendo uma abordagem de porta em porta, solicitando que a pessoa responsável pela família pudesse responder pelas informações. O questionário foi estruturado em torno a cinco eixos: 1º Perfil sociodemográfico das famílias; 2º Condições de estrutura, saneamento e acesso às políticas públicas; 3º Níveis de confiança no poder público; 4º Percepções em relação ao Parque Natural Municipal da Ronda; 5º Percepções em relação às mudanças climáticas e ao “tornado” ocorrido em 2017.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados indicam que as famílias são formadas majoritariamente por mulheres adultas, crianças e jovens, sendo lideradas por mulheres que, em poucos casos, contam com a participação de homens adultos enquanto cônjuges. As responsáveis pela subsistência das famílias são as mulheres que, em sua maioria, ocupam postos de trabalho informal, sem ter assegurado seus direitos trabalhistas. Os homens adultos evidenciam a grave situação de desemprego que acomete a região, sendo que a maioria trabalha com “bicos” (trabalhos esporádicos) e não asseguram o provimento de renda média mensal familiar. A renda média mensal das famílias se aproxima aos R\$ 920,00, renda muito baixa para famílias compostas por 4 a 5 membros, em média.

Em relação à escolaridade, a maioria dos participantes declara ter Ensino Fundamental incompleto, sendo que a maioria das crianças não frequenta a Educação Infantil.

Quanto às condições de estrutura, saneamento e acesso às políticas públicas, as moradias têm acesso à água e luz, proveniente do abastecimento feito por empresas privadas contratadas, mas enfrentam um grave problema de saneamento e esgotamento, sendo esse um problema que acomete o município, pois segundo dados do IBGE Cidades (2010), São Francisco de Paula só conta com 58% de esgotamento sanitário. Constatou-se uma escassa oferta de políticas públicas de saúde, educação e lazer, que são ofertadas no bairro vizinho à Vila Jardim, bairro Santa Izabel, o que evidencia o abandono do poder público municipal junto à comunidade. A única política pública mencionada foi em relação à assistência social. As famílias comentam que não tem acesso a áreas de lazer e que as crianças geralmente procuram o “campo de futebol” junto à sede do Centro Integrado Social (CIS), em que atualmente está instalada, também, a sede do PNMR. Em relação às políticas públicas, as principais demandas apresentadas pelas famílias em ordem de importância foram: 1ª saneamento; 2ª regularização fundiária dos lotes de moradia; 3ª acessibilidade, mobilidade e calçamento, 4ª políticas de saúde, educação, segurança e lazer para crianças e jovens.

Para conhecer o nível de confiança das famílias no poder público municipal usamos uma Escala Lickert de 5 pontos, sendo que 1 indicava um nível muito baixo e 5 um nível muito alto. Os resultados indicaram a variação entre o ponto 1 e 2 da escala, um nível muito baixo e baixo de confiança nos políticos e na política local. Apesar da baixa confiança, a área ocupada já foi negociada pelo poder público municipal junto à União e cedida ao município, sendo que os 130 lotes já foram demarcados e se encontram em processo de regularização.

Em relação ao Parque Natural Municipal da Ronda, as percepções evidenciam uma relação geracional, ou seja, moradores mais antigos e com mais de 40 anos, manifestam relações mais afetivas em relação ao parque. Talvez essas memórias afetivas positivas se devam ao tipo de uso que puderam fazer do parque em tempos idos, de sua infância e juventude, em relação à beleza cênica, atividades de lazer, banhos nas cachoeiras quando ainda eram próprias para banho etc. Percebeu-se que os moradores residentes há menos de 10 anos e jovens manifestam uma percepção afetiva mais baixa ou desconhecem a área como parque natural municipal, apesar de ressaltarem a paisagem como elemento importante a compor o cenário da Vila Jardim. Assim, a maioria das famílias evidencia a questão da paisagem e a necessidade de preservação ambiental e indica a necessidade de adequação do parque para uso público.

A maioria das famílias não se sente diretamente envolvida com o PNMR e não perspectivam a geração de renda ou envolvimento em atividades de Turismo e Educação Ambiental, ainda desconhecem as funções do Conselho Consultivo e sua importância à gestão do parque. Talvez esse fato se deva a algumas medidas tomadas pela gestão do parque, que como primeira ação após a posse, em 2017, instalou um portão de acesso ao mesmo, impedindo a livre entrada da comunidade na área, o que também inibiu algumas atividades irregulares que vinham sendo praticadas, tais como: descarte de resíduos, extração de pinhão fora da data de colheita permitida, extração de lenha, extração de terra e mudas da flora local, pastagem de animais etc.

Quanto às percepções em relação ao “tornado” de março de 2017 e às mudanças climáticas os resultados apontam que a maioria das famílias identifica o pronto atendimento prestado pela Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e pela Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula que proveu a comunidade com distribuição de lonas e alimentos. Alguns deles manifestaram o descaso do poder municipal após o período de “catástrofe” e a falta de investimento na reconstrução das moradias. Oito famílias declaram que não tiveram apoio ou não foram atendidas na ocasião de emergência pós-tornado. Das que não foram atendidas, um membro de uma das famílias comentou que esteve durante horas com as crianças sob os escombros e que familiares tiveram que fazer o resgate. Uma entrevistada declarou que perdeu tudo no “tornado”. As famílias comentaram ainda, que a Vila Jardim tem apresentado temperaturas altas no verão, próximas a 30°C e relacionam esse fato a não terem árvores plantadas em seus pátios.

A maioria não sabe responder sobre as possíveis causas do “tornado” e, menos de cinco famílias, relacionam o “tornado” ao desmatamento, aos efeitos do El Niño, ao uso abusivo de agrotóxicos nas lavouras, ao choque do ar quente com o ar frio e ao excessivo calor e aquecimento que vem ocorrendo nos últimos tempos na região dos Campos de Cima da Serra.

Em relação às consequências e efeitos do “tornado”, dez famílias declaram que suas casas ficaram destelhadas, três declaram que o “tornado” destruiu toda a casa, ou seja, ficaram sem lugar para morar e outras, ainda, indicaram que as casas “entortaram”, que as árvores do pátio caíram bem próximas das casas e que correriam risco se voltassem para casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa se observou que o poder público do município se mobilizou em auxiliar os atingidos pelo “tornado” de março de 2017, mas não está se mobilizando preventivamente para desenvolver estratégias de adaptação e enfrentamento às mudanças climáticas junto à comunidade. Apesar da pouca informação sobre “o que é mudança climática” os moradores da ocupação urbana Vila Jardim vêm lançando mão de estratégias de enfrentamento às adversidades do clima. Outro ponto relevante observado na pesquisa, é que a grande maioria das famílias entrevistadas não sabia informar sobre os efeitos que as mudanças climáticas estão provocando em nível global, mas em diversos momentos faziam menção a fenômenos locais como escassez de água, excessivo calor, mudanças na paisagem decorrentes do “tornado” etc.

Durante as entrevistas era comum, a partir da primeira pergunta: “Quais mudanças climáticas você percebeu em SFP nos últimos anos?”, os entrevistados perguntarem: “mas como assim, mudanças climáticas?”, fazendo com que nós pesquisadores tivéssemos que apontar noções sobre o que são as “mudanças climáticas”. Somente após darmos estas “noções”, os entrevistados passavam a relatar suas percepções em relação a tais mudanças em seu cotidiano. Isso nos fez refletir sobre a primeira pergunta que deveria ser feita aos entrevistados “o que é mudança climática?”, para acessarmos suas associações e representações em relação ao fenômeno, sem a interferência dos pesquisadores. Por isso, em relação à primeira pergunta os dados podem ter sido “mascarados”.

A pesquisa abriu um canal de proximidade e comunicação entre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e ocupação urbana Vila Jardim, pois se pôde discutir e conhecer a percepção da comunidade sobre um tema tão urgente, mas pouco desenvolvido em São Francisco de Paula. Nesta comunidade se constatou a existência de um sentimento de inconformismo, dado pela situação de abandono pelo poder público municipal. A Vila Jardim é invisibilizada aos olhos dos gestores municipais e pouco contemplada com a oferta de políticas públicas. Porém, se notou que existe um desejo de mudança, um horizonte em perspectiva em busca de melhores condições de vida, de moradia, de lazer, mas que só será possível quando a relação entre comunidade e poder público for efetiva, garantindo a salvaguarda de direitos sociais, políticos e ambientais que lhes são de direito.

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi financiado pelo Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos) e contou com bolsa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG/UERGS e bolsa Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

REFERÊNCIAS

- BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010 [1986].
- EIRÓ, F.; LINDOSO, D. Mudança climática, percepção de risco e inação no seminário brasileiro: como produtores rurais familiares percebem a variabilidade climática no Sertão de São Francisco na Bahia. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, n. 4, p. 137-150, out./dez., 2014.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002.
- GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo. UNESP. 1997.
- HODSON, M; S. MARVIN. Ecocidades transcendentais ou segurança ecológica urbana? *In*: MOSTAFAVI M.; DOHERTY G. (Org.). **Urbanismo Ecológico**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014. p.208- 215.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. IBGE Cidades. Censo 2010. **Dados sobre saneamento em São Francisco de Paula/RS**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-paula><https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-paula>. Acesso em out. 2019.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **V.I: The physical science basis; V.II: Impacts, adaptation and vulnerability; v.III: Mitigation of climate change**. New York: Cambridge University Press, 2007.
- LISBOA, Y. C.; BLANC, G. F. de C.; JORGE, M. da S. Passagens de Tornados nas Áreas Rurais dos Municípios de Água Santa/RS e Coxilha/RS. **GeoPautas**, Vol.3, n. 1. 2019.
- MARENGO, J. A. **Mudanças Climáticas Globais e seus Efeitos sobre a Biodiversidade: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI**. Série Biodiversidade v.26. Brasília: MMA, 2006.
- MARTINS, R. D.; L. C. FERREIRA. Oportunidades e Barreiras para Políticas Locais e Subnacionais de Enfrentamento das Mudanças Climáticas em Áreas Urbanas: Evidências de Diferentes Contextos. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, n. 2, p. 223-242. jul.-dez. 2010.

MELLO, A.Y. I. et al. Abordagem quantitativa em estudos sobre percepção de riscos às mudanças climáticas e ambientais: proposta no Litoral Norte de São Paulo. **Anais...** VI Encontro Nacional da ANPPAS. Belém, 2012.

OLIVEIRA, F. H.; ANDRADE, R. M. T. Percepção de Mudança Climática e Riscos Ambientais Urbanos no Varjão - Distrito Federal. **Anais...** 5º Seminário Internacional de Planejamento e Gestão Ambiental – IPPC / URBENVIRON. Brasília, 2012. p.21-32.

ROBALINHO, M. Para além dos riscos: uma análise do livro Sociedade de risco. Resenha. **RECIIS** – Rev. Eletron. de Comun. Inf. Inov. Saúde. 2014 Mar; 8(1). p. 53-55.

SILVA, B. D.; BINKOWSKI, P. A Percepção socioambiental da população sobre as mudanças climáticas em São Francisco de Paula/RS. **Anais...** VI Salão Integrado Ensino, Pesquisa e Extensão – SIEPEX, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Bagé, 2016.

SILVA, B. D.; COSTA, R. A.; BINKOWSKI, P. Diagnóstico de Percepção de Risco Ambiental e Estratégias de Adaptação às Mudanças Climáticas no Município de São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul. **Anais...** VII Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão – SIEPEX, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Tapes, 2017.

ENSAIO TEMÁTICO

A CONTRIBUIÇÃO DO OBSERVACAMPOS NA FORMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA EM SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS

Samuel Presa Rodrigues⁴⁰

Túlio Garcia de Souza⁴¹

Patrícia Binkowski⁴²

INTRODUÇÃO

Estudos apontam que os conselhos gestores, consultivos ou deliberativos tornaram-se, enquanto potencial de representatividade e atuação política, ferramentas fundamentais para a inclusão sociopolítica (GOHN, 2006; SANTOS, 2008; CEZARE, 2009; BRASIL, 2013). Entretanto, mesmo sendo imprescindível que haja tais conselhos nos espaços de representatividade da administração pública e da sociedade civil, a formação e a consolidação de conselhos gestores (CG) e/ou conselhos consultivos (CC) encontra grandes dificuldades de implantação. Vários fatores contribuem para essa realidade, dentre eles: a) falta de organização social; b) incapacidade de comunicação clara e que abranja todos os atores envolvidos no processo; c) ausência de sentimento de pertencimento, e) falta de conhecimento sobre a legislação por parte de alguns órgãos públicos e atores sociais, dentre outros.

O presente trabalho baseia-se no processo de implantação do CC do Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR), no município de São Francisco de Paula (SFP), Rio Grande do Sul (RS), tema abordado em vários estudos científicos da graduação e da pós-graduação na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em SFP/RS. O grupo de pesquisa ObservaCampos - Observatório de Políticas e Ambiente vem pesquisando e intermediando conflitos entre o PNMR, comunidades do entorno, população interna ao Parque e poder

⁴⁰ Acadêmico do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Foi bolsista de Iniciação Científica INICIE/UERGS ano 2018. E-mail: samuel-rodrigues@uergs.edu.br

⁴¹ Acadêmico do curso de graduação em Administração Rural e Agroindustrial da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Bolsista de Iniciação Científica INICIE/UERGS 2019. E-mail: tuliogarciades@gmail.com

⁴² Professora Adjunta no Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental e no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente. E-mail: patricia-binkowski@uergs.edu.br

público, além de participar ativamente no Grupo de Trabalho (GT) que teve como objetivo instituir o CC do PNMR.

Portanto, esta pesquisa tem por objetivo geral compreender o papel da universidade, mais especificamente do grupo de pesquisa ObservaCampos na formação e implementação do conselho consultivo do PNMR e da formação e capacitação dos conselheiros e dos agentes públicos. Tem-se como objetivos específicos o intuito de: a) Identificar os principais conflitos sociopolíticos e ambientais para a implementação do CC no PNMR; e, b) Planejar ações de mediação-prevenção de conflitos sociopolíticos entre os atores envolvidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Parque Natural Municipal da Ronda foi criado pela Lei Municipal nº 2.425/2007 e pela Lei Municipal nº 2.744/2011 que altera o Art. 2º da Lei Municipal nº 2.425/2007, que dispõe sobre a superfície da área de terras do parque. A legislação não prevê reversão para áreas protegidas.

Para que possa haver a consolidação da Unidade de Conservação (UC), ou seja, a implementação efetiva do PNMR como UC é necessário o estabelecimento de sua estrutura administrativa, que deve ser composta por um gestor e por um conselho gestor e/ou consultivo. Para que o Parque possa ser aberto à visitação turística, para que ocorram pesquisas científicas e também educação ambiental, deve haver a criação de um conselho gestor. O conselho gestor é a participação da sociedade civil na gestão do parque, ou seja, é a participação e representação da comunidade, da universidade, do setor público e privado na gestão do parque.

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2014, p. 30), “O Conselho é um fórum de discussão, negociação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência, para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas”. Para Gohn (2001), os conselhos gestores são espaços de aprendizagem, de negociação, do exercício de diálogo, e, de fortalecimento da cidadania, ressaltando-se ainda que, para que os conselhos sejam ativos e possuam um caráter transformador, é imprescindível que haja qualidade na participação. Conforme Santos (2008, p. 125) “[...] os conselhos consultivos ainda possuem um papel importante na gestão da unidade, pois servem ao acompanhamento pela sociedade civil da gestão financeira e territorial dos órgãos ambientais competentes e demais órgãos e entidades da Administração Pública que participam do conselho”. Mesmos os conselheiros de um conselho consultivo têm o direito subjetivo

público de denunciar irregularidades, propor ações e soluções e resolver dúvidas que venham a ter de enfrentar durante o acompanhamento da gestão da unidade de conservação. No caso do PNMR, o conselho é consultivo e não deliberativo. Segundo o ICMBio (2014), um conselho consultivo tem a função de:

- a. Decidir sobre assuntos relacionados à forma de funcionamento do Conselho, prevista em seu Regimento Interno;
- b. Decidir sobre o conteúdo do Plano de Ação do Conselho;
- c. Emitir recomendações e moções;
- d. Emitir manifestações sobre assuntos relacionados à gestão da unidade de conservação.

Para o ICMBio (2014), um conselheiro tem as seguintes funções:

1. Conhecer, discutir, propor e divulgar as ações da UC, promovendo ampla discussão sobre seu papel e a efetividade de sua gestão;
2. Identificar os problemas e conflitos e propor formas para sua gestão;
3. Identificar as potencialidades da Unidade de Conservação e propor iniciativas que as fortaleçam;
4. Compatibilizar os interesses dos diversos setores relacionados com a UC;
5. Buscar a integração da Unidade Conservação com o contexto local e regional no qual está inserida;
6. Manifestar-se sobre assuntos que afetam a Unidade e seu território de influência.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa até aqui realizada se configura como uma pesquisa-ação. Este tipo de pesquisa permite coletar dados primários, tanto quantitativos como qualitativos. A “investigação-ação” advém das ciências sociais e teve como precursor no Brasil no campo da educação e planejamento rural o sociólogo brasileiro João Bosco Guedes Pinto. Foi uma estratégia metodológica utilizada para incentivar a participação dos camponeses nos processos de planejamento e desenvolvimento regional e local. Também baseia a sua proposta teórica no conceito de educação libertadora. Para Pinto (1989), a proposta de pesquisa-ação contém as seguintes implicações para os setores populares: a) o acesso ao conhecimento técnico-científico, que possibilite a participação e o “desvelamento” da realidade e sua efetiva transformação pelo trabalho/ação; b) o incentivo à criatividade, a fim de gerar novas formas

de participação; c) a organização da base em grupos, nos quais eles sejam o “sujeito/ agente de sua transformação/libertação”.

Em relação aos objetivos, essa pesquisa classifica-se como descritiva, pois descreve e discute aspectos da implementação de um CC, objeto de nosso estudo. A pesquisa contempla os pressupostos da abordagem qualitativa, haja vista a natureza da questão-problema e o fato do objetivo do trabalho procurar compreender de forma detalhada os significados e as situações apresentadas pelos entrevistados (RICHARDSON, 1999). A pesquisa vem sendo realizada desde 2017, no entanto, este trabalho enfoca o ano de 2018, mais especificamente o acompanhamento à implementação da Lei que institui o conselho consultivo do PNMR. Os autores deste texto se encarregaram de realizar entrevistas com os principais atores envolvidos nesse processo: representantes do poder público, da comunidade local, dos órgãos ambientais, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos últimos anos, a UERGS Hortênsias tem desenvolvido através de seus grupos de pesquisa, trabalhos científicos que abrangem os aspectos sociais, políticos e ambientais que envolvem a implantação do PNMR. Algumas destas pesquisas focaram, por exemplo, nos conflitos políticos e socioambientais em torno à criação do Parque. Tais pesquisas coletaram dados primários através dos mais variados métodos de pesquisa, escutando os moradores que ainda se encontram no Parque e outros envolvidos empresários, secretários municipais, promotor público, professores da rede municipal e representações de entidades de interesse público e privado.

Em algumas análises se verificou que um dos principais fatores geradores de conflitos tem sido a falta de uma comunicação clara e consistente entre os agentes públicos e a comunidade (BINKOWSKI; SOUZA, 2017). Nesse contexto, a Universidade, através de ações de pesquisa e extensão tem se colocado como agente mediador desses conflitos junto aos atores envolvidos no processo, na busca pela clareza e acesso de todos às informações. Como é o caso da pesquisa “Participação Sociopolítica e Organização de um Conselho Consultivo no Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul” desenvolvida desde 2017 pelo grupo de pesquisa ObservaCampos.

Dentre os dados obtidos nesta pesquisa se averiguou que tanto os moradores do entorno, agentes públicos, universidade, Ministério Público, empreendimentos locais reconhecem a importância do PNMR para o ambiente, para o turismo e para a educação

ambiental deste município e da região. Desta forma, se observou que os conflitos seriam facilmente mediáveis se houvesse diálogo entre os gestores municipais e sociedade civil.

A pesquisa também se desenvolveu junto ao Grupo de Trabalho (GT) para a constituição do CC do PNMR, já citado anteriormente. Os pesquisadores acompanharam todas as reuniões do GT, onde se fez pertinente apresentar um breve resumo sobre cada uma delas nos parágrafos que seguem.

Em março de 2017 houve a primeira ação em prol da criação do conselho gestor do PNMR com a constituição de um GT que tinha como objetivo principal a elaboração de um edital para cadastramento de entidades interessadas em participar do Conselho Consultivo do PNMR. Os convites foram realizados pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e foram convidados a participar deste GT o indicado a gestor do parque (na ocasião ainda assessor da secretaria); o secretário municipal de meio ambiente e desenvolvimento sustentável; representantes da UERGS, da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMUMA), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que, de modo geral, recomendavam fortemente a constituição do conselho consultivo do PNMR.

- O GT teve sua primeira reunião em abril de 2017 onde se discutiu sobre a criação do Parque e da necessidade urgente de criação do conselho gestor para que o PNMR fosse realmente implantado e o gestor pudesse tomar decisões pautadas na participação e representatividade da sociedade.
- A segunda reunião se ateve em compreender o processo de constituição de um conselho gestor, para isso foi utilizado a publicação do ICMBio, “Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais: um guia para gestores e conselheiros” de 2014.
- A terceira reunião teve como tema central a definição das possíveis representações (vagas) através do mapeamento das instituições/entidades na área e no entorno do Parque.
- Na quarta reunião do GT foi redigido o “Edital de Cadastramento para Entidades Interessadas em Participar do Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal da Ronda, São Francisco de Paula/RS” documento lançado em agosto de 2017.
- A quinta reunião ocorreu em novembro de 2017 com a análise da documentação enviada pelas entidades, sendo preenchidas 11 das 15 vagas.

Mesmo tendo sido construído de maneira técnica e participativa por um grupo plural e altamente capacitado, o Projeto de Lei 026/2018 que “institui o Conselho Gestor do Parque Natural Municipal da Ronda” se tornou um conflito sociopolítico entre gestores públicos, comunidade, vereadores e GT para elaboração do edital de cadastramento de entidades para o conselho gestor do PNMR e representantes das entidades já indicadas. Pelos trâmites legais, a constituição do CC deveria se tornar um projeto de lei e, portanto, deveria passar por aprovação da Câmara de Vereadores de SFP. Assim, as indicações das representações foram repassadas do GT ao setor jurídico da Prefeitura Municipal para elaboração do Projeto de Lei (PL). Houve uma grande espera pela finalização do documento do PL, que foi encaminhado à Câmara de Vereadores de SFP somente em abril de 2018. Como parece ser de praxe na Câmara de Vereadores de SFP, os PL são encaminhados para análise de uma consultoria jurídica - Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos (IGAM).

Na ocasião, o IGAM emitiu a Orientação Técnica nº 11.021/2018 onde indica ser “legítima a iniciativa do Executivo para o projeto de lei em análise”, e que o conselho gestor “é uma das expressões do princípio da participação política [...], composto por vários agentes dos setores da sociedade, para assessoramento ao Executivo e na deliberação e fiscalização das políticas públicas”. A única ressalva indicada pela orientação técnica é que as instituições a serem indicadas no conselho gestor devem ser locais, “de estrutura administrativa Municipal” e não de estrutura administrativa estadual ou federal.

Na ocasião, em agosto de 2018, em sessão da Câmara de Vereadores, o PL foi retirado de votação para ser revisto e trazido à sessão em outra oportunidade. Na mesma ocasião, a presidente do COMUMA, Sra. Margarete Medeiros (que também fez parte do GT para criação do edital do conselho gestor PNMR) pediu vistas ao processo. Uma semana depois houve parecer do COMUMA recomendando que fossem seguidas as orientações do IGAM, assim como fossem excluídas as referências feitas no PL sobre o Fundo Municipal do Parque Natural Municipal da Ronda (FUMPAR). Desta forma, foram seguidas orientações do parecer do IGAM e do COMUMA, sendo organizada pelo GT nova redação para o PL. O vereador Mateus Barcellos (Partido dos Trabalhadores – PT) exigiu que fosse realizada audiência pública para consulta popular sobre o PL 026/2018.

Dessa forma, às 18 horas do dia 27 de setembro de 2018 foi realizada na Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Paula/RS, a audiência pública referente à aprovação do PL 026/2018, no que diz respeito à criação do conselho gestor do Parque Natural Municipal da Ronda. O Observatório de Políticas e Ambiente – ObservaCampos esteve presente através de seus pesquisadores e bolsistas, sendo representado à mesa de

autoridades pela Profa. Patrícia Binkowski, coordenadora do grupo de pesquisa e membra do GT de criação do CC. A professora manifestou na tribuna da Câmara de Vereadores a posição do ObservaCampos em relação ao PL de criação do CC do PNMR. A posição do ObservaCampos é favorável, embasada em dados técnicos e indicadores sociais referenciados por pesquisas realizadas por acadêmicos, especialistas, mestrands, mestres e doutores das diversas áreas do conhecimento, onde destacamos especialmente o Desenvolvimento Rural, a Psicologia Política e a Gestão Ambiental.

A audiência pública evidenciou um alto nível de desconhecimento por parte da maioria dos vereadores acerca da importância de constituir um Conselho Gestor ao PNMR. Um dos vereadores, aproveitando a presença da comunidade Vila Jardim, teceu um ataque frontal à Universidade, manifestando que a mesma queria instalar o CC com objetivo de despejar a comunidade da área de ocupação e, ainda, garantir um espaço privilegiado de pesquisa. Em um dado momento, a audiência pública começou a perder o foco, de discutir sobre a importância de aprovar o PL e instalar o CC e foi necessário que muitos docentes, estudantes e representantes de órgãos ambientais ocupassem a tribuna para esclarecer as informações e, ainda, ressaltar a função sociopolítica de um CC.

Após a audiência vimos da importância de reunir com a comunidade Vila Jardim e esclarecer os fatos, reiterando o papel da universidade, sua função social e esclarecendo que o CC não seria implantado para despejar ninguém da área ocupada. Esclarecemos, ainda, que a comunidade se fortalece quando se faz representar ao ocupar o assento que lhe é reservado no CC e, assim, possa encaminhar suas demandas.

Esse olhar interdisciplinar sobre os elementos que formam este conflito diversifica consideravelmente a percepção sobre o objeto pesquisado, favorecendo desta forma, a compreensão dos agentes geradores de conflitos.

Após esse período conturbado, em que claramente a Câmara de Vereadores intencionou retrazar a implantação do CC, no dia 31 de outubro de 2018 foi aprovada o PL 026/2018 pela Câmara de Vereadores com a sugestão de duas mudanças na lei: 1) que houvesse o adendo de mais 1 (um) vaga no Conselho Gestor/consultivo destinada a um representante da Associação de Moradores e proprietários de terras na área rural do PNMR e, que 2) o conselho gestor não tivesse participação nas questões que envolvessem os conflitos fundiários entre Prefeitura Municipal e a ocupação tida como ilegal – a Vila Jardim.

Com a experiência vimos que é possível facilitar a mediação de conflitos sociopolíticos, principalmente os originados pela falta de comunicação e diálogo entre os agentes públicos e a comunidade. Dentro dessa percepção é possível formular ações que

visam viabilizar a comunicação mais eficiente entre todos os afetados. Para tal, é fundamental a identificação desses atores sociais, capacitá-los, ou seja, ter um espaço de formação para que possam compreender a importância e a função sociopolítica do conselho gestor e representar suas comunidades ou mesmo suas redes de convergência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ObservaCampos é um grupo de pesquisa que reúne docentes e acadêmicos de Graduação e Pós-Graduação da UERGS Hortênsias em São Francisco de Paula e de outras unidades universitárias e instituições de ensino superior. O ObservaCampos vem publicizando algumas considerações que julga relevante em relação ao PNMR quanto a sua importância ambiental, social, econômica e política e, sobretudo, elementos que contextualizam a importância da criação do conselho consultivo deste Parque. O CC é imprescindível para a consolidação do PNMR enquanto UC e como indutor da participação sociopolítica das comunidades do entorno e as inseridas dentro do Parque.

Um dos objetivos do ObservaCampos em 2018 foi subsidiar os agentes públicos e atores sociais com informações técnicas e indicadores sociais, elaborados pelo conjunto de pesquisas de graduação e pós-graduação realizadas pela UERGS nos últimos anos. Muitas destas pesquisas analisaram diferentes aspectos inerentes ao PNMR, dentre eles os ambientais, sociais, econômicos e culturais. Alguns destes pontos foram expostos e contextualizados aos vereadores, secretários e comunidade para que tivessem uma noção da importância da Lei para aprovação do CC do PNMR pela Câmara de Vereadores do município de SFP/RS.

Afirmamos, portanto, que o CC é uma ferramenta de participação sociopolítica das comunidades locais e o ObservaCampos se coloca como espaço de formação e capacitação de agentes públicos nas questões relativas ao CC do PNMR, assim como mediador das relações de conflito que possam ocorrer. Acreditamos que o acesso democrático à informação corrobora para o consenso, e assim esperamos contribuir para o aprofundamento do conhecimento em relação ao contexto atual do PNMR, objeto de nossos estudos. O ObservaCampos acredita, sobretudo, no diálogo, pois só através dele as dúvidas sobre a implementação do conselho consultivo do PNMR serão dirimidas.

REFERÊNCIAS

- BINKOWSKI, P.; SOUZA, T. G. Participação Política e Formação do Conselho Consultivo no Parque Natural Municipal da Ronda, São Francisco de Paula, RS, Brasil. **Revista Gestão & Políticas Públicas - RG&PP**, vol. 7, n.1; p. 1-18. 2017.
- BRASIL, F. G. Políticas participativas e a nova literatura de análise de políticas públicas: Novos horizontes para agenda de pesquisa. **Revista Gestão & Políticas Públicas - RG&PP**. vol. 3, n.1. p. 44-61. 2013.
- CEZARE, J. P. Conselhos Municipais e Governança: uma análise do Conselho de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense do Município de Santo André – SP. **Dissertação de Mestrado**. 176p. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Departamento de Saúde Ambiental. São Paulo. 2009.
- GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GOHN, M. da G. Conselhos Gestores e Gestão Pública. **Ciências Sociais Unisinos**, São Paulo, v. 4, n.1, jan/abr. 2006.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais: um guia para gestores e conselheiros**. Brasília: ICMBio, 2014.
- SANTOS, A. Á. B. **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação**. Tese de Doutorado. 186p. Departamento de Engenharia Florestal Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais. Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia. Distrito Federal, 2008.
- SÃO FRANCISCO DE PAULA. Decreto Municipal nº 166, 12 de Abril de 2006. **Cria o Parque Natural Municipal da Ronda**. São Francisco de Paula, 2006.
- SÃO FRANCISCO DE PAULA. Lei Municipal nº 2425, de 27 de Março de 2007. **Cria o Parque Natural Municipal da Ronda**. São Francisco de Paula, 2007.
- PINTO, J. B. G. **Pesquisa-Ação: detalhamento de sua sequência metodológica**. Recife, 1989, Mimeo.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ENSAIO TEMÁTICO

O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E A GESTÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA EM SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS

Maristela da Rosa⁴³

Rodrigo Cambará Printes⁴⁴

INTRODUÇÃO

O Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR) localiza-se em São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul (RS). Foi criado por iniciativa do Município, através do Decreto nº 1.671 de 29 de fevereiro de 1996, substituído 10 anos depois pelo Decreto Municipal nº 166 de 12 de abril de 2006. Atualmente com 1.448 hectares (ha), o PNMR teve sua área ampliada pela Lei Municipal nº 2425 de 27 de março de 2007.

Parque Natural é uma categoria de área protegida que integra o grupo de unidades de conservação (UC) de proteção integral, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei Federal 9.985/00). A sua implantação acarreta, legalmente, a indenização e/ou realocação de todos os proprietários ou posseiros inseridos na poligonal da UC, o que gera uma demanda financeira grande para o Poder Público, neste caso a Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula/RS. Além disso, muitos moradores não têm a documentação necessária para uma regularização fundiária que atenda às expectativas. Outra questão relevante é que uma parte da área destinada à UC está ocupada por assentamentos humanos clandestinos, sem saneamento básico, que estão poluindo diversas nascentes naquela região. Qualquer iniciativa do Poder Público para regularizar a situação daquelas comunidades, com recursos do Governo Federal, por exemplo, esbarra no fato de que a área é uma UC de proteção integral. Há inúmeros conflitos gerados ou diretamente relacionados à criação de UC em nosso país (SANTILLI, 2005), os quais inclusive podem intensificar a

⁴³ Graduada em Tecnologia em Gestão Ambiental e Especialista em Educação para a Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: marisdarosa@gmail.com

⁴⁴ Graduado em Ciências Biológicas. Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/Ministério do Meio Ambiente) na Floresta Nacional de São Francisco de Paula (RS). É professor colaborador do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. E-mail: cambara7@gmail.com

degradação ambiental (DIEGUES, 2001). Muitos destes conflitos são consequências da exclusão das comunidades locais do interior dos limites da UC, principalmente naquelas de proteção integral e/ou de um processo de gestão territorial mal conduzida (PRINTES, 2012). Poucas são as UC nas quais foi possível solucionar este problema, por meio da participação dos grupos sociais locais (BARBOSA, 2013). Segundo estudos anteriores, a ingerência e o abandono da área destinada ao PNMR levam a uma percepção coletiva de que a área é “terra de ninguém”, o que acaba incentivando a retirada de madeira para lenha, caça, depósito de lixo, etc. (FREITAS *et al.*, 2012). Segundo Primack e Rodrigues (2001), o envolvimento da população é um elemento fundamental e que precisa ser incorporado nas estratégias de manejo e conservação. É necessário que a população local, diretamente afetada pela UC, desenvolva a capacidade de formular e alcançar seus próprios objetivos de desenvolvimento, incorporando, por eles mesmos, a relevância da variável ambiental, dentro deste conceito de desenvolvimento.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente de São Francisco de Paula (COMUMA) tem sido um órgão colegiado atuante na gestão ambiental municipal desde a sua criação, há 10 anos, através da Lei Municipal nº 2.609/09. Principalmente a partir da municipalização do licenciamento ambiental (Leis Municipais nº 2689/2010 e 2696/2010), houve um maior empoderamento do COMUMA que levou a participação efetiva na gestão ambiental municipal. Como o PNMR é a única UC de proteção integral de reponsabilidade da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula, o COMUMA fez às vezes de conselho consultivo da UC, enquanto este não existe. Esta situação está prevista no Decreto Federal nº 4340/2002, que regulamenta o SNUC, mas requer um ato oficial da Prefeitura Municipal reconhecendo oficialmente mais esta atribuição ao conselho municipal de meio ambiente, o que, no caso do COMUMA e do PNMR, nunca ocorreu.

A necessidade de revisão de categoria da área destinada ao PNMR surgiu em 2014 no COMUMA, motivada pelas constantes denúncias recebidas, todas relacionadas à falta de uma proposta de gestão para a região do Cerro da Ronda. A necessidade de revisão de categoria também foi motivada, ainda que indiretamente, pela pressão do Ministério Público Estadual, que, no cumprimento do seu papel institucional e constitucional, demandava medidas objetivas de gestão ambiental e territorial para a área destinada ao PNMR, tais como a elaboração de um plano de manejo e a constituição de um conselho consultivo. O COMUMA, no qual, dentre outras entidades, tem acento a Secretaria Municipal de Proteção Ambiental (SEMPA) (no ano de 2018 passou a se chamar Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade), responsável pela gestão do PNMR, chegou a um consenso de que era

necessário encontrar uma outra categoria de unidade de conservação para o Parque, que pudesse compatibilizar os objetivos de conservação com a permanência dos proprietários e a utilização sustentável dos recursos naturais.

O objetivo deste ensaio temático é o de relatar a participação do COMUMA na gestão da região do Cerro da Ronda, em São Francisco de Paula/RS, com destaque para a proposição de mudança de categoria e revisão de poligonal da unidade de conservação, à luz das possibilidades oferecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal 9985/2000 e Decreto Federal 4340/2002). É importante destacar que a maior parte dos fatos aqui relatados se deu entre 2014 e 2015, época em que o PNMR encontrava-se com grandes problemas de gestão.

ÁREA DE ESTUDO

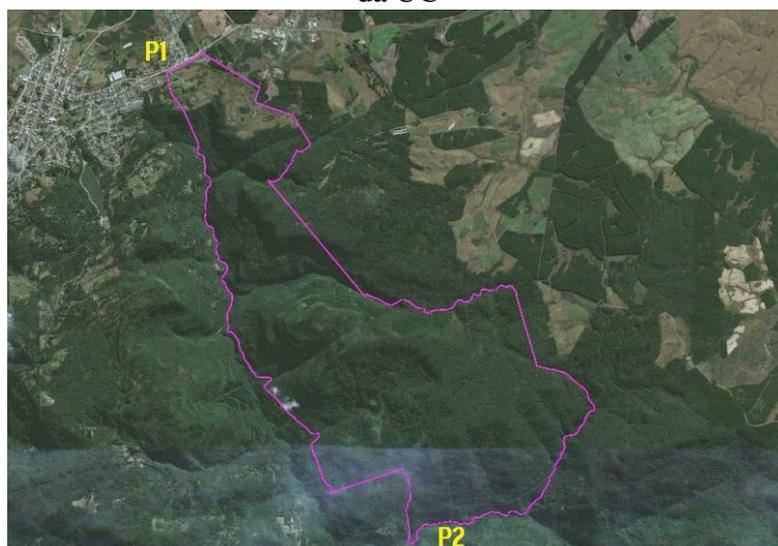
A área destinada ao PNMR localiza-se na escarpa da Serra Geral e possui características naturais significativas para resguardar a diversidade biológica, geológica e geomorfológica da região dos Campos de Cima da Serra. A área da UC está compreendida entre as coordenadas 29°28'14.73"S; 50°32'33.76"O (P1) e 29°26'23.45"S; 50°33'45.97"O (P2) (**FIGURA 1**). O PNMR está totalmente inserido no Bioma Mata Atlântica, um dos mais ameaçados mundialmente. No cenário conservacionista nacional, o PNMR possui importância elevada por proteger a Mata com Araucária e ecossistemas associados, além de remanescentes da Floresta Estacional Semidecidual.

De acordo com o Plano de Manejo do PNMR (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2012), foram constatadas na área desta UC, 34 espécies da flora com interesse conservacionista, consideradas como raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, além de espécies da fauna, que incluem, entre outras, o veado-mateiro (*Mazama gouazoubira*), o gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*), o bugio-ruivo (*Alouatta clamitans*), o papagaio-charão (*Amazona pretrei*) e o papagaio-do-peito-roxo (*Amazona vinacea*). Estas eram espécies ameaçadas de extinção na categoria Vulnerável, durante a criação da UC, de acordo com o Decreto Estadual nº 41.672/2002 e a Instrução Normativa MMA nº 03/2003. A lista oficial de fauna ameaçada do RS foi revisada em 2014, tendo sido substituída pelo Decreto Estadual nº 51.797/2014, porém, estas espécies continuaram incluídas em diferentes categorias de ameaça.

Dentre as espécies da fauna encontradas na área da UC, merece destaque o papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea* - Kuhl, 1820), que consta tanto na lista estadual de animais ameaçados de extinção, na categoria ameaçada, bem como nas listas do Brasil e internacional da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN). Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), nacionalmente, há menos de 10.000 indivíduos maduros desta espécie, sendo seu declínio populacional continuado estimado em 10% ao longo de três gerações, devido à captura e perda de qualidade de hábitat (BRASIL, 2015). Trata-se de uma espécie endêmica da Mata Atlântica, que prefere florestas e campos onde ocorre a araucária e que usa a área destinada ao PNMR para dormitório e reprodução. Os indivíduos nidificam sempre no mesmo local, mas, com o desmatamento, os casais podem não encontrar o local onde nidificaram no ano anterior e não realizar a postura (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2012).

Quanto aos atrativos turísticos, a área destinada ao PNMR inclui, por exemplo, o Parque das Oito Cachoeiras, o Mirante do Pomar e a Reserva Ecológica Terra do Sempre, propriedades privadas que já tem sua renda baseada no ecoturismo. Estes atrativos turísticos contam com relevante cobertura vegetal original de Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucária), com vales, cerros e cachoeiras, além de uma biodiversidade bem conservada.

Figura 1 - Localização da área do Parque Natural Municipal da Ronda. Em roxo a poligonal da UC



Fonte: Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula (2012).

Os recursos hídricos superficiais verificados na área destinada ao PNMR compreendem drenagens que têm origem em cotas elevadas dos planaltos e vão gradativamente alimentando pequenos córregos regionalmente chamados de arroios, os quais

dão origem a grandes rios como o Rolante e o Rio dos Sinos. As bacias dos Rios Caí e dos Sinos tem um dos seus mais relevantes divisores de águas no interior do PNMR. Estas duas bacias encontram-se inseridas no contexto da Região Hidrográfica do Guaíba (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2011).

COLETA DE DADOS

Foi realizado um levantamento bibliográfico, incluindo a legislação específica, especialmente a Constituição Federal, a Lei Federal 9.985/2000, o Decreto Federal 4.340/2002, as leis municipais, além de literatura especializada e documentos não publicados sobre o tema, tais como o plano de manejo da UC, o seu diagnóstico socioambiental e documentos públicos, mas de difícil acesso, tais como ofícios e memorandos expedidos e recebidos pelo COMUMA, no período de 2012-2015. Foram reunidos também trabalhos acadêmicos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) sobre o PNMR, alguns ainda não publicados, os quais foram avaliados em termos de aplicação para a revisão de categoria. Analisou-se ainda, estudo dos resultados do levantamento da situação fundiária, que consta no diagnóstico socioeconômico e ambiental, buscando enquadrar a região de interesse numa categoria de UC viável em termos econômicos, legais e socioambientais. Para auxiliar a escolha da categoria mais indicada, foi elaborada uma matriz comparativa entre as 12 categorias do SNUC.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A criação de UC no Brasil é regida pela Lei Federal nº 9.985/2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e pelo Decreto nº 4.340/2002. O SNUC prevê em seu artigo 11 parágrafo 1º, que as áreas particulares incluídas nos limites da UC Parque Natural deverão ser desapropriadas. O levantamento fundiário do PNMR apontou a existência de 25 matrículas dentro da sua poligonal, totalizando 23 proprietários com direito a indenização. Porém, este levantamento também demonstrou que, mesmo havendo recursos financeiros para indenizações, algumas não poderão ser efetivadas, devido à ausência de documentação. Além disso, conforme registrado durante a consulta pública do plano de manejo, realizada em dezembro de 2012, mesmo proprietários com documentação completa não tem interesse em vender suas áreas e poderão questionar os valores oferecidos pelo município na justiça, o que

retardará a regularização fundiária do PNMR e prolongará os impasses socioambientais na região.

Segundo o Ofício COMUMA nº 06 de 16 de abril de 2014, encaminhado ao Prefeito Municipal, o custo das indenizações do PNMR seria da ordem de R\$ 9.612.000,00, àquela época, sem considerar as taxas de cartório e impostos referentes às transações imobiliárias. No mesmo ano de 2014, o orçamento da SEMPA foi de cerca de R\$ 300.000,00. Assim, mesmo que fosse comprometida a metade do orçamento da SEMPA com a regularização fundiária do PNMR, se fosse utilizado apenas o recurso orçamentário, o tempo necessário para a indenização completa dos proprietários seria de 64 anos. Cabe ressaltar que até 2014 nenhum dos 1.448,20 ha havia sido adquirido pelo município de São Francisco de Paula.

De acordo com o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2011) e o mesmo Ofício nº 06/2014 do COMUMA, há ocupações humanas clandestinas em uma parte da área destinada ao PNMR. No nordeste da poligonal do PNMR ficam as Vilas Jardim e Cipó, onde há residências precárias habitadas por população em situação de vulnerabilidade social, sem saneamento básico, o que acaba comprometendo a qualidade de vida daquela população e a integridade das nascentes e aquíferos ali situados, os quais drenam no sentido do arroio Rolantinho da Areia (bacia do Rio dos Sinos), e vão abastecer os municípios de São Francisco de Paula, Rolante, Riozinho, Taquara, entre outros.

A Política Nacional de Habitação (PNH), aprovada em nível federal em 2004, visa promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, com prioridade para os brasileiros de baixa renda. A PNH recomenda que os subsídios e financiamentos à produção de Habitação de Interesse Social (HIS) devem ser aplicados em áreas delimitadas como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). As ZEIS são áreas sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo que devem viabilizar a regularização fundiária dos assentamentos precários existentes e consolidáveis e devem facilitar a produção de moradias de interesse social, mediante padrões urbanísticos e edifícios populares, com o cuidado de garantir condições de moradia digna. Um dos objetivos das ZEIS é estabelecer condições urbanísticas especiais para a urbanização e regularização fundiária dos assentamentos precários (BRASIL, 2009). A discussão sobre ZEIS é relevante no caso das ocupações clandestinas situadas dentro do PNMR, as quais, a partir do reconhecimento como ZEIS poderiam liberar o Município para alocar recursos do governo federal para a sua regularização saneamento básico incluindo e titulação das áreas. Entretanto, isto não pode

ocorrer atualmente porque as comunidades estão inseridas em área destinada a unidade de conservação de proteção integral.

Em 2013, o COMUMA recebeu diversas denúncias de disposição resíduos sólidos e danos à vegetação no PNMR. Foi emitido Ofício para a SEMPA solicitando providências. Em 07 de janeiro de 2014, por exemplo, o COMUMA protocolou o ofício nº 04/2014, solicitando que a prefeitura efetuasse a retirada do lixo depositado na área do PNMR. A fim de verificar qual categoria de UC poderia ser sugerida pelo COMUMA como alternativa a Parque Natural, com vistas a viabilizar a regularização fundiária da região do Cerro da Ronda e a urbanização das áreas ocupadas, foram avaliadas as diferentes possibilidades oferecidas pelo SNUC.

A comparação entre as categorias de UC, tendo em vista a situação da gestão ambiental no Município de São Francisco de Paula, revelou que as categorias Monumento Natural (MONA) e Reserva da Vida Silvestre (REVIS) seriam as mais adequadas. Entretanto, o MONA destina-se a preservar sítios naturais raros e singulares, enquanto o REVIS visa proteger ambientes naturais onde se assegure a existência e reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Tendo em vista que na área em questão há a presença e nidificação de uma população de papagaio-de-peito-ruivo (*Amazona vinacea*), espécie rara e oficialmente ameaçada, para que se possa compatibilizar o interesse mundial de conservação com as questões socioeconômicas locais e viabilizar uma gestão ambiental e territorial inteligente e operacional, foi recomendada a mudança de categoria de Parque Natural para Refúgio de Vida Silvestre.

O REVIS pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da UC com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. Em relação às ocupações humanas, o plano de manejo do PNMR identificou que a maior parte das propriedades incluídas na poligonal da UC estão desenvolvendo usos compatíveis com a conservação da natureza e são importantes para a economia do Município, já que trabalham no segmento do turismo ecológico. O único conflito entre o objetivo de conservação da biodiversidade e o uso da área foi constatado nas áreas ocupadas irregularmente pelas Vilas Jardim e Cipó, situadas a nordeste da poligonal, como já foi relatado. Em relação a estas comunidades, sugere-se a revisão da atual poligonal da área destinada a UC, excluindo-se as áreas ocupadas clandestinamente, o que viabilizaria o pleito de recursos públicos para as obras de saneamento das, a fim de evitar os impactos da população residente sobre os recursos hídricos. Observamos, entretanto, que a alteração dos limites da UC deve ser feita mediante lei específica, segundo o Artigo 22, parágrafo 7º, do SNUC, devendo passar por consulta pública. Sugere-se também que a área ocupada

irregularmente, após ser excluída da poligonal da UC, seja definida através de lei complementar como uma ZEIS do tipo “áreas ocupadas por assentamentos precários”, o que viabilizará que a Prefeitura acesse recursos federais para regularização urbana daquelas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando atender demandas do Ministério Público Estadual, em 17 de outubro de 2013 foi entregue ao Prefeito Municipal, o ofício COMUMA nº 02/2013, no qual o Conselho se dispunha a assumir interinamente as atribuições do conselho consultivo do PNMR, conforme prevê o artigo nº 17, parágrafo 6º, do Decreto Federal nº 4.340/2002. Esta posição do COMUMA foi fruto de ampla discussão no Conselho, que mesmo assoberbado de trabalho, optou por assumir mais esta atribuição, com base no entendimento de que era sua responsabilidade e que poderia vir a responder subsidiariamente pela omissão da Prefeitura no caso do PNMR. Seis meses depois, a Prefeitura Municipal ainda não havia dado qualquer resposta e a posição do COMUIMA foi ratificada pelo Ofício COMUMA nº 07/14, de 16 de abril de 2014. Os ofícios do COMUMA sobre esta questão jamais foram respondidos formalmente pelo Município. Em 18 de julho de 2014, o COMUMA encaminhou ao promotor de justiça da Comarca de São Francisco de Paula, o ofício nº 34/2014, relatando que havia se proposto a assumir o conselho do PNMR, mas como isto depende de ato do Prefeito Municipal, não recebeu formalmente tal atribuição. Portanto, a UC seguiria sem seu instrumento de gestão mais básico. No mesmo ofício consta que, tentando colaborar para a solução dos impasses de gestão envolvendo o PNMR, o COMUMA propôs, através do ofício nº 06/14, a recategorização daquela UC para Refúgio de Vida Silvestre. Novamente não houve qualquer resposta formal do Poder Público municipal e a área destinada ao PNMR continuava ocupada clandestinamente. Este documento fez com que a Promotoria de Justiça da Comarca de São Francisco de Paula originasse o Inquérito Civil nº 00882.00044/2014.

Após a instauração deste inquérito civil e com a troca de gestão municipal oriunda das eleições de 2016 houve alguns avanços na consolidação do PNMR, tais como a designação de um servidor municipal para ser gestor da UC, o cercamento da área e a instalação de um portão de acesso. Em 2017, o conselho consultivo do PNMR foi estabelecido. Estas medidas viabilizaram que o recurso de medidas compensatórias pudesse ser destinado à UC, conforme previsto no Artigo 36 do SNUC. A partir disto houve melhorias na infraestrutura, tais como a implantação de trilhas, belvederes, placas educativas, etc.. Outra medida realizada

recentemente foi a revisão da poligonal do PNMR, com a exclusão das áreas ocupadas irregularmente, conforme havia sido sugerido pelo COMUMA em 2014. Isto deve viabilizar o saneamento do esgoto gerado pelas residências daquela região, com recursos federais e municipais.

Quanto à mudança de categoria para REVIS, avaliamos que, após as ações do COMUMA que levaram ao Inquérito Civil nº 00882.00044/2014, e todos os avanços na gestão consolidados pela atual administração municipal, esta medida não se faz mais necessária. Entretanto, os problemas fundiários permanecem. Sugere-se que, além dos recursos do orçamento municipal para as indenizações, sejam buscadas alternativas, tais como a compensação de reserva legal, prevista no artigo nº 66 do Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), as transações penais e suspensão condicional de processo, previstas nos artigos 27 e 28 da Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98), bem como os termos de ajustamento de conduta.

Através deste estudo de caso, fica evidente a relevância e o poder de transformação política que um conselho municipal de meio ambiente pode ter, garantidos através da participação efetiva e compromisso consciente de seus atores, com apoio do Ministério Público Estadual e da população local.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. S. Recategorização de Unidades de Conservação: O discurso de uma nova territorialidade e participação social no contexto do Parque Nacional dos Pontões Capixabas – ES. Minas Gerais, 2013. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. 2013.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 28 Mai. 2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985 de 18 de Julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 20 Out. 2013.

BRASIL. **Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 20 Out. 2013.

BRASIL. **Guia para regulamentação e implementação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em Vazios Urbanos.** Ministério das Cidades, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei Federal 12651 de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº s 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº s 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 28 Mai. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. **Lista de espécies ameaçadas.** Disponível em: <http://icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/lista-de-especies/5532-especie-5532.html>. Acesso em: 28 Jan. 2015.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

FREITAS, E. B.; BEROLDT, L. A., PRINTES, R. C. Identificação dos conflitos pré-implantação do parque natural municipal da ronda, São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul, Brasil. In: PRINTES, R. C. (Org.). **Gestão ambiental e negociação de conflitos em unidades de conservação do nordeste do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: CORAG, 2012, p. 123-126.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Decreto nº 1.671 de 29 de fevereiro de 1996.** Cria o Parque Municipal da Ronda. Disponível em: <http://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/prefeitura/leis-municipais>. Acesso em: 28 Mai. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Decreto Municipal nº 166 de 12 de abril de 2006.** Altera Decreto nº 1.671 de 29 de fevereiro de 1996. Disponível em: <http://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/prefeitura/leis-municipais>. Acesso em: 28 Mai. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Lei Municipal nº 2425 de 27 de março de 2007.** Amplia o Parque Municipal da Ronda. Disponível em: <http://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/prefeitura/leis-municipais>. Acesso em: 28 Mai. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. Secretaria Municipal de Proteção Ambiental. AGROS - ASSESSORIA AGRONÔMICA LTDA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Parque Natural Municipal da Ronda.** São Francisco de Paula, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. Secretaria Municipal de Proteção Ambiental. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Ronda.** GEOPROSPEC- GEOLOGIA E PROJETOS AMBIENTAIS. São Francisco de Paula: Secretaria Municipal de Proteção Ambiental - SEMPA, 2012.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação.** Londrina: Editora Planta, 2007.

PRINTES, R. C. Econegociação. In: PRINTES, R. C. (Org.). **Gestão ambiental e negociação de conflitos em unidades de conservação do nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2012. p.151-163.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Brasília: Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

CAPÍTULO VI

GALERIA DE IMAGENS DO EVENTO E DO I CONCURSO FOTOGRÁFICO DA MOSTRA OBSERVACAMPOS





**Concurso Fotográfico - II Mostra
ObservaCampos**

Um olhar sobre os Campos de Cima





Organização



ISBN 9788560231515